

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR

2002/2004



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

As Grandes Reorganizações do Exército Português
Lições Aprendidas

Luís Manuel Garcia de Oliveira
Major Artilharia



RESUMO

O presente trabalho tem como objectivos analisar as grandes reorganizações do Exército português, desde meados do Século XVII até aos nossos dias, para que possamos ter uma visão correcta das constantes presentes ao longo da evolução do Exército e da conjuntura política, económica e social, que as envolveram, quer no cenário nacional, quer no cenário internacional, por forma a podermos retirar, as Lições Aprendidas, que nos permitam visualizar a direcção e o modo, como deve o Exército colocar-se perante os desafios que se lhe colocam na actualidade.

Este assunto reveste-se de especial importância, pelo facto de pensarmos que a sistematização da análise das reorganizações passadas, o seu desenvolvimento e concretização, poderem, de uma forma mais realista, auxiliar-nos a entender o Exército do presente e a prospectivar o Exército do futuro.

Este trabalho está organizado numa introdução, seis capítulos, Lições Aprendidas, propostas, apêndices e anexos. Os factores segundo os quais as reorganizações foram estudadas, foram o populacional, económico, político, organizacional, estratégico, liderança e técnico-táctico. Foi utilizada a investigação empírica, socorrendo-nos da observação directa intensiva através do método de entrevistas padronizadas a diversas entidades seleccionadas.

A questão central, ponto de partida deste trabalho, foi: *É possível extrair Lições Aprendidas na análise das grandes Reorganizações do Exército Português?*

Após a análise, as principais Lições Aprendidas foram:

- Continuidade na retracção da implantação territorial do dispositivo;
- As reorganizações deram-se em momentos de grande centralização do poder político e estabilidade política;
- Consolidação do Regimento como elo importante da cadeia logística e da base da organização;
- Importância cada vez maior da instrução e treino;
- Importância das personalidades dos líderes;
- A reforma e reequipamento têm de ocorrer em simultâneo;
- Necessidade de existir uma retaguarda estratégia;
- Não se deve reformar devido à falta de recursos, mas para que o produto operacional seja mais eficiente e eficaz;
- As reorganizações partem quase sempre do zero.



ABSTRACT

The following work intends to analyse the major reorganizations of the Portuguese Army from the middle of the 17th century to our days, so that one might have a proper vision of these constant reorganizations; as well as of the evolution of the Army and the political, economical and social spectrum in which these were involved, either in what concerns the national scenario, or the international scenario. Bearing these issues in mind, one might try to take Lessons Learned that allow us to infer the direction and the attitude the Army should take in order to face the challenges it is presented with nowadays.

This subject assumes a particular relevance because we think that the standardization of the analysis of past organizations, its development and materialization, can, in a more realistic way, help us to understand the Army of the present and envisage the Army of the future.

This work divides itself in introduction, six chapters, conclusions, proposals and recommendations, appendixes and annexes. The reorganizations were studied following the population, economical, political, organizational, strategic, leadership and technical-tactical factors. It was adopted the empirical investigation, by intensive direct observation through means of standard interviews to several chosen entities.

The main question raised and starting point of this work, was: *“Is it possible to take Lessons Learned from the analysis of the major Reorganizations of the Portuguese Army?”*

After the analysis, the main Lessons Learned were:

- Continuity in the retraction of the territorial implementation of the army units;
- The reorganizations occurred in moments of great centralization of the political power and political stability;
- Consolidation of the Regiment as an important link of the logistics chain and of the organization's base;
- Increasing importance of the instruction and training;
- Importance of the leader's character;
- The reform and re-equipment must happen simultaneously;
- The need of a rearguard strategy;
- Reform does not occur because there are no resources, but so that the operational product might be more efficient and effective;
- The reorganizations almost always start from scratch.



*À minha Mulher e Filho, pelo apoio, alento,
entusiasmo e sobretudo pela compreensão da
ausência.*



AGRADECIMENTOS

Ao terminar mais uma fase da minha formação queria expressar o meu reconhecimento a todos quanto contribuíram para que a mesma fosse uma realidade, entre os quais importa destacar as Sras. e os Srs.:

- *General Cerqueira Rocha, CEME, de 12 de Outubro de 1992 a 16 de Abril de 1997;*
- *Tenente-General Garcia Leandro, Director do Instituto de Defesa Nacional;*
- *Tenente-General Pinto Ramalho, Director Geral de Política de Defesa Nacional;*

pela disponibilidade revelada e ajuda prestada para a elaboração do trabalho;

- *Major Engenharia Vale do Couto, do Instituto de Altos Estudos Militares, pela sua constante disponibilidade e valiosa orientação prestada.*
- *Funcionárias da Biblioteca do Instituto de Altos Estudos Militares, pela sua simpatia e preciosa colaboração na pesquisa bibliográfica relacionada com a elaboração deste trabalho;*

A todos bem hajam e muito obrigado.



LISTA DE ABREVIATURAS

AMSJ	Área Militar de São Jacinto;
BAI	Brigada Aerotransportada Independente;
BAM	Batalhão de Administração Militar;
BDT	Brigada de Defesa Territorial;
BEngComb	Batalhão de Engenharia de Combate;
BEngConst	Batalhão de Engenharia de Construções
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado;
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado;
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção;
BMI	Brigada Mecanizada Independente;
BSM	Batalhão do Serviço de Material;
BST	Batalhão do Serviço de Transportes;
CE	Comunidade Europeia;
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
CEE	Comunidade Económica Europeia;
CEM	Conceito Estratégico Militar;
CEME	Chefe do Estado Maior do Exército;
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas;
CEP	Corpo Expedicionário Português;
CFE	Treaty on Conventional Forces in Europe
CHERET	Chefia do Reconhecimento das Transmissões;
CIB	Centro de Instrução Básica;
CICA	Centro de Instrução de Condução Auto;
CIE	Centro de Instrução Especial;
CIMSM	Campo de Instrução Militar de Santa Margarida;
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida;
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres;
Cor	Coronel;
CPX	Comand Post Exercise;
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional;
CTA	Comando das Tropas Aerotransportadas;



DA/DS	Direcções das Armas/Serviços;
DGPDN	Director Geral de Política de Defesa Nacional;
DL	Decreto-Lei;
DLOE	Decreto-Lei da Organização do Exército;
DR	Distrito de Recrutamento;
DRM	Distrito de Recrutamento e de Mobilização;
DRR	Distrito de Recrutamento e Reserva;
EEC	Elemento Essencial de Combate;
EME	Estado Maior do Exército;
EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas;
EPA	Escola Prática de Artilharia;
EPAM	Escola Prática de Administração Militar;
EPE	Escola Prática de Engenharia;
EPSM	Escola Prática do Serviço de Material;
EPTM	Escola Prática de Transmissões;
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército;
GCC	Grupo de Carros de Combate;
Gen	General;
GML	Governo Militar de Lisboa;
HMB	Hospital Militar de Belém;
HMR	Hospital Militar Regional;
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares;
IDN	Instituto de Defesa Nacional;
IGE	Inspecção/Inspector Geral do Exército;
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
LPM	Lei de Programação Militar;
LSM	Lei do Serviço Militar;
MAAG	Military Assistance Advisory Group
Maj. Gen.	Major General;
MDN	Ministério/Ministro da Defesa Nacional;
MFA	Movimento das Forças Armadas;
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NATTE-04	Núcleo de Acompanhamento dos Trabalhos para a Transformação do Exército em 2004;
O.E./OE	Ordem do Exército;



ONU	Organização das Nações Unidas;
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;
OSE	Organização superior do Exército;
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte;
PCP	Partido Comunista Português;
PIB	Produto Interno Bruto;
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado;
PS	Partido Socialista;
PSD	Partido Social Democrata;
PVDE	Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado;
QG/GML	Quartel General do Governo Militar de Lisboa;
QMG	Quartel Mestre General;
QOTP	Quadro Orgânico Tempo de Paz;
QP	Quadro Permanente;
RALIS	Regimento de Artilharia de Lisboa;
RASP	Regimento de Artilharia da Serra do Pilar;
RC4	Regimento de Cavalaria N.º 4;
RCSM	Regimento de Cavalaria de Santa Margarida;
RFA	República Federal Alemã;
RI	Regimento de Infantaria;
RMC	Região Militar Centro;
RMN	Região Militar Norte;
RMS	Região Militar Sul;
RTP	Rádio Televisão Portuguesa;
SEN	Serviço Efectivo Normal;
SFN	Sistema de Forças Nacional;
SGDN	Secretariado Geral de Defesa Nacional;
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SMO	Serviço Militar Obrigatório;
TCor	Tenente Coronel;
TGen	Tenente General;
TMT	Tribunal Militar Territorial;
TMTL	Tribunal Militar Territorial de Lisboa;
TN	Território Nacional;



UE	União Europeia;
UOp	Unidade Operacional;
VCEME	Vice CEME;
ZEE	Zona Económica Exclusiva;
ZMA	Zona Militar dos Açores;
ZMM	Zona Militar da Madeira.



ÍNDICE

Resumo/Abstract

Dedicatória

Agradecimentos

Lista de Abreviaturas

INTRODUÇÃO	1
I.Reorganização de 1640-1668	6
I.1 A Reorganização do Exército	6
I.1.1 A Reorganização Militar	7
I.1.1.1 Exército de Linha	9
I.1.1.2 As Tropas Auxiliares ou Milícias	10
I.1.1.3 As Ordenanças	10
I.1.1.4 Outras Tropas Especiais	11
I.1.1.5 Cargos Militares	11
II. Reorganização de 1750-1777	12
II.1 O Exército Português na Guerra de 1762	12
II.2 A Reorganização do Exército pelo Conde de Lippe	13
III. Reorganização de 1911	17
III.1 Reorganização do Exército	17
III.2 O Exército em 1911	18
III.3 A Organização do Exército Metropolitano de 1911	19
IV. Reorganizações do Estado Novo – A Geração NATO	21
IV.1 O Exército do Estado Novo	21
IV.2 A NATO e a Modernização do Exército Português	23
V. Reorganização de 1993	25
VI. Análise	28
VI.1 Factor Populacional	28
VI.2 Factor Económico	30
VI.2.1 O Orçamento do Exército	31
VI.2.2 A Indústria de Defesa	32
VI.3 Factor Político	32
VI.4 Factor Organizacional	34



VI.5 Factor Estratégico	36
VI.6 Factor Liderança	41
VI.7 Factor Técnico/Tático	42
LIÇÕES APRENDIDAS	44
PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES	51
Referências Bibliográficas	
Apêndices e Anexos	



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Efectivos Militares/População.....	29
Gráfico 2 – Despesas Exército/Orçamento do Estado	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Defesa da Fronteira	36
Figura 2 – Área de Expectativa Estratégica	36
Figura 3 – Zona de Defesa Concentrada	37
Figura 4 – Triângulo Estratégico do Atlântico	39
Figura 5 – Triângulo Estratégico Português.....	41
Figura 6 – Dispositivo Territorial do Exército (1643).....	Anx A/1
Figura 7 – Organização Superior do Exército (1640-1668).....	Anx A/2
Figura 8 – Dispositivo Territorial do Exército (1750 - 1777)	Anx A/3
Figura 9 – Organização Superior do Exército (1750 – 1777).....	Anx A/4
Figura 10 – Dispositivo Territorial do Exército (1911)	Anx A/5
Figura 11 – Organização Superior do Exército (1911)	Anx A/6
Figura 12 – Dispositivo Territorial do Exército (1937 – Geração NATO).....	Anx A/7
Figura 13 – Organização Superior do Exército (1937 – Geração NATO)	Anx A/8
Figura 14 – Dispositivo Territorial do Exército (1960)	Anx A/9
Figura 15 – Organização Superior do Exército (1960)	Anx A/10
Figura 16 – Dispositivo Territorial do Exército (1993).....	Anx A/11
Figura 17 – Organização Superior do Exército (1993).....	Anx A/12



ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A – Reorganização de 1640-1668, Aspectos Envolventes

1. Antecedentes	Apd A/1
2. A População	Apd A/2
3. A Economia	Apd A/3
4. O Governo	Apd A/4
5. O Cenário Internacional	Apd A/5
6. O Exército	
6.1 A Técnica e Tática da 1ª Fase da Restauração	Apd A/7
6.2 A Evolução Técnica e Tática com Schomberg	Apd A/7
7. As Figuras	
7.1 Schomberg	Apd A/10
7.2 O Conde de Castelo Melhor	Apd A/12

Apêndice B – Reorganização de 1750-1777, Aspectos Envolventes

1. Antecedentes	Apd B/1
2. A População	Apd B/3
3. A Economia	Apd B/5
4. O Governo	Apd B/7
5. O Cenário Internacional	Apd B/9
6. O Exército	
6.1 O Exército de D. João V	Apd B/11
6.2 A Tática Setecentista	Apd B/13
7. As Figuras	
7.1 O Conde de Schaumbourg Lippe	Apd B/15
7.2 O Marquês de Pombal	Apd B/21

Apêndice C – Reorganização de 1911, Aspectos Envolventes

1. Antecedentes	Apd C/1
2. A População	Apd C/3
3. A Economia	Apd C/4
4. O Governo	Apd C/5
5. O Cenário Internacional	Apd C/7
6. O Exército	
As Principais Mudanças no Exército durante o Séc. XIX	Apd C/10
7. As Figuras	
Os Militares	Apd C/11
Os Políticos	Apd C/11

Apêndice D – Reorganizações do Estado Novo – A Geração NATO, Aspectos Envolventes

1. Antecedentes	Apd D/1
2. A População	Apd D/2
3. A Economia	Apd D/3
4. O Governo	Apd D/4
5. O Cenário Internacional	Apd D/5



6.	O Exército	
6.1	A Reorganização do Exército de 1937	Apd D/8
6.2	A Adesão à NATO	Apd D/9
6.3	A Reorganização do Exército de 1960	Apd D/12
7.	As Figuras	
7.1	Santos Costa	Apd D/14
7.2	Salazar	Apd D/16

Apêndice E – Reorganização de 1993, Aspectos Envolventes

1.	Antecedentes	Apd E/1
2.	A População	Apd E/3
3.	A Economia	Apd E/4
4.	O Governo	Apd E/5
5.	O Cenário Internacional	Apd E/6
6.	O Exército	
6.1	O Programa do XII Governo Constitucional	Apd E/7
6.2	Contracção do Dispositivo Existente e novos Órgãos	Apd E/7
7.	As Figuras	
7.1	Gen. Cerqueira Rocha	Apd E/9
7.2	Fernando Nogueira	Apd E/10

Apêndice F – Resumo da Análise	Apd F/1
--------------------------------------	---------

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – Organização Superior e Dispositivo Territorial das Reestruturações ..	Anx A/1
Anexo B – Equivalência postos Séc. XVII e XVIII	Anx B/1
Anexo B – Entrevista Gen. Cerqueira Rocha	Anx C/1
Anexo C – Entrevista TGen. Pinto Ramalho	Anx D/1
Anexo D – Entrevista TGen. Garcia Leandro	Anx E/1



INTRODUÇÃO

“Assim, diversas razões, permanentes ou eventuais, fazem o Exército sentir-se apreensivo quando encara grandes reformas. Daqui resulta que, geralmente, estas não se realizam por iniciativa da própria Instituição.”

TCor. Charles De Gaulle em "Vers l'Armée de Métier", 1934.

Um novo ambiente estratégico global afecta directa e indirectamente Portugal, o que além de ter levado à aprovação de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, levou a que se proceda à revisão do Conceito Estratégico Militar, documento que servirá de partida a um percurso que terminará com a redefinição das missões do Exército, do seu sistema de forças e dispositivo, bem como o seu necessário reequipamento.

De acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, deverão de igual modo ser estimuladas reformas na organização e gestão das estruturas do Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas e respectivos Ramos, num modelo coerente que traduza um novo contrato de confiança entre o País e as suas Forças Armadas.

Numa palavra, é preciso reestruturar e adaptar as Forças Armadas às actuais necessidades de Defesa, numa organização modular, flexível, adaptada aos rigorosos parâmetros definidos pelas organizações internacionais a que Portugal pertence. Parâmetros esses definidos pela NATO, através da revisão do seu Conceito Estratégico em 1999, e da revisão de Capacidades – um desafio colocado a todos os aliados – bem como na reformulação das capacidades operacionais da União Europeia, ou ainda nos primeiros passos na dimensão de Segurança e Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou ainda contribuindo para a segurança dos cidadãos portugueses em regiões de crise.

Este novo ambiente, caracterizado pela:

- Evolução das Alianças e Organizações a que o nosso país pertence;
 - Novas facetas do Terrorismo Internacional;
 - Emergência de novos tipos de conflito de cariz étnico e religioso;
 - Proliferação de Armas de Destruição Maciça;
 - Consolidação do novo mapa europeu;
 - Dinâmica e impacto da globalização;
 - Desregulação dos fluxos migratórios;
 - Crescentes atentados ao meio ambiente e transformações climáticas globais;
- exigem uma nova estrutura de Segurança e Defesa.



Segundo o Maj. Gen. Pinto Ramalho¹, a defesa europeia, quer seja encarada no âmbito da União Europeia, quer no âmbito da NATO, coloca a Portugal, a necessidade de uma reforma estrutural do Instrumento Militar, quer em termos organizativos, quer no quadro do pessoal ou do material, que possibilite servir as seguintes condições:

- Permitir o seu emprego com oportunidade, eficiência e eficácia;
- Perspectivar a garantia do êxito da missão atribuída;
- Garantir a segurança das tropas empregues (qualidade do equipamento e do armamento);
- Permitir a actuação integrada com os aliados nas Organizações e Alianças em que nos inserimos;
- Dispor de capacidade de sustentação, em pessoal e em material (reservas de guerra).

A reestruturação das Forças Armadas que Portugal efectuou no princípio da década de noventa, ficou por concluir, sobretudo no ponto fulcral do reequipamento e rearmamento, praticamente congelado e realizado mais ao sabor de necessidades pontuais do que de uma programação global e de longo prazo.

Uma organização não deve mudar constantemente, só por mudar, nem deverá fazê-lo sem “olhar” às suas especificidades, nem à conjuntura que a rodeia.

Para compreender melhor, o como fazer estas reestruturações, ao serviço da política do Estado, teremos de recorrer à análise histórica, ou melhor, à análise comparativa da experiência histórica das intervenções militares portuguesas nos diversos teatros de operações ao longo dos últimos séculos. Intervenções essas, resultantes de condicionantes geopolíticas e de movimentos de longa duração histórica, nomeadamente de uma corrente de matriz anti-europeia, historicamente dominante, virada para o Atlântico, concretizada primeiro pela velha aliança com a Inglaterra, após o seu declínio, com os Estados Unidos da América a partir de 1945, e finalmente, a partir de 1949, num quadro multilateral, com a NATO. Depois destes anos todos, no final do século XX, a nossa geografia de Segurança e Defesa é no entanto, claramente Atlântica e Europeia.

É justamente porque a história muda, que os interesses de Portugal também mudam, mas será que permanecem alguns factores constantes nas mudanças da organização militar em virtude dessas mesmas mudanças históricas?

Será possível, retirar algumas lições aprendidas? Façamos, então, um exercício de reflexão comparativa que é a análise das reorganizações militares portuguesas em vários

¹ Conferência realizada pelo DGPDN, Maj. Gen. Pinto Ramalho no IAEM, em 24 de Junho de 2003.



momentos históricos bem marcantes da nossa história: 1640-1668, 1750-1777, 1911, Estado Novo – Geração NATO e finalmente 1993.

Definição do Objectivo da Investigação

Face ao tema proposto, “As grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas”, pretendemos investigar as grandes reorganizações do Exército Português desde meados do Século XVII até aos nossos dias, por forma a retirar as ilações que nos possibilitem ter uma visão correcta das constantes presentes na evolução do Exército e da conjuntura político-económica que desencadeou essas reorganizações, por forma a que depois da sua análise, possamos visualizar a direcção a ser seguida pelo Exército, nos desafios que se lhe colocam na actualidade.

Importância do estudo

A História é, uma ferramenta indispensável, para analisados os acontecimentos passados, nos ajudar a encarar o presente e prospectar o futuro. Deste modo, a proposta da realização deste estudo, partiu da percepção de que as reorganizações do Exército Português, poderão lucrar com o estudo e inventariação das lições aprendidas, ao longo dos séculos passados, fazendo o necessário paralelismo com os cenários nacional e internacional, que se viviam aquando de cada reestruturação, bem como dos líderes político e militares que as levaram a efeito.

Delimitação do estudo

É um facto, que o “espírito organizativo”, não é uma característica da sociedade portuguesa, e em particular do Exército, (veja-se as reorganizações, em que foi necessária a intervenção de Oficiais estrangeiros), pelo que na maioria das vezes, as reorganizações do aparelho militar Português, não passaram de uma evolução contínua de sucessivas alterações da organização em vigor, sem a devida fundamentação e necessidade. Por este motivo, abordarei apenas aquelas que podem realmente ser denominadas reorganizações e que contribuíram inexoravelmente, para que Portugal seja hoje, depois de 9 séculos de história, um país independente.

Nas palavras do General Ramires de Oliveira, um povo – uma Nação – afirma-se no presente, que um tempo antes era passado e que um tempo depois será futuro. É esta ligação que pretendo fazer, quando no presente, investigo o Exército do passado para perspectivar a sua imagem no futuro.



Com este trabalho pretendo atingir-se os seguintes objectivos:

- Estudar as reorganizações enumeradas no índice;
- Estudar a enquadrante político-económica, bem como os líderes militares e civis, de cada uma das reorganizações;
- De acordo com o estudo elaborado, analisar as constantes verificadas nas reorganizações estudadas;
- Retirar as lições aprendidas dessas reorganizações, por forma a fornecer contributos para o Exército do Século XXI.

Corpo de Conceitos

O Exército Português não tem o conceito de “Lição Aprendida”, claramente definido. Ela poderá no entanto, ser definida como um conjunto de conhecimentos criados a partir das experiências, quer bem sucedidas, quer frustradas, pois ambas são fontes de aprendizagem. É um ensinamento recolhido, pela experiência, que se aplicado poderá ajudar a uma maior proficiência de uma qualquer actividade.

Metodologia

O nosso percurso metodológico iniciou-se da seguinte forma:

- Recolha de literatura civil e militar;
- Recolha de legislação;
- Pesquisa de Sites na Internet;

Definimos em seguida a questão central que guiou a nossa investigação: “**É possível extrair Lições Aprendidas na análise das grandes Reorganizações do Exército Português?**”.

Como questões derivadas levantámos as seguintes:

- “Quais as constantes verificadas nas grandes reorganizações do Exército?”;
- “Quais os sentimentos e esforço da Nação nessas reorganizações?”;

Foram ainda levantadas as seguintes hipóteses orientadoras do estudo:

- As reorganizações do Exército, não têm tido em consideração, as lições aprendidas, resultantes da análise da história militar Portuguesa;
- As reorganizações do Exército, foram influenciadas por factores de ordem:
 - Populacional;
 - Económico;
 - Político;



- Organizacional;
- Estratégico;
- Liderança;
- Técnico-Tático.

Utilizando a investigação empírica², socorremo-nos da observação directa intensiva³ utilizando entrevistas padronizadas ou estruturadas⁴ conduzidas a entidades por nós seleccionadas. A obtenção de dados revelou-se de certa forma complexa, devido ao objectivo do trabalho e do espaço temporal em estudo, sendo efectuada essencialmente através da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contactos directos.

Organização e Conteúdo do estudo

Organizei o estudo da seguinte forma:

A primeira parte é o estudo das reorganizações, através da revisão de literatura, legislação e sites da Internet. Por último através de entrevistas, tentaremos dar respostas às questões levantadas.

O estudo será concluído com a apresentação da análise das reorganizações estudadas, Lições Aprendidas e propostas.

O presente trabalho está organizado em Introdução, seis capítulos, Lições Aprendidas e propostas. Após a introdução, cada um dos cinco seguintes capítulos abordará uma das grandes reorganizações que nos propusemos abordar. Cada um deles será abordado segundo os mesmos parâmetros, a saber:

- Antecedentes
- Aspectos envolventes
- A Reorganização do Exército
- As figuras

Desta forma, tentaremos extrair comparativamente, com as devidas ressalvas, os mais variados parâmetros presentes nas diversas reorganizações analisadas.

Por fim, no sexto capítulo, faremos a análise, apresentando seguidamente, as Lições Aprendidas derivadas da investigação efectuada no sentido de responder à questão central e questões derivadas por nós levantadas, após o que terminaremos apresentando uma proposta sobre alguns dos aspectos salientados nas Lições Aprendidas.

² Investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar.

³ Observação realizada através de duas técnicas: Observação e Entrevista.

⁴ Entrevista em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido.



I. Reorganização de 1640-1668

“... Tudo estaria perdido, se, de facto, o francês, ao mesmo tempo que nos abandonava no tratado, nos não favorecesse eficazmente, mandando-nos generais (Schomberg) e soldados”

Oliveira Martins

In, História de Portugal

I.1 A Reorganização do Exército

Segundo CARVALHO (1993), “a regência do Cardeal D. Henrique e o reinado de D. Sebastião foram ricos em feitos de armas, nos quatro continentes onde os Portugueses actuavam... A jornada africana de D. Sebastião, ainda não completamente explicada, veio a revelar-se trágica para o poder militar nacional (Alcácer-Quibir), como mais tarde a invencível armada, deu o golpe de misericórdia na nossa força naval”.

Foi no reinado de D. Sebastião, que se publicaram as Ordenações Sebásticas, onde eram reguladas as obrigações de toda a população do reino e foi publicada a 1ª Lei de Defesa Nacional (Dezembro de 1569)⁵.

Em cada regimento estabeleceu-se o alistamento dos homens válidos dos 20 aos 60 anos, tendo a principal estrutura da Infantaria com o TGen Gonçalo de Córdoba passado a ser o Terço de 3000 infantes, comandado por um coronel. A cavalaria mantinha uma proporção de 100 cavaleiros para 1000 infantes e estava dividida em pesada e ligeira. A Artilharia tinha ainda reduzida aplicação nos campos de batalha devido à sua pouca mobilidade. D. Sebastião mandou ainda organizar em todo o reino companhias de ordenanças, as quais se treinavam em exercícios. Durante o domínio Filipino, todas as ordenanças foram extintas “por não convir aos reis de Castela que no reino de Portugal houvesse gente armada que pudesse sustentar alguns contra a usurpação” (CARVALHO, 1993).

Chegamos assim desta forma à aclamação de D. João IV como rei de Portugal em 15 de Dezembro de 1640 e à organização do 1º Exército permanente Português, fazendo a nossa integração plena nos modernos conceitos de Estado Soberano, comportando os seus 3 atributos fundamentais: Território, População e Poder Político independente, exercendo estas as suas funções – legislativa, executiva e judicial, para o que se torna indispensável a existência da força, força essa que agora passava a existir de uma forma permanente.

⁵ As Ordenações Sebásticas organizaram territorialmente, com os seus quadros próprios, os seus comandos, os seus oficiais, os seus deveres e os seus exercícios periódicos, as Ordenanças do Reino de 7 de Agosto de 1549 de D. João III.



Sendo de prever a guerra entre Portugal e Espanha, tornava-se urgente organizar a defesa do País, pois o Exército encontrava-se totalmente aniquilado. Entre as primeiras medidas tomadas contam-se segundo CARVALHO (1993):

- A renovação do armamento das diversas armas e a contratação de engenheiros estrangeiros, como os jesuítas Cosmader e Torriano;
- As reparações das praças-fortes, principalmente do Alentejo;
- Construção de novas fortificações;
- Criação de fundições de ferro em Tomar (Fábrica de Ferro do Prado) e Figueiró (Fábrica de Fundição de Balas e Artilharia de Machuca) e fábricas de salitre e pólvora;
- Montagem de estabelecimentos de coudelas e importação de cavalos do estrangeiro;
- Para reger a aula de Fortificação e Artilharia, estabelecida em Lisboa em 1647, foi nomeado professor o engenheiro e cosmógrafo Luís Serrão Pimentel;
- Restauração dos “Artilheiros de nómina” que sob o comando de um capitão, eram obrigados a exercícios de tiro ao alvo e a lições de Artilharia e esquadria;
- Publicação de muitos livros de ensino militar, como os de Soares de Brito e outros.

I.1.1 A Reorganização Militar

- Por decreto de 11 de Dezembro de 1640, D. João IV criou “O Conselho de Guerra”⁶, para centralizar os assuntos militares e superintender no seu estudo e execução, conselho que era constituído por militares, um juiz acessor, um promotor de justiça e um secretário⁷;
- Foi também criada a Junta de Fronteiras, especialmente incumbida do que dizia respeito às fortificações, cuja importância era ainda capital, sobretudo nas regiões de fronteira;
- Foi criada a Tenência em 28 de Dezembro de 1640, cujo chefe era o “Tenente General de Artilharia” do reino, com ampla jurisdição, regulada por sucessivos diplomas, sobre a fortificação e defesa das praças, como sendo o material de guerra, pólvoras,

⁶ Foi-lhe dado Regimento por Decreto de 22 de Dezembro de 1641, e nele está consignado não só o que diz respeito à sua constituição e funcionamento, mas também tudo o que ao Conselho competia em relação às funções da organização e disciplina militar, a maior parte delas de fiscalização e vigilância, competindo-lhe também, em certos casos, nomeações, concessão de licenças e dispensas, fornecimento de armas para as companhias, de material para os hospitais, entre outros. Não era, portanto, um mero corpo consultivo.

⁷ Este foi o embrião da futura Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra e Estrangeiros, depois Ministério da Guerra.



- fundições, entre outros, jurisdição essa mais de carácter administrativo pois o Tenente General era empregado civil⁸;
- Ordenou-se que fossem reparados os castelos, fortalezas e muros, sendo estes guarnecidos e providos como fosse possível, aplicando-se para este objectivo o rendimento das terças dos concelhos⁹;
 - Foram restabelecidas as Ordenações Sebásticas, agora aceites sem relutância pelo povo, consciente da necessidade de se sujeitar a todos os sacrifícios pela salvação pública nacional;
 - Os Alcaides-Mores por decreto Real passaram a residir nas suas alcaidarias;
 - A 28 de Janeiro de 1641, reúnem-se as Cortes e são nomeados governadores militares das províncias; Assim são nomeados governadores de armas do Alentejo, Algarve, Beira, Trás-os-Montes, Minho e Estremadura, dividindo cada província em várias comarcas, e as 25 comarcas do reino em companhias, dando a cada comarca um Capitão-Mor, um Sargento-Mor e dois Ajudantes, e a cada companhia, os Capitães e Oficiais estatuídos pelo Regimento de Ordenanças de 1570 (Ordenanças Sebásticas)¹⁰;
 - Nestas mesmas Cortes de Janeiro de 1641, foi votado um imposto extraordinário de 2 milhões de cruzados para as despesas de guerra e manutenção do Exército de 1ª linha;
 - Ao restaurar-se a antiga Lei Sebástica de 12 de Dezembro de 1570, imediatamente após a independência, também conhecida como Regimento da Nova Milícia, fizeram alistar-se, em todas as comarcas, a totalidade dos homens válidos dos 18 aos 60 anos¹¹, com a declaração dos que eram fidalgos e dos que tinham ou não armas e cavalos¹²;
 - A 18 de Fevereiro de 1641, é formado um Esquadrão Volante de Cavalaria para acudir onde necessário;

⁸ O seu trabalho era supervisionado pela Junta dos Três Estados (que superintendia no aprovisionamento do Exército e das praças do reino), pelo Conselho Ultramarino (que tratava da defesa das Colónias) e pela Junta do Comércio (que cuidava do aprovisionamento da marinha de guerra).

⁹ As terças eram a terça parte do rendimento de cada município pago à coroa.

¹⁰ Aos cargos de governador das armas de uma província, correspondiam os antigos Fronteiros-Mores.

¹¹ Segundo PINTO (1989), D. João IV baixou a idade de 18 para 15 anos.

¹² A Lei de 12 de Dezembro estabelecia que as “ordenanças” eram constituídas pelo arrolamento de todos os homens válidos dos 18 aos 60 anos, à excepção dos fidalgos, dos eclesiásticos, das pessoas que tivessem continuamente cavalo e dos Oficiais de Justiça e da Fazenda. Este arrolamento era efectuado pelos Alcaides-Mores da “gente de tais lugares”. Na ausência dessas entidades, os Capitães-Mores eram eleitos pelas Câmaras, assim como os Capitães das Companhias. Eram também eleitos os Alferes, Sargentos e demais Oficiais. A estas eleições deveriam assistir as autoridades locais e o corregedor ou provedor da Câmara e o Capitão-Mor “tendo sempre respeito que se elejam pessoas principais da terra e que tenham partes e qualidades para os ditos cargos”.



- A 31 de Maio de 1641, é mandado fazer o Regimento do Tesoureiro-Mor dos três Estados, Provedor Geral, Pagador Geral e demais Oficiais dos Exércitos;
- A 28 de Fevereiro de 1642, é publicado o novo Regimento do Contador Geral do Exército para que em cada uma das 5 fronteiras do Reino houvesse uma Contadoria para se pagar por ela ao Exército, sendo na mesma data publicado o Regimento do Vedor Geral do Exército e outro do Pagador Geral do Exército;
- A 16 de Maio de 1642, é publicado o Regimento dos Hospitais do Exército;
- A 18 de Agosto de 1642, é elaborado um novo Regimento da Casa da Contadoria do Exército (CARVALHO, 1993, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945).

Era assim organizado o primeiro Exército permanente Português, dividido em 3 escalões:

I.1.1.1 Exército de Linha

Constituído por 20 000 infantes e 4 000 cavalos, os quais seriam recrutados por sorteio, das listas de ordenanças, tendo no entanto o Capitão-Mor o direito de escolher os soldados, o que representava um poder e influência tão grande, que levava a que essa profissão fosse ardentemente desejada.

Os Oficiais eram recrutados na nobreza e nomeados pelo rei e os soldados eram recrutados nas listas de ordenanças, entre os filhos segundos de todas as classes, excepto os filhos de viúvas e lavradores.

Era o Exército de linha que se destinava especialmente à guerra de manobra nas fronteiras, para o que foi dado em Agosto de 1645 o Regimento de Fronteiras, estatuinto pagamento de soldo, alimentação, entre outros.

O Exército de linha compunha-se de Terços de Infantaria de 2 000 homens, divididos em 10 companhias de 200 homens cada. Cada Terço era comandado por um Mestre de Campo (Coronel) e as Companhias, por Capitães, enquadradas ainda pelos seus Oficiais e graduados (Alferes, Sargentos e Cabos de Esquadra). Uma espécie de Estado Maior composto por 1 Sargento-Mor de Campanha, 2 Ajudantes de Sargento-Mor, entre outros, coadjuvava o Mestre de Campo no comando de cada Terço.

Foi criado o cargo de Mestre-de-Campo-General (General de Infantaria) que tinha sob a sua alçada todos os Terços de um governo das armas de uma província. Este mesmo posto designava também o Chefe de Estado Maior de um Exército.

O tempo de serviço variava conforme as circunstâncias, mas para os voluntários foi estabelecido mais tarde (1652) que não seriam obrigados a servir por mais de 6 anos.



I.1.1.2 As Tropas Auxiliares ou Milícias

Com a segunda classe de ordenanças¹³, constitui-se um segundo escalão de tropas territoriais – tropas auxiliares ou milícias – de que inicialmente se organizaram alguns Terços de auxiliares, apenas em certas comarcas, mas que mais tarde (1646) se generalizou a todas as comarcas do reino.

Os Terços auxiliares tinham a mesma finalidade do exército de linha, quando se tornasse necessário, e nesse caso passavam a vencer soldo e pão de munição como os soldados de linha.

Compreendiam (a partir de 1646), 25 Terços auxiliares das províncias¹⁴ e 5 de Lisboa. Cada Terço era comandado por um Mestre-de-Campo (Coronel), e os homens eram instruídos por Oficiais: Sargentos-Mor¹⁵, Capitães e Alferes, vindos do exército de linha. Estavam organizados em Terços de 600 homens, a 10 companhias de 60 homens.

I.1.1.3 As Ordenanças

Eram formadas pelos restantes homens válidos, constituindo uma espécie de depósito dos outros escalões.

Estavam organizadas em Companhias de Ordenanças (a 240 homens cada), tropas territoriais que, comandados em cada comarca pelo seu Capitão-Mor, constituíam o 3º escalão do Exército, com os seus demais Oficiais de Ordenança, geralmente fidalgos, propostos em cada comarca pelo Capitão-Mor ou pelas câmaras e nomeados por carta-patente do Rei.

As Companhias de Ordenanças no início não estavam livres de acorrer às fronteiras ou praças de guerra, em caso de necessidade, mas foram mais tarde isentas dessa obrigação¹⁶.

O maior organizador militar do seu tempo, Joane Mendes de Vasconcelos deu o seu parecer ao projecto sobre ordenanças.

Muitas das providências militares adoptadas foram inspiradas nas Ordenanças do Duque de Parma¹⁷, sob cujas ordens muitos portugueses haviam militado na Flandres e que Luís Marinho de Azevedo compilou.

¹³ Os filhos de viúvas, de lavradores (necessários para o cultivo das terras) e os casados em idade militar.

¹⁴ Um por cada Comarca.

¹⁵ Sargento-Mayor, donde resulta o actual posto de Major.

¹⁶ Alvará de 13 Março de 1646.

¹⁷ Alexandre Farnese, que por morte de D. João da Áustria e por ordem de Filipe II, governou os países baixos, podendo considerar-se que o Regimento Militar por si instituído na Flandres, continha, além do mais, um verdadeiro Regulamento de Disciplina Militar e um Código de Justiça Militar.



I.1.1.4 Outras Tropas Especiais

D. João IV teve ainda ao seu serviço:

- A sua guarda real de archeiros, 100 portugueses com o seu Tenente português e 100 alemães com o seu Tenente alemão;
- A guarda real de ginetes, comandada por um Capitão-Mor de ginetes;
- O corpo académico de Coimbra, organizado em Terço sob o comando do reitor da universidade;
- Os 4 Terços da Nobreza, cujo Coronel-General foi o príncipe real D. Teodósio;
- Vários Terços e Companhias de mercenários holandeses, franceses, ingleses, e inúmeros oficiais estrangeiros que, ao uso da época, se ajustavam como profissionais aos príncipes dos países em guerra;
- 1 Terço de Infantaria formado pelos clérigos e freires do arcebispado de Lisboa, comandado pelo Deão da Sé;
- 1 Companhia de Eclesiásticos no Porto comandada pelo Deão, formada em 1643.

I.1.1.5 Cargos Militares

Além dos governadores de armas de cada província, dos Generais de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e dos Mestres-de-Campo-Generais, criou D. João IV o posto de Capitão-General das Armas do Reino, Comandante em Chefe do Exército, que presidia ao Conselho de Guerra. Todos estes postos eram simples tenências do Rei que, por Cartas-patentes, podia dispor desses cargos, consoante as conveniências do serviço.

A criação do Exército Permanente em Portugal foi consequência de factores variadíssimos, desde os tecnológicos à evolução da arte da guerra, desde os sociais aos políticos e económicos e surge numa época em que os vários factores convergem no sentido da sua formação e criação.

De acordo com aqueles vários factores e as circunstâncias conjunturais, Portugal criou o “Exército possível” e apesar de todas as alterações sofridas ao longo destes quase quatro séculos de existência, dos vários conceitos que os diversos estudiosos da matéria têm enunciado, o modelo das nossas forças armadas continua, como então a ter como base a mobilização geral e assentou no princípio do Serviço Militar Obrigatório (CARVALHO, 1993, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945).



II. Reorganização de 1750-1777

“Com quem saiba conduzi-los, eles irão a toda a parte e combaterão quem se quiser...; marcharão sujeitando-se às maiores fadigas, sem um murmúrio, e vivendo apenas de pão e água com um dente de alho como condimento...”

Diogo Ferrer

Oficial do Exército britânico

(sobre os Soldados Portugueses, Séc. XVIII)

II.1 O Exército Português na Guerra de 1762

Segundo MARTINS (1945), foi somente na iminência da invasão do Exército franco-espanhol nos finais de 1761, que Pombal toma providências de ordem militar:

- Para ocorrer à anárquica ausência de uniformidade na táctica de cada arma e na maneira de executar o manejo e as evoluções, “sintoma principal de que um exército periclita por íntimos achaques na sua disciplina e eficácia militar”, tinha sido tornado obrigatória (Novembro de 1761) a completa uniformidade na ordenança. Foram criados os distintivos no uniforme, dos diferentes postos dos oficiais. Deu-se nova organização ao Estado-Maior General: os Mestres de Campo Gerais passaram a ser Tenentes-Generais, os Sargentos-Mores de batalha passaram a Marechais de Campo, e criou-se o Marechal dos Exércitos como suprema dignidade militar. Assegurou-se a regularidade de pagamentos, para evitar que os soldados estendessem a mão à caridade pública “não só nas ruas mas como também nos postos de sentinela”;
- Elevaram-se os efectivos das unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia por forma que, já em fins de Abril de 1762, “se contaram nas fileiras mais de 40 000 praças”, apesar de que o serviço de recrutamento continuava a enfermar de “infinitas isenções que a legislação tinha ido acumulando durante mais de um século”;
- Contratou o governo dois Batalhões suíços de 800 homens cada um, mas a indisciplina desses mercenários e o desonesto procedimento dos seus oficiais, forçaram o Conde de Oeiras a dissolvê-los, aproveitando as “praças e oficiais de préstimo e boa conduta” para formar em 1763 um novo Batalhão de 8 Companhias de granadeiros, denominado de reais estrangeiros, mas que foi também dissolvido passados dois anos, “pois enfermou do mesmo mal que os corpos de que proviera”;



- Pediu-se auxílio a Inglaterra, e a 6 de Maio de 1762 chegaram ao Tejo as tropas auxiliares inglesas, entre 7 a 8 000 homens (cinco Regimentos de Infantaria, um de Dragões e oito Companhias de Artilharia), sob o comando de Lorde Towshend;
- O que hoje se chama de mobilização não se conhecia ainda nesse tempo. A força do Exército, nos seus efectivos de paz, aumentava-se nas vésperas da campanha, improvisando levadas de recrutas que iam incorporar-se em unidades criadas de novo ou obtidas por desdobramento das existentes;
- Sob conselho de Inglaterra contratou-se um General prussiano para assumir o comando das tropas portuguesas, recaindo a escolha no Conde reinante Guilherme de Schaumburg Lippe, que desta forma ficou a comandar 7 a 8 000 ingleses a que se juntaram outros 7 a 8 000 portugueses (tropas de 1ª linha) e cerca de 20 000 homens entre auxiliares e ordenanças que só podiam ser empregues na guarnição das praças-fortes;
- Foi criado também o Estado-Maior do Exército, com o Brigadeiro inglês Crawford, a comandá-lo, no posto de Quartel-Mestre General;
- Perante a invasão franco-espanhola, com um efectivo em número muito superior, o Conde de Lippe optou por formar 5 destacamentos mistos muito móveis, com os quais conseguiu deter a ofensiva inimiga, aplicando a táctica prussiana.

II.2 A Reorganização do Exército pelo Conde de Lippe

A modernização do aparelho de Estado, nascida da lógica e da dinâmica do projecto e da governação pombalinos, trazia consigo, naturalmente, a modernização do Exército. Não só do ponto de vista organizativo e operacional, mas também no que concerne à sua natureza e à sua função. O Exército devia passar a corresponder à natureza despótica do poder, ser capaz de agir apesar e até contra a nobreza, que esse poder teria de afrontar, frequentemente de uma forma directa. O Exército devia ser, enfim, o garante da autoridade do Estado impondo-se sobre a sociedade global.

Tornava-se necessário também contar com o Exército, quer para enfrentar as conspirações conduzidas pelos jesuítas e camadas da nobreza (caso dos Távoras), quer para esmagar ou neutralizar movimentos populares (caso do levantamento no Porto, em 23 de Fevereiro de 1757, contra a criação da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro), quer para garantir a eficácia das medidas fiscais, alfandegárias e proteccionistas. Ora, não podia ser o Exército desorganizado, senhorial, composto por “militares de salão e oficiais-lacaios” a assumir essas funções.



O estado em que o Exército português se encontrava antes da guerra de 1762, fez reconsiderar o Marquês de Pombal sobre a necessidade de dispor de um bom Exército, eficaz, capaz de fazer afirmar perante as outras potências a existência real da Nação. A breve campanha de 1762, demonstrara, que o Exército português não perdera ainda as suas qualidades militares e, quando bem instruído, enquadrado e comandado, dava um soldado admirável. Por estes motivos, Pombal tratou de reorganizar o Exército à prussiana sob a direcção técnica de Lippe.

Segundo MARTINS (1945), como sucedera com Schomberg no século anterior, também o Conde de Lippe veio encontrar a má vontade, o ciúme e a resistência passiva dos Generais portugueses que, na sua maioria, conscientes ou inconscientes da sua incompetência, punham acima de tudo o seu orgulho de fidalgos que todos eram, mais ou menos aparentados entre si, e, só habituados a mandar ainda que mal, não toleravam ser mandados por um estrangeiro, por maiores que fossem o seu valor militar, o seu saber, a sua experiência da guerra e as qualidades de comando.

Dessa forma, a acção do Conde de Lippe incidiu entre outros nos seguintes aspectos:

- Instituíram-se aulas de matemática em cada um dos Regimentos de Artilharia e traduziram-se as melhores obras estrangeiras sobre esta arma;
- Publicaram-se as “Instruções gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário ...” que depois foram apenas às várias edições que se fizeram dos regulamentos de Infantaria e Cavalaria, instruções aquelas que, no dizer do Tenente-General Simão Frazer, a quem se atribui a autoria das “Reflexões militares” (1783), foram traduzidas das elaboradas pelo Marechal Broglie, quando comandante do Exército francês (1755). Em 1763, fazia o Conde publicar, confirmado por alvará de 18 de Fevereiro, o novo “Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de S. M. Fidelíssima”, em que pondo de parte a organização de 1735, adoptava uma outra onde avultavam os princípios de Frederico o Grande. O Exército de 1ª linha passou a ser de 24 Regimentos de Infantaria, 1 de Voluntários Reais, 10 de Cavalaria e 4 de Artilharia. Cada Regimento de Infantaria ficava com 7 Companhias de 101 homens, com um efectivo total de 862 homens, com o seu Comando, Oficiais, Estado-Maior e Menor. Para manobra o Regimento formava um único Batalhão dividido em oito Pelotões, não correspondendo portanto as unidades administrativas ao fraccionamento táctico. Só mais tarde, em 1776, se atendeu a esta correspondência, aumentando três Companhias ao Regimento, uma das quais de granadeiros, ficando assim oito Companhias de fuzileiros correspondendo aos oito Pelotões de manobra do



- Batalhão. As duas Companhias de granadeiros agrupavam-se com outras formando Batalhões eventuais, para efeitos tácticos. Quando isolados operavam nos flancos do Regimento;
- Um novo “Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Cavalaria ...”, publicado em Agosto de 1764, constituía cada Regimento a oito Companhias a 30 homens cada, com um efectivo total de 329 homens, com Oficiais, Estado-Maior e Menor;
 - Os Regimentos de Artilharia passaram a ter doze Companhias de 63 praças cada, incluindo uma de bombeiros, uma de mineiros, uma de artifícios as nove restantes de artilheiros, num efectivo total de 738 homens;
 - Assim reorganizado, o Exército de 1ª linha constava em tempo de paz de 20 668 homens de Infantaria, 5 338 de Cavalaria e 2 880 de Artilharia, num total de cerca de 30 000 homens;
 - Nos Têrços de auxiliares e nas organizações das Capitanias-Mores e Companhias de ordenanças não foi introduzida qualquer reforma, além de um plano de uniformes para os seus oficiais;
 - Organizou-se um Regimento de Artilharia de Costa, com dois Batalhões de 720 praças cada um;
 - As principais reformas de Lippe foram, nos métodos de instrução, disciplina e sistema defensivo das fronteiras. O critério seguido era o de estimular, pela emulação, o brio militar, manter a disciplina das tropas por severíssimas penas corporais que iam da prisão a pão e água, açoites e varadas até ao fuzilamento, e finalmente conservá-los sempre em treino por frequentes exercícios de táctica e tabuleiro nos seus campos de instrução e manobra;
 - Para instrução das diversas armas estabeleceram-se campos de exercício e manobras, entre os quais os mais notáveis foram os de Vila Viçosa, Moita e Palmela, onde se realizaram depois, perante o Marquês de Pombal e a família real, as primeiras manobras regulamentares que em Portugal se fizeram;
 - A instrução geral dos quadros foi facilitada pela instalação de bibliotecas militares em cada guarnição. O recrutamento da tropa de linha passou a ser mais uniforme;
 - O alistamento de oficiais tornou-se menos arbitrário, por meio da criação do Real Colégio dos Nobres (futuro Colégio Militar), instalado na Cotovia. Aí se cursavam preparatórios para as profissões técnicas do Exército (Artilharia e Engenharia), e com vários oficiais estrangeiros, contratados (facto que não deve estranhar-se por ser então



- corrente em toda a Europa e peculiar dos Exércitos permanentes), adquiriu o Exército português o máximo de eficiência;
- Restauraram-se diversas fortalezas e construiu-se debaixo da direcção do Tenente-General Vallerés, o Forte da Graça ou de Lippe, em Elvas, segundo os ensinamentos de Vauban;
 - Bartolomeu da Costa, grande impulsionador da Artilharia portuguesa neste século, regularizou os calibres da nossa Artilharia, que eram os mais diversos;
 - Sob o ponto de vista disciplinar, o capítulo XXVI do regulamento de 1763 era constituído pelos tradicionais artigos de guerra do Conde de Lippe que substituíram os das Novas Ordenanças de D. João V. Em 29 artigos ficou condensado toda a legislação penal para o Exército, que se manteve em uso até à publicação, em 1875, do Código de Justiça Militar. Da mesma época datam os Conselhos de guerra claramente estatuídos;
 - O levantamento das cartas militares mereceu também a atenção do Conde de Lippe, serviço de que incumbiu vários engenheiros na sua maioria estrangeiros;
 - A uniformidade de fardamentos, foi outra das suas preocupações, como parte importante da disciplina militar, tendo feito publicar um alvará em 24 de Março de 1764, estabelecendo um plano de uniformes, que se manteve até à reforma de 1806. O mesmo alvará criava um armazém geral de fardamento para todas as tropas, no Arsenal do Exército, e mais dois provinciais;
 - Como complemento das suas reformas é de ressaltar a extensa memória que dirigiu em 5 de Setembro de 1764 ao Conde de Oeiras, antes de sair de Portugal, sob a modesta designação de “Observações militares”, onde apontava pormenorizadamente em 27 artigos todas as medidas que deviam ser adoptadas, para que aquelas reformas se tornassem praticamente eficientes;
 - As Inspecções, as revistas, as necessidades especiais das várias armas e do corpo de Engenheiros, as fortificações, o armamento, o vestuário e calçado, a remonta, os víveres, os vencimentos, os hospitais, a milícia auxiliar, tudo enfim mereceu ao notável organizador o maior cuidado e as mais judiciosas reflexões, nessa substancial memória (CARVALHO, 1993, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945).



III. Reorganização de 1911

“Ninguém desconhece que o nosso exército, tal como o fallido regime monarchico o mantinha, estava muito longe de poder satisfazer a sacratissima missão de defesa da Pátria. O País sustentava um pseudo-exército permanente que a monarchia suppunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana, na inconsciencia de que um regime se sustenta só com baionetas”

Ordem do Exército Nº 11 de 26 de Maio de 1911

III.1 Reorganização do Exército

Poderá parecer aparentemente deslocada a inclusão desta reorganização, num trabalho cujo título é as Grandes Reorganizações do Exército Português.

Se atentarmos bem no que se passou a 5 de Outubro de 1910, onde se pôs ponto final à monarquia que reinava em Portugal há cerca de oito séculos desde o milagre de Ourique, devemos considerar essa data como uma das mais marcantes na história de Portugal.

Por outro lado, se observarmos as poucas tradições¹⁸ que perduram no nosso Exército, elas remontam quase na sua totalidade à instauração da República e à sua ânsia de destruição e afastamento de tudo o que tinha a ver com a realeza.

De uma forma mais ou menos atribulada, o Exército português soube mais uma vez atravessar este período, agora já não ao serviço do rei, escolhido por Deus, para governar na terra, propagando a fé cristã a todo o mundo conhecido e desconhecido, mas ao serviço da Nação, numa instituição menos “nobre” e elitista, cada vez mais nacional, cada vez mais uniforme e sem distinções de classes, bem ao jeito republicano.

E embora esta reorganização tenha sido interrompida, senão mesmo colocada de parte, pela guerra de 1914-18 onde o poder político considerou fundamental a nossa participação ao lado dos aliados, o que não se coadunava com um Exército miliciano convocado por mobilização, mesmo assim considerámos importante analisar este período da nossa história, e das suas implicações ao nível do Exército, até porque foi o início de um período conturbado onde os militares desempenharam um papel importante na vida política do país e que só terminará com o surgimento do Estado Novo e do Salazarismo.

¹⁸ Como por exemplo o Juramento de Bandeira e o Juramento de Fidelidade dos Oficiais.



III.2 O Exército em 1911

De acordo com Oliveira (1993b), o governo provisório submeteu o Exército a profundas transformações. São tomadas medidas de administração de pessoal, sobretudo em relação aos chefes militares e aos Oficiais, abrangendo tanto os que lutaram pela Revolução como os que contrariaram ou assumiram uma atitude passiva. Por outro lado, foi publicada legislação visando reformar e actualizar o Exército, com base em novos conceitos.

Imediatamente a seguir à Revolução o Governo provisório, convidou os Oficiais que não tinham tomado parte na Revolução a apresentarem-se nos seus quartéis e estabelecimentos, e a declarar lealdade à República num efectivo total de cerca de 3 400.

Alguns oficiais não aderiram, entre eles os fiéis à monarquia, optando por outras soluções administrativas.

Viveram-se então tempos complicados para a disciplina no Exército. A permanente e exagerada, senão desnecessária, republicanização nos quartéis, agravada pela passividade de muitos graduados, em especial dos Oficiais, reflectia-se na ordem interna e era visível nas frequentes insubordinações, amotinações e até assassínios. A indisciplina nas casernas era característica deste período. Qualquer unidade representava a imagem das facções antagónicas que se digladiavam.

De acordo com MARTINS (1945), segundo as ideias republicanas, haveria que remodelar o Exército, por forma a fazer do soldado, um cidadão consciente, instruído, imbuído do necessário sentimento do dever, amor à pátria e obediente. É o verdadeiro espírito da Nação em Armas, de que se fala, desde as grandes capitais às ínfimas aldeias, sem distinções de classes e privilégios daí resultantes.

O Governo provisório empreendeu dessa forma a reforma das instituições militares, fazendo publicar vários diplomas, de onde se destaca o Decreto de 25 de Maio de 1911 que reorganizava em novas bases o Exército metropolitano, não só fixando a sua nova composição orgânica, mas também a constituição dos vários estabelecimentos dependentes das diversas Armas e Serviços, remodelando de igual modo o Estado-Maior do Exército, os Quartéis Gerais, os Comandos Militares, os governos das fortificações e os princípios do recrutamento à maneira suíça, adaptada a Portugal.

A instrução militar também foi visada, fixando-se as principais disposições relativas às escolas de recrutas, escolas de repetição e escolas de quadros, englobadas num único “Regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano”, só publicado em 1914, mas elaborado ao longo de 1912-13, durante a gerência da pasta da Guerra do então Major Pereira



Bastos, a quem também se deve a quase exclusiva autoria da “Organização do Exército Metropolitano” de 1911.

III.3 A Organização do Exército Metropolitano de 1911

Segundo CARVALHO (1993) e MARTINS (1945), em termos técnicos e táticos salientam-se:

- A remodelação da Escola do Exército, passando a ter a nova designação de Escola de Guerra numa primeira fase e, depois, Academia Militar, a qual procurava desenvolver o ensino das ciências sociais a par das ciências militares, para tornar o Oficial de carreira mais apto às suas funções de educador dentro do Exército. A sua frequência era ainda aberta a alunos livres, civis ou militares;
- É fundado o Instituto dos Pupilos do Exército.

No que respeita à Organização militar propriamente dita:

- Passaram-se a designar por Distritos de Recrutamento (DR) os anteriores (DRR), elevando-se o seu número para 35. O seu comando deu origem a uma chefia de recrutamento;
- O Exército permanente, deu lugar ao Exército miliciano que passou a compreender três escalões:
 - Tropas Activas (1ª linha), que englobavam o Exército de campanha e guarnições permanentes de pontos fortificados, constituído por dez classes (homens dos 20 aos 30 anos). Compreendia 8 Divisões, 1 Brigada de Cavalaria (3 Regimentos a 4 Esquadrões e 1 Bateria de Metralhadoras), e unidades não endivisionadas: de Infantaria (guarnições das ilhas), Artilharia (a cavalo, de montanha e obuses), Engenharia (sapadores, mineiros, pontes, projectores, telegrafistas, aerosteiros, caminhos de ferro), dos Serviços de Saúde, Subsistência e Equipagens e as Tropas de Artilharia e Engenharia do Campo Entrincheirado de Lisboa;
 - Tropas de Reserva (2ª linha), que englobavam o Exército de reserva, para reforço das Tropas Activas e constituição de tropas e serviços de etapas, com outras dez classes (31 aos 40 anos). Compreendiam por cada Divisão activa: 2 Brigadas de Infantaria, 1 grupo de Artilharia montada, 1 Esquadrão de Cavalaria, 1 Companhia de Sapadores mineiros e 1 Secção de tropas de Saúde e outra de Administração militar, 1 Companhia de pontoneiros, Brigadas de Caminho de ferro, 3 Regimentos de Infantaria independentes (nas ilhas), 3 Secções de reserva



de Artilharia de guarnição e outras 3 de Costa (Campo Entrincheirado de Lisboa);

- Tropas Territoriais (3ª linha), que englobava a reserva territorial, para defesa de localidades, trabalhos de fortificação e outras missões de carácter sedentário, constituídos por cinco classes (41 aos 45 anos);
- A obrigação do serviço militar começava aos 17 anos, sendo os mancebos inscritos nas tropas territoriais e alistados efectivamente aos 20 anos. Durante os dez anos que permaneciam nas tropas activas, frequentavam carreiras de tiro, escolas de equitação e cursos de ginástica, exercícios militares preliminares, no que se chamava então instrução militar preparatória;
- Nesta nova organização estabelece-se pela primeira vez entre nós, o princípio do serviço pessoal e obrigatório, prestado por todas as classes de cidadãos, reduzindo-se simultaneamente o tempo de serviço nas fileiras ao indispensável, impondo-se-lhe o dever de se apresentarem anualmente, por convocação, para um período de exercícios chamados escolas de repetição que constituíam um verdadeiro ensaio de mobilização, pretendendo-se evitar os inconvenientes de uma longa permanência nas fileiras, tão prejudicial à vida económica da Nação. As classes do Exército activo eram obrigadas a sete escolas de repetição, pelo menos e as do Exército de reserva a duas dessas escolas;
- O Ministério da Guerra é formado e compreende a Repartição de Gabinete, a 1ª Direcção Geral (Assuntos Gerais) e a 2ª Direcção Geral (Administração);
- Pela O. E. n.º 11 – 1ª Série, de 16 de Maio de 1911, a reorganização militar de 1911 envolve 33 Regimentos de Infantaria;
- A Lei previa o emprego de tropas do Exército, em tempo de paz, exclusivamente em serviços de instrução e de preparação para a guerra. Todos os serviços de guarnição que anteriormente eram efectuados pelo Exército, seriam prestados exclusivamente pela Guarda Nacional Republicana, entretanto criada;
- A Lei orgânica previa ainda o contrato de pessoal civil (ou de militares licenciados), para o serviço de limpeza de quartéis, lavagem de roupas e louças, condução de água, enfim todo o serviço braçal de que assim ficavam libertos os soldados. No entanto acabou por nunca ter sido adoptada por ser dispendiosa.



IV. Reorganizações do Estado Novo – A Geração NATO

“Todos tinham uma vontade enorme de produzir algo de novo, de alterar e modificar o que não estava bem, de actualizar o que estava desactualizado.”

Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50

Os Compromissos com a OTAN

IV.1 O Exército do Estado Novo

Em 1926, alterou-se em parte a reorganização de 1911, tentando ajustá-la às realidades, nacionais e internacionais. Em 1937, sob a orientação de Salazar, simultaneamente presidente do Conselho e ministro da guerra e com uma acção forte e bem estruturada do então subsecretário de Estado do Exército, Capitão Santos Costa, o qual se manteve como responsável pelo Exército até ao posto de General e ministro da Defesa, fazendo sentir a sua acção por mais de 20 anos, reorganiza-se novamente o Exército.

Esta reorganização contraria o conceito da Nação em Armas, ao considerar¹⁹ que a “Organização militar do país tem por fim essencial a manutenção da integridade do território e a defesa da soberania do Estado. São seus elementos constitutivos o Exército e a Armada”.

A partir de 1930, o poder efectivo de Salazar afirmava-se cada vez mais, transformando-se em peça indispensável do aparelho político. A formação da União Nacional constitui o factor necessário para que Salazar passe a dispor do suporte político fora das Forças Armadas, pois este último já o detinha à algum tempo.

Salazar preparava o terreno para a grande reforma, com que desejava afastar os militares da política, que tinha sido um facto inegável desde a instauração da I República.

No seu discurso a 30 de Dezembro de 1930 no QG/GML, Salazar tentava suscitar nos militares “um complexo de sentimentos múltiplos. Lisonjeia-os: são os cultores do heroísmo: e as Forças Armadas simbolizam o mais alto expoente dos grandes valores e dos grandes princípios. Nas Forças Armadas se consubstanciam a bravura, a coragem, o desinteresse, o espírito de sacrifício, a entrega total e uma causa que transcende cada um.

... Finalmente, coloca os militares em face das suas responsabilidades: cumpre-lhes defender a Pátria dos seus inimigos externos e internos, identificando-se estes com os inimigos da ditadura, porque esta, por sua vez e no momento histórico, se identifica com os interesses supremos da nação no seu todo. É hábil, e de boa técnica política, e concilia em seu favor uma força decisiva” (NOGUEIRA, 1977b, 104).

¹⁹ Art.º 1º da Lei 1960 de 01SET37.



Apesar desta tentativa, o ano de 1931 iria ser conotado como o «ano de todas as revoltas». O saldo da revolta, elevou-se a cerca de 40 mortos e duas centenas de feridos. Salazar atravessa todo este período incólume, aumentando ainda mais o seu prestígio. Recebe das mãos de Carmona a mais alta condecoração nacional – a Grã-Cruz da Torre e Espada, que nunca tinha sido até aqui atribuída a um civil, sendo habitualmente destinada a distinguir grandes feitos em combate.

A 5 de Julho de 1932, Salazar é encarregado de formar governo, e logo desde cedo começou a salientar a necessidade de uma remodelação dentro do Exército, mesmo contra a burocracia do Ministério da Guerra, sempre dentro do espírito de que o país tinha uma dívida em aberto para com o Exército.

A partir de 1934, inicia-se o relacionamento privilegiado entre Salazar e um desconhecido Capitão de nome Santos Costa. Este tinha ideias claras quanto à necessidade de o Exército ser profundamente remodelado na sua organização, e, sobretudo, na mentalidade herdada do período republicano.

No congresso da União Nacional, para se fazer notado, faz uma comunicação sobre a organização do Exército, apontando, sem rodeios, as suas debilidades: “... possuímos uma força armada terrestre, sem finalidade, porque muitas das regras que hão-de regular o seu objectivo, o seu emprego, estão por definir. É preciso falar claro. É necessário dar a conhecer à Nação o que os próprios estrangeiros não ignoram. O nosso Exército não está, presentemente, em condições de satisfazer às três missões essenciais para que um organismo militar é criado: instruir, mobilizar, cobrir.

Faltam-lhe os meios materiais – os armamentos – sem os quais a instrução militar do soldado é uma fantasia e a cobertura é impossível” (MARTELO, 1999, 75-76).

Num «parecer» que Santos Costa envia a Salazar, em 14 de Outubro de 1935 – documento esse no qual o futuro Subsecretário da Guerra dava a sua opinião pessoal acerca de um Programa de Rearmamento para o Exército, afirmava:

“Desde que o Governo aprovisione de material o Exército para fazer dele um instrumento sério, não poderá, decentemente, continuar a comédia que hoje se representa com a instrução do soldado. Não se faz um combatente em dois meses, tempo entre nós actualmente destinado à instrução do recruta de infantaria. Nesse prazo de tempo faz-se, quando muito, um boneco a macaquear o manejo de armas e a calçar umas luvas para depois se apresentar numa parada de avenida. A quase totalidade dos nossos soldados não tem um único dia de instrução de combate. É verdade que a maioria dos nossos quadros não a sabe ministrar, mas esta situação tem de acabar.



... o que não pode continuar é o sistema do Regimento a oitenta Oficiais e Sargentos e cinquenta soldados para impedidos e faxinas...

... o Ministério da Guerra carece de uma profunda reforma de administração e esta somente pode ser levada a cabo por um administrador...” (MARTELO, 1999, 91).

No Conselho de Ministros que se inicia a 10 de Fevereiro de 1936, Salazar expõe as grandes linhas-mestres da grande reforma militar do Estado Novo:

“... serviço militar geral e pessoal para todos os cidadãos; divisão territorial militar do solo nacional em quatro regiões militares e um governo militar (Lisboa); organização imediata de uma Divisão em cada uma das regiões militares e no governo militar; aquisições de armamento para as cinco Divisões (correspondentes aproximadamente a 100 000 homens) e provisão para compra do armamento apropriado a um Exército em mobilização geral (400 000 homens aproximadamente); fortes bases navais em Lisboa, Açores, Madeira, Cabo Verde; manutenção da aeronáutica indispensável à cooperação com as cinco Divisões, sendo de prever desde já a constituição de uma aeronáutica independente, para caça e bombardeamento; artilhar defensivamente os principais portos; manter uma indústria militar capaz de reparar e conservar todo o material de Infantaria e de Artilharia ligeira, de fabricar todas as munições para estas duas armas, e de fabricar todo o armamento a distribuir à Infantaria, Cavalaria e Engenharia” (MARTELO, 1999, 92-93).

Finalmente a 1 de Setembro de 1937, são publicados os primeiros diplomas da reforma militar. A Lei 1960 (Lei de Organização do Exército) e a Lei 1961 (Lei do Recrutamento e do Serviço Militar), ao mesmo tempo que no Ministério da Guerra, se equacionava também o rearmamento do Exército, pois havia a noção de que a reorganização e o rearmamento teriam de caminhar par a par.

A reorganização de 1937 é detalhada em Apêndice D.

IV.2 A NATO e a Modernização do Exército Português

Nos finais dos anos 40, o nosso Exército apresentava um enorme desfasamento em relação aos outros Exércitos ocidentais. Apesar de no quadro técnico haver uma excelente preparação dos quadros superiores, tendo por base o método francês, relativamente ao equipamento, pode-se dizer que Portugal “dispunha de um significativo e actualizado parque de Artilharia e de uma razoável defesa antiaérea e de costa das principais áreas sensíveis e portos” (COUTO, 1999, 18).



O grosso do Exército encontrava-se ainda organizado, equipado e instruído de acordo com a reorganização de 1937, apresentando “rusticidade e baixo tecnicismo; tracção hipomóvel ainda generalizada; movimentos apeados; motorização reduzida (mas que deu origem a uma legislação disciplinar sobre a circulação auto excepcionalmente dura e radical); meios de ligação e transmissões escassos e de baixo tecnicismo; dificuldade de realização de exercícios inter-armas, incapacidade de realização de grandes exercícios que implicassem a manobra de forças com fogos reais” (Couto, 1999, 18).

Com a entrada na Aliança Atlântica a “fase inglesa”, traduzida no estreito relacionamento com o velho aliado, (sendo de salientar a inclusão de forças inglesas nos nossos Planos de Defesa durante a II Guerra Mundial, pelo menos numa 2ª fase do conflito), virá chegar o seu fim, passando os Estados Unidos, superpotência emergente, a ser a nossa nova doutrina de referência, fonte de fornecimento de material militar e local de destino para a maioria dos cursos de actualização dos nossos oficiais.

“Face a esta situação, a grande empresa de aderir à NATO poderá ser considerada como uma reestruturação quase completa do Exército português, tanto ao nível das mentalidades, como dos equipamentos e armamentos, das tácticas de guerra, da formação dos quadros, da organização superior do Exército e das unidades” (MDN, 1999, 197).

“A participação de Portugal na NATO teve profundas repercussões nas Forças Armadas. Organização, equipamento, métodos e progressos de instrução, técnicas de Estado-Maior e processos de trabalho foram significativamente alterados mercê do acesso a nova documentação e regulamentos, dos contactos internacionais, da frequência de cursos no estrangeiro e do equipamento recebido ao abrigo da ajuda militar” (MDN, 1999, 210).

A nossa entrada na NATO, veio também preparar toda uma geração de oficiais e sargentos, com os conhecimentos e métodos de trabalho, instrução, e treino, que permitiria fazer a transição para uma guerra colonial em três teatros de operações, a tão longas distâncias uns dos outros e da metrópole, com uma natureza doutrinária completamente diferente para a qual estava preparado (a guerra subversiva).



V. Reorganização de 1993

“Menos Forças, Melhores Forças.”

Programa do XII Governo Constitucional.

No início da década de 90 do Século passado, um “sobredimensionamento verificado nas Forças Armadas como resultado das campanhas de África de 1961-74, a disfuncionalidade e inadequação apresentada pelos seus órgãos de comando e por fim, as novas necessidades e responsabilidades militares do País face ao figurino estratégico internacional criado a partir de 1989” (IAEM, 1995,1-1), configurava um conjunto de razões que apontavam para a necessidade de uma reorganização das Forças Armadas, e do Exército no caso particular em estudo.

O atraso de 20 anos, entre o fim da guerra colonial e esta reorganização deve-se sobretudo à “instabilidade governativa que caracterizou a vida nacional nos anos seguintes a 1974, a preocupação dos sucessivos governos no sentido da promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do país e por fim uma quebra de relevância dos assuntos relativos à Defesa Nacional e às Forças Armadas” (IAEM, 1995, 1-1).

Por outro lado, a revisão em 1991 do novo conceito estratégico da NATO, onde Portugal se insere, apontava para uma redução dos sistemas de forças, com uma maior mobilidade estratégica e maior flexibilidade de actuação, num âmbito de uma maior cooperação internacional com Forças Armadas dos países membros.

Os estudos e elaboração dos diplomas legais iniciaram-se em Junho de 1991, ainda durante a vigência do XII Governo Constitucional. Finda a fase de estudos nos diferentes ramos, estes foram consolidados ao nível do EMGFA e do MDN, tendo sido posteriormente aprovados pelo Conselho Superior Militar. Em 26 de Novembro de 1992, os diplomas foram aprovados em Conselho de Ministros e, em 2 de Fevereiro de 1993, o Presidente da República promulga-os, determinando a sua publicação. Desta forma, nesse mesmo mês é publicado em Diário da República, entre outras a nova Lei Orgânica do MDN, do EMGFA e do Exército.

As linhas gerais desta reorganização visavam “a concentração, até ao limite possível, de todos os sistemas operacionais, logísticos e de instrução, única forma de contrair e racionalizar efectivos e serviços sem perda de operacionalidade, eficiência e motivação profissional dos quadros mais jovens”²⁰ (ROCHA, 1997, 14-15).

²⁰ Discurso de tomada de posse do Gen. CEME, Octávio de Cerqueira Rocha.



Os principais diplomas base para a reorganização do Exército de 1993, com consequências a curto e médio prazo foram:

- O DLOE (Decreto-Lei da Organização do Exército – DL N° 50/93);
- A 2ª LPM para o quinquénio (93/97);
- A LSM que reduzia para 4 meses a duração do Serviço Militar Obrigatório (SMO/SEN) e introduzia ainda os regimes de Voluntariado e Contrato.

O Exército, como parte integrante do Sistema de Forças Nacional (SFN), dispunha de uma componente operacional e de uma componente territorial.

No que respeita à componente operacional, o Exército passava a dispor em permanência, com grau de prontidão variável de 3 Brigadas:

- 1 Brigada Aerotransportada Independente (BAI), que integrava os Pára-Quedistas no Exército e que conjuntamente com o Comando de Tropas Aerotransportado (CTA), ficava aquartelada nas áreas militares de São Jacinto/Aveiro e Tancos, sendo que, transitoriamente, algumas unidades da Brigada ficavam aquarteladas em Regimentos territoriais;
- 1 Brigada Mecanizada Independente (BMI), sendo que, se previa a total mecanização, tanto através da 2ª LPM como, da obtenção de material CFE (excedentes NATO), traduzindo-se na redução de um Batalhão (ficando reduzida a três unidades de manobra – 2 BIMec e 1 GCC), objectivando-se ainda a sua total concentração no CMSM;
- 1 Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), disseminada ao longo do território nacional, com o seu comando e quartel-general nas ex-instalações da RMC, em Coimbra extinta no decorrer de 1993, tendo as suas restantes unidades concentradas em Regimentos da Região Militar Norte e Sul.

As duas primeiras brigadas tinham missões afectas à NATO – Força de Reacção Rápida e Reforço do Comando Aliado Europeu.

Este sistema de Forças Permanentes crescia por mobilização, existindo a capacidade para levantar numa 1ª fase, 3 Brigadas de defesa territorial. A componente fixa ou territorial, visaria aprontar e manter as Forças operacionais, o apoio geral ao Exército e a organização de outras forças que se revelassem necessárias.

Ainda dentro da componente operacional é de realçar:

- Os Agrupamentos de Defesa Territorial, nos Arquipélagos (Os Regimentos de Infantaria das ZMA e ZMM eram transformados em Regimentos de Guarnição Mistos);



- Tropas de Corpo de Exército;
- Uma Unidade de Aviação do Exército (GALE).

Uma componente territorial, com base nas Regiões/Zonas Militares que continuavam a existir (Governo Militar de Lisboa, Região Militar Norte e do Sul, as Zonas Militares dos Açores e da Madeira e o Campo Militar de Santa Margarida), tendo por zonas de maior concentração de meios:

- Três grandes Áreas Militares: Santa Margarida, Tancos e São Jacinto;
- Uma Área Logística: Entroncamento;
- Um Campo de Instrução: Serra da Carregueira.

Nos três anos seguintes (1993-96), o Exército passou pelas mais profundas transformações dos últimos 20 anos, após as guerras coloniais, procurando fazê-lo na opinião do então Gen. CEME, de forma tranquila, sem sobressaltos, de forma planeada e progressiva, com períodos de transição, procurando minimizar as repercussões no funcionamento da própria Instituição Militar, na administração do pessoal, na vida privada e familiar dos seus militares e civis e nos custos sociais e económicos, resultantes das mudanças ou fechos de unidades, para as localidades onde se encontravam inseridas.

Durante os três anos referidos, extinguíram-se ou desactivaram-se 174 unidades, estabelecimentos e órgãos, reduziram-se os efectivos em cerca de 10 000 homens, dos quais mais de 1 300 quadros experientes, e disponibilizaram-se cerca de 200 prédios militares. Ficou bem saliente a dificuldade entre privilegiar a concentração em áreas militares da componente operacional por exigências de treino e prontidão operacional e ao mesmo tempo assegurar a dispersão da componente territorial, a qual garantisse uma presença mínima do Exército, junto das populações, de forma a legitimar a longa tradição histórica-militar do Exército, mas que também consubstanciava a importância das missões de interesse público que lhe estavam cometidas.

O período desta profunda reforma do Exército, carece, sem dúvida, do distanciamento que proporciona a perspectiva histórica, mas pode-se dizer com suficiente segurança, que foi uma das suas mais importantes reorganizações, capaz de ombrear com as outras descritas neste trabalho.

A reforma foi conduzida, em condições de estabilidade institucional, política, social e económica, em plena integração e participação do país no projecto europeu, reposicionamento e afirmação no seio da NATO, já libertos da guerra colonial, e em plena construção europeia, ... procurando valorizar a componente operacional terrestre do Sistema de Forças Nacional (ROCHA, 1997).



VI. Análise

“Portugal é obra de Soldados.”

Mouzinho de Albuquerque

In Carta ao Príncipe herdeiro, D. Luís Filipe de Bragança.

Da análise às reorganizações abordadas (ver Apêndice F), procurar-se-á obter os contributos que nos permitam responder às questões central e derivadas, enunciadas na introdução deste trabalho, para posteriormente abordarmos a forma como as Lições Aprendidas nas reorganizações em estudo, poderão contribuir para o Exército do futuro.

Assim, iremos analisar as reorganizações de acordo com os seguintes factores:

- Populacional;
- Económico;
- Político;
- Organizacional;
- Estratégico;
- Liderança;
- Técnico – Tático.

VI.1 Factor Populacional

Partindo do facto de que nem todas as reorganizações estudadas foram efectuadas na eminência de uma guerra, aspecto que na nossa opinião, poderá ganhar uma relevância excessiva para o estudo em causa, bem como o conhecimento de que a dimensão do Exército, tal como hoje é entendido, deriva de um edifício legislativo que termina inevitavelmente na definição das missões específicas das Forças Armadas e do Sistema de Forças Nacional, inerente ao ambiente estratégico actual e como tal, a necessitar de ser comparado com a realidade actual doutros países, arriscamo-nos, mesmo assim a retirar algumas ilações no que toca a este factor.

Da análise do Gráfico 1, retiram-se as percentagens dos efectivos militares em relação à população portuguesa, relativamente às várias reorganizações em estudo. À parte, as reorganizações de 1640-1668 e 1750-1777, onde se viveram ameaças inequívocas à soberania portuguesa, resultando, por isso as maiores percentagens em análise, verifica-se a partir da implantação, em 1910, da I República, um decréscimo acentuado dessas percentagens, com um ligeiro aumento em 1937-1949 como resultado da II Guerra Mundial.



É interessante verificar que a percentagem em 1993 foi igual à de 1911, onde, como é sabido, se introduziu pela primeira vez em Portugal o serviço militar obrigatório, passando a defesa da Nação, a competir a todos os cidadãos sem excepção, ou seja o conceito de “Nação em Armas”.

De salientar, que, embora não seja expresso no gráfico em questão, a capacidade de mobilização do Exército em várias ocasiões durante o século passado, atingiu números importantes para a demografia portuguesa. Foi o caso de 1914²¹, da década de 30²², e por último no período entre 1961 e 1974²³.

Outro facto curioso, é o de que os objectivos estruturais a atingir pelo Exército (MDN,

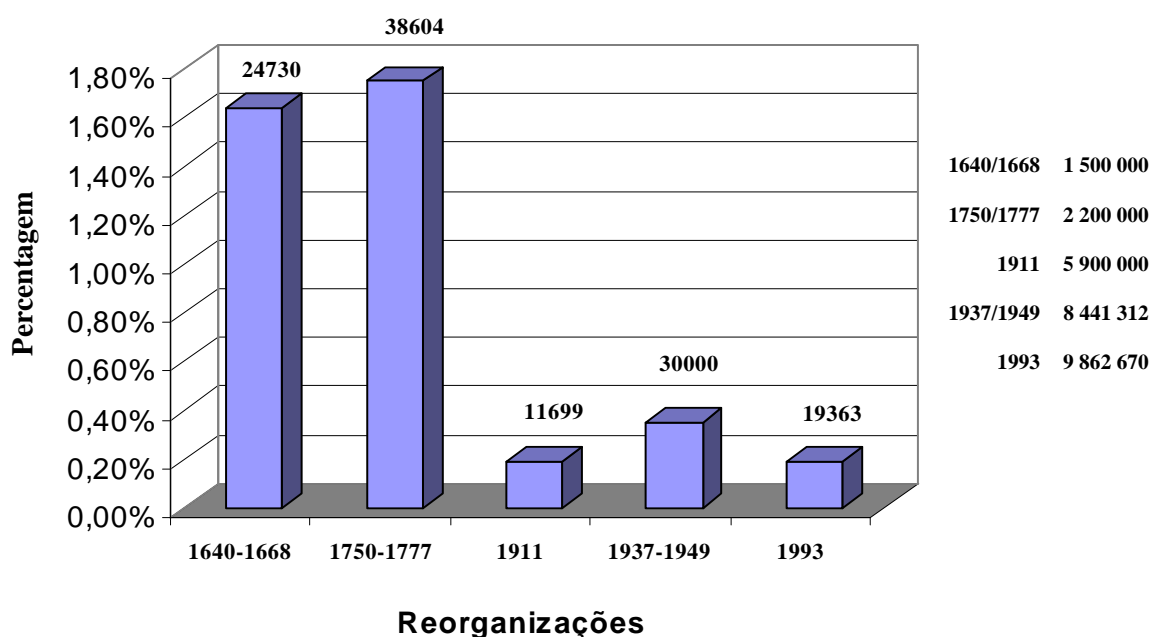


Gráfico 1 - Efectivos Militares/População

2001, 54), de 24 500 militares, serem idênticos, embora num universo de apenas 1 500 000 habitantes, aos efectivos do primeiro Exército permanente de 1640-1668.

No que respeita à implantação territorial, a dispersão e o número de unidades veio sempre a aumentar, assistindo-se ao seu auge em 1911, (114 unidades em 104 quartéis)²⁴, em virtude de, nos finais da monarquia, as unidades militares serem utilizadas como um recurso político

²¹ Mobilizaram-se cerca de 150 000 militares; 60 000 para o Corpo Expedicionário Português (CEP), destacado para a Flandres, 40 000 em território metropolitano e arquipélago e 50 000 nas colónias ultramarinas ameaçadas pelas potências estrangeiras.

²² Mobilizaram-se cerca de 80 000 militares para um eventual reforço dos arquipélago, ameaçados de invasão.

²³ Mobilizou-se uma média anual de 107 000 militares, para os três teatros de operações ultramarinos.

²⁴ Bem como o número de Regiões Militares que assistiu ao seu máximo em 1911, com 8 Regiões Militares no território continental.



do governo que, na falta de um corpo de polícia rural, satisfazia as necessidades de segurança das populações, pondo-lhes um quartel por perto²⁵. Em 1937, ainda se assiste a uma dispersão territorial relativamente idêntica à de 1911, embora com um menor volume de forças. A concentração de forças, processa-se a partir do início da guerra colonial, tendo uma acentuação excepcional a partir de 1993, devido às linhas gerais da reorganização desse ano.

No que respeita ainda à população, é de salientar os quase 100 anos que a conscrição regista em Portugal e o papel que teve na formação cívica e profissional dos jovens que passaram pelas fileiras, acabando-se com a possibilidade da “remissão” ao serviço militar em troca de uma determinada quantia²⁶, destacando-se ainda a década de 50, onde, em virtude da nossa entrada para a NATO, o Exército funcionou como um verdadeiro motor de desenvolvimento nacional.

Assim e de acordo com SANTOS (2003), as Forças Armadas, para terem uma dimensão proporcional às capacidades económicas e demográficas de um país deverão ter um efectivo na ordem dos 0,5% da população, (valor também recomendado pelos especialistas em Estratégia). De notar que os valores referidos em MDN (2001), são dessa ordem de grandeza. Daqui, pode-se inferir que é necessário cumprir esses valores, criando condições para um crescimento rápido e estruturado por mobilização, e convocação em caso de conflito.

VI.2 Factor Económico

Correndo o risco de se analisar (ao longo de 4 séculos), o esforço da Nação para com o seu Exército, vamos comparar o peso do orçamento do Exército em relação ao Orçamento Geral do Estado e não como se faz em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), já que este conceito não existia em séculos passados, e não existem dados que possam suportar uma análise desse tipo. De notar ainda, que os dados relativos à reorganização de 1640-1668, baseiam-se nas chamadas décimas, que serviam para custear o Exército, bem como o facto de não se ter conseguido arranjar quaisquer dados relativos à reorganização de 1750-1777.

VI.2.1 O Orçamento do Exército

Passando à análise do Gráfico 2, pode-se verificar a grande desproporção existente entre a reorganização de 1993 e todas as outras anteriores. Esse facto, resulta naturalmente da mudança nos conceitos estratégicos de defesa das organizações internacionais a que Portugal

²⁵ A grande função do Exército era, de facto, o policiamento da província.

²⁶ Em 1905, era de 150 000 réis.



pertence, nomeadamente em termos NATO. Essa diferença, para menos, situa-se nos 10%, o que reforça a aposta actual em forças de menores dimensões, mais bem equipadas e melhor armadas.

Portugal é um país de pequenas dimensões, e nem o facto de ter possuído até há bem pouco tempo um imenso império ultramarino, fez com que se tornasse uma potência económica. Antes pelo contrário, esse império, provocou ao longo dos séculos uma sangria em mão-de-obra, que de outra forma poderia ter sido aplicada na metrópole, um fluxo de emigração mais ou menos entrecortado para cada uma das colónias, de acordo com as oportunidades para melhorar a vida pessoal, acabando por só alguns lucrarem, com o comércio ultramarino.

Ao longo dos séculos, Portugal teve o Exército possível em termos económicos. Durante longos períodos, esquecido, mal pago ao ponto de os militares terem de pedir esmola nos postos de sentinela, ou de um Comandante de Regimento ter de acumular com o comando de um Batalhão para aumentar o vencimento, entrecortado com outros períodos de claro investimento na defesa da nossa soberania, onde se fazia um esforço para colocar o nosso Exército ao nível dos melhores Exércitos europeus, normalmente com recurso a Oficiais estrangeiros.

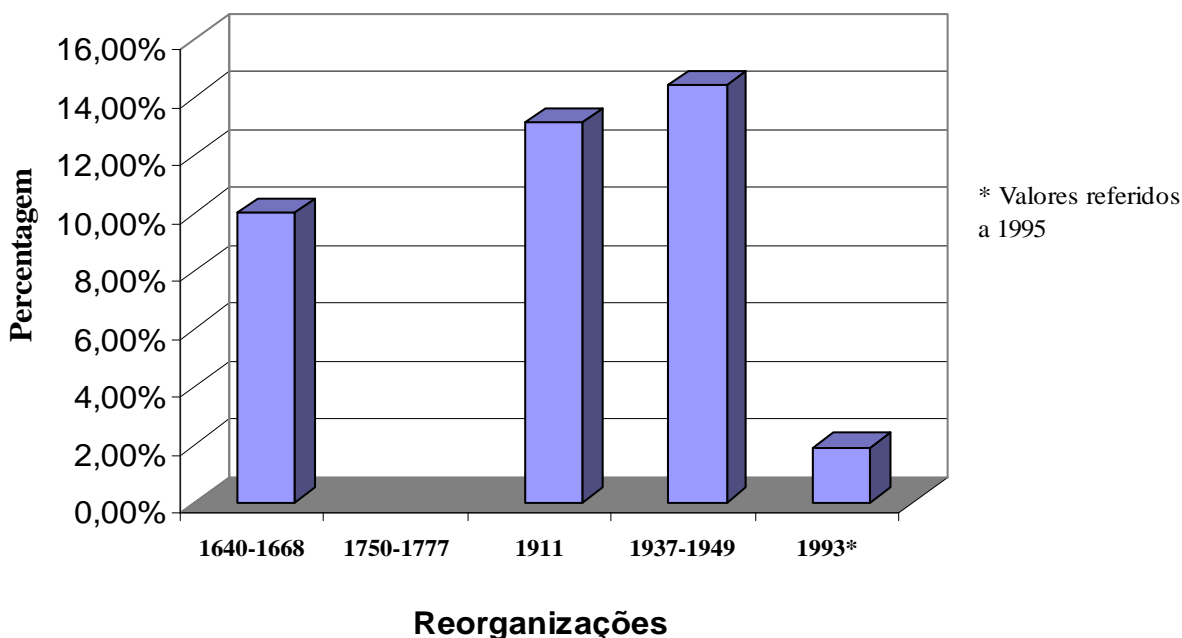


Gráfico 2 – Despesas Exército/Orçamento do Estado

A partir de 1974, ouve um claro desinvestimento nas Forças Armadas, numa pequena economia aberta, que lutava por encontrar na União Europeia o anterior sonho de expansão, substitutivo do Ultramar.



De acordo com SANTOS (2003), Portugal terá de atingir em relação ao Orçamento das Forças Armadas o valor de 2.1% do PIB, 0.1% acima do mínimo considerado pela NATO, justificando-se este acréscimo pelas necessidades estratégicas próprias do nosso país²⁷, não compatíveis com as capacidades exigidas pela aliança, elevando os valores afectos à defesa, para padrões sensivelmente idênticos aos de países europeus com a dimensão de Portugal, o que corresponde a um aumento do orçamento de defesa de 2003, em cerca de 50%.

VI.2.2 A Indústria de Defesa

Remonta ao séc. XVIII, e à reorganização do Conde de Lippe, a necessidade do desenvolvimento das indústrias de defesa, as quais recebem um novo impulso a partir de 1926, quando são industrializados alguns dos estabelecimentos produtores do Exército, sendo nessa altura separados dos depósitos a que estavam adstritos, passando os mesmos para a dependência do Ministério da Guerra.

Até ao início do século XX, Portugal, foi auto-suficiente em material de Artilharia²⁸. É um facto incontornável que Portugal necessita de uma Indústria de Defesa para a sustentação das suas Forças Armadas, por forma a não colocar em causa a segurança do seu fornecimento, nem proceder a aquisições externas com custos muito elevados.

A Indústria de Defesa, sempre funcionou como um elemento potencializador da investigação e do desenvolvimento das indústrias nacionais, quer a nível tecnológico, quer organizativo. Todavia, num país pequeno como Portugal, a indústria militar não pode aspirar ao desenvolvimento e à produção de grandes e dispendiosos sistemas de armas ou equipamentos completos, no entanto, pode optar pelo desenvolvimento de parcerias com empresas privadas nacionais e internacionais, apostando em nichos de mercado com elevada tecnologia como sejam o *software*, as telecomunicações e a indústria aeronáutica.

VI.3 Factor Político

Este factor, releva-se à partida difícil de analisar, já que necessariamente, tanto a administração central, como a local, variaram imenso na sua forma e finalidade, nas reorganizações que estudámos. De notar, que os sistemas de governo, mudaram desde a

²⁷ A presença da comunidade portuguesa em quase todas as partes do mundo exige que tenhamos uma intervenção superior à de muitos países com a nossa dimensão e capacidade económica.

²⁸ Com a mudança do fabrico das peças em bronze para o aço, ainda houve algumas tentativas de produção de peças híbridas no reinado de D. Carlos, mas rapidamente se chegou à conclusão que sairia muito mais barato importar esse tipo de material.



monarquia do tipo feudal, passando pela monarquia absoluta, até à República, nas suas mais variadas formas, inclusive a ditadura.

Existem no entanto algumas constantes que interessa realçar. Na sua grande maioria²⁹, as reorganizações estudadas, deram-se em momentos de grande centralização do poder político³⁰, através de um controlo efectivo dos vários órgãos consultivos e das nomeações para os cargos militares.

Os assuntos da “guerra” estiveram ligados até 1820, à Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, o que desde logo, nos revela o modo como se consideravam as relações internacionais durante essa época. A partir de 1820, passa a designar-se por Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e finalmente em 1869, passa a Ministério da Guerra. A partir da I República (1911), os assuntos militares aparecem individualizados em ministérios. A defesa era então uma questão essencialmente militar, dividida entre o Exército e a Marinha, cada um com o seu respectivo Ministério, tendo como órgãos de cúpula o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN)³¹, criado também em 1911, e o 1º Ministro.

Com a nossa entrada para a NATO, surge pela primeira vez a necessidade da criação de um único Ministério, bem como de um Estado-Maior Inter-Ramos, verdadeiramente operativo e funcional. Assim, aparece em 1950, o cargo de Ministro da Defesa Nacional (MDN) e o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)³², sendo extintas as Majorias-Generais do Exército e da Armada.

Após o 25 de Abril de 1974 e até 1982, perante a grande rotura político-social a que se assistiu, os militares concentraram nas suas mãos a sua própria legislação e organização³³. É também com o advento da III República que desaparecem os Ministérios Militares, o Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN) é substituído pelo EMGFA, que conjuntamente com o MDN, haviam reforçado a sua importância durante a guerra do ultramar.

A partir de 1982, assistiu-se à subordinação da estrutura militar ao poder político legítimo, caminhando o Exército rapidamente para a realidade actual.

Outro considerando que se pode extrair da análise deste factor, é que na generalidade as grandes reorganizações aconteceram em períodos de estabilidade política. A excepção foi a

²⁹ Com excepção da reorganização de 1993.

³⁰ Castelo Melhor, Marquês de Pombal, Correia Barreto e finalmente Salazar.

³¹ Alta corporação militar destinada a intervir superiormente nos assuntos respeitantes à preparação da guerra e à defesa geral do Estado. Era constituído pela reunião dos Conselhos Superiores da Armada e do Exército, intervindo unicamente sob a perspectiva militar.

³² O CEMGFA, era também o Secretário Geral do SGDN e ainda subsecretário do Estado da Aeronáutica.

³³ Através do Conselho da Revolução.



reorganização de 1911, onde vários motivos contribuíram para que assim acontecesse. No princípio do século, a reforma das Forças Armadas era já um frequente tema em discussão. Questões como o serviço militar obrigatório, a autonomização corporativa do Exército e, acima de tudo, a questão das promoções, verdadeiro entrave na progressão da carreira, eram já obra de estudos e relatórios. Foi, pois natural, que logo em 1911 se pretendesse reformular estas questões, que impossibilitavam a existência de um Exército onde estivessem projectados os verdadeiros ideais da República.

Por último, relativamente à reorganização de 1993, é de salientar que pela primeira vez na nossa história, o Exército foi reorganizado, perante uma Espanha, nosso principal oponente histórico, pertencente à mesma organização militar internacional, a NATO.

VI.4 Factor Organizacional

Como se verifica no Apêndice F, (figuras 7 e 9), a Organização Superior do Exército (OSE) dependia numa primeira fase do Rei, primeira figura da Nação através da Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, ressaltando ainda os Governos militares metropolitanos, bem como o aparecimento do Estado-Maior do Exército com o Conde de Lippe na reorganização de 1750-1777. O Marechal ou Capitão dos Exércitos além de ser o militar mais graduado da hierarquia militar, presidia ao Conselho de Guerra. De resto nestas duas reorganizações, a organização superior do Exército permaneceu praticamente igual, com algumas alterações nas designações dos cargos.

É de salientar a extinção da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, aquando da entrada em vigor em 29 de Julho de 1826, da Carta Constitucional de D. Pedro, sendo substituída mais tarde (1869), pelo Ministério da Guerra.

Analisando a OSE (figura 11 do Apêndice F), ressalta a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional em 1911, alta corporação militar destinada a intervir superiormente nos assuntos respeitantes à preparação da guerra e à defesa geral do Estado, em substituição do antigo Conselho de Guerra. A defesa do Território Nacional em 1911, compete a todos os cidadãos sendo no entanto, dividida entre o Exército e a Marinha, cada um com o seu próprio Ministério, com pouca coordenação entre ambos. Aparecem as Inspeções ligadas ao Conselho de Estado Maior, quer dependentes do Quartel Mestre General (QMG), quer do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), Oficiais Gerais que com o Major General do Exército, a mais alta patente militar, constituíam o Conselho de Estado Maior do Exército.



Em 1937, (figura 13 do Apêndice F), a OSE permanece aparentemente estável, alterando-se simplesmente o número de Regiões militares e aparecendo a figura do Comandante em Chefe das Forças Militares em Operações, um novo conceito resultante desta reorganização.

De ressaltar, o aparecimento do cargo de MDN em 1950, que deixa de ser o Comandante das forças militares e do CEMGFA, à altura também Secretário Geral do SGDN e ainda subsecretário de Estado da Aeronáutica.

Em 1960, (figura 15 do Apêndice F), o CEME passa a ser o chefe técnico-militar do Exército coadjuvado por um Estado-Maior constituído por 5 repartições.

A partir de 1974, desaparecem os ministérios militares, o SGDN é substituído pelo EMGFA passando o MDN a fazer a ligação entre o governo e a estrutura militar independente. A partir de 1982, com a extinção do Conselho da Revolução a estrutura militar fica novamente subordinada ao poder político constituído.

Finalmente na reorganização de 1993, (figura 17 do Apêndice F), aparecem claramente separados os diversos órgãos da estrutura superior do Exército, com natural destaque para o Estado-Maior Coordenador, os novos Comandos Funcionais e a distinção entre a estrutura territorial e a operacional. Ao longo das reorganizações estudadas ressaltam vários factores relativos à organização, que se foram “solidificando” no Exército. Assim temos:

- A consolidação do Regimento como um elo importante da cadeia logística e um elemento base da organização territorial;
- A necessidade de um Sistema de Forças em tempo de paz, mais reduzido, mas que tivesse a capacidade de crescer em tempo de guerra;
- A importância da instrução e do treino, para o produto operacional do Exército;
- A importância de um adequado sistema logístico para apoio do dispositivo territorial e aprovisionamento das necessárias reservas de guerra;
- A importância cada vez maior da supervisão e controlo;
- A longa tradição da implantação territorial, das unidades do Exército, junto às populações;
- A eterna dicotomia entre um Exército profissional e um Exército de conscritos;
- A necessidade cada vez maior do investimento na formação e actualização dos quadros permanentes;
- A existência de um Sistema de Forças Nacional, capaz de garantir a nossa integridade enquanto Estado soberano;
- Os quase 200 anos de ligação da função recrutamento ao Distrito.



VI.5 Factor Estratégico

A reorganização de 1640-1668, dá-se no final da Guerra dos Trinta Anos, onde as campanhas, se resolviam pelas grandes operações de sítio contra as fortalezas medievais, complementadas com o emprego das pequenas operações de campanha. As 28 campanhas da restauração, não foram excepção, pois tiveram como objectivo a conquista e a defesa das praças de guerra, tendo as grandes batalhas da época³⁴, tido lugar para socorrer ou proteger essas praças.

O século XVII foi dominado pelo sistema de fortificação, com base num dos grandes engenheiros da época, Vauban, cuja teoria se resumia em proteger um estado por meio de

três linhas de praças fronteiras, procurando decidir a guerra pela conquista sucessiva das praças. A fortificação prestava-se especialmente à defensiva, tendo no entanto Frederico II da Prússia, apropriado este sistema para a ofensiva por meio da ordem oblíqua e das marchas de



Figura 2 – Área de Expectativa Estratégica

³⁴ Batalhas do Montijo, das Linhas de Elvas, do Ameixial e de Montes Claros.

³⁵ Ver Apêndice A.



Figura 1 – Defesa da Fronteira

flanco³⁵. Este sistema de fortificação, conservou-se por todo o século XVIII, tendo inclusive arrastado e subordinado todas as outras partes da ciência da guerra.

Com a reorganização de 1750-1777, o Conde de Lippe, conseguiu colocar o nosso Exército a par doutros, adoptando o sistema de guerra dos fins do século XVIII. Época, em que se construiu o forte da Graça em ELVAS, e onde foram melhoradas as praças de guerra existentes, tendo ainda sido classificadas correctamente as praças existentes em primeira e segunda ordem, e em primeira, segunda e terceira linha.



Remonta ainda ao Conde de Lippe, a definição dos objectivos vitais no Continente, (Lisboa e Setúbal), a necessidade de o defensor do território continental garantir o controlo da área TOMAR – ABRANTES – ENTRONCAMENTO, de expectativa estratégica, o reconhecimento das grandes vulnerabilidades do Alentejo relacionadas com o pouco valor defensivo do seu terreno e as preocupações a ter com a mobilidade táctica de uma reserva, por forma a acorrer em tempo, a qualquer ponto da frente de combate.

No século XIX, as linhas de Torres Vedras, tiveram uma grande influência na defesa do País, ao mostrar qual deveria ser a sua base principal, Lisboa. O sistema de fortificação neste século sofreu importantes alterações, pelo reduzido valor defensivo e os elevados custos resultantes dos melhoramentos a implantar nas fortificações tipo da época. As antigas praças de guerra foram sucessivamente substituídas pelos campos entrincheirados, e mesmo os sistemas de fortificação permanente que integravam esse campos, foram sucessivamente substituídos pela fortificação provisória e de campanha. Era opinião dos grandes estrategos da época, que um Exército apoiado num campo entrincheirado dispunha da iniciativa das operações, podendo evitar a batalha, abrigando-se no campo, e sair quando fosse conveniente.

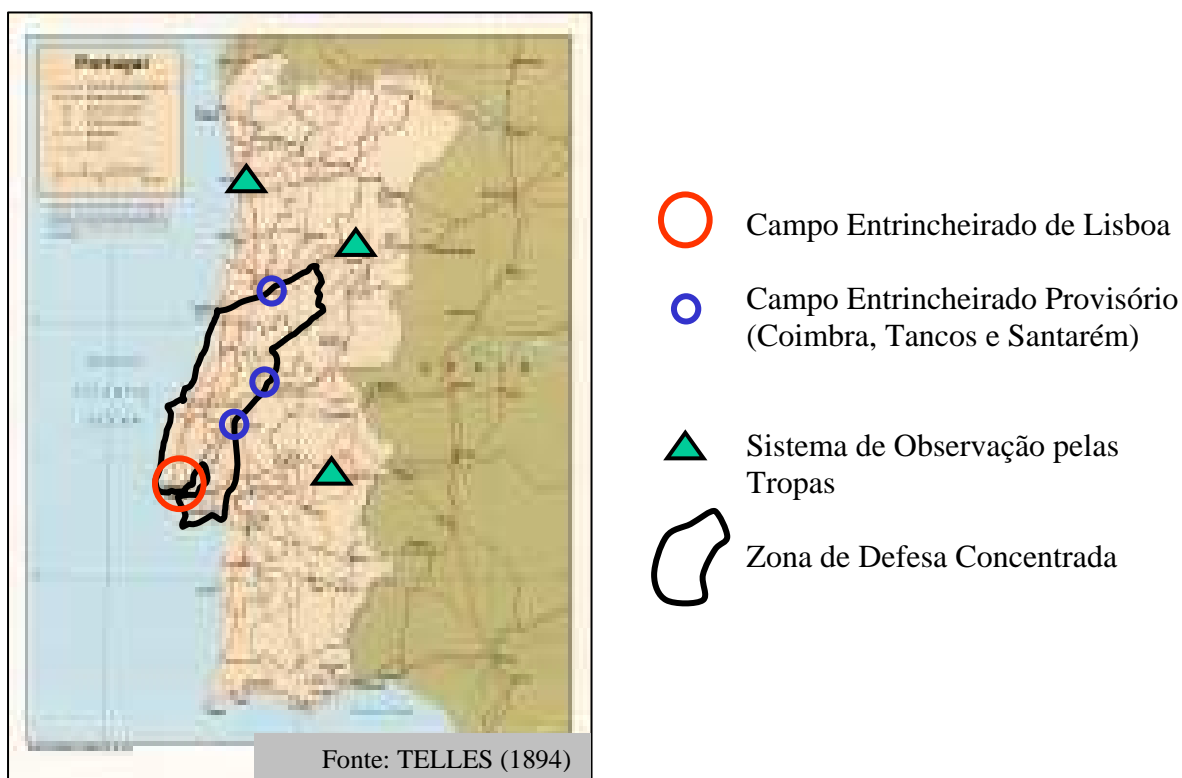


Figura 3 – Zona de Defesa Concentrada

Em 1894, Sebastião Telles, propõe um dispositivo de fortificação para o nosso País, no



qual, Lisboa, base das operações da defesa, era protegida por dois campos entrincheirados permanentes nas duas margens do Tejo. Na zona de defesa concentrada³⁶, Coimbra, deveria ter um campo entrincheirado provisório, tal como Tancos e Santarém. Fora da zona de defesa concentrada deveria haver um sistema de observação pelas tropas e pela destruição metódica das vias de comunicação mais importantes, e campos entrincheirados provisórios destinados a apoiar as operações nessas zonas (TELLES, 1894).

Assim com excepção de Lisboa, a defesa do país só se efectuariam pelas operações de forças militares organizadas, apoiadas pelas fortificações de campanha e provisória, dando primazia à organização, instrução e emprego de forças, em detrimento da construção de fortificação permanente, facto inovador para a época (BRAZ, 1991).

Em 1863, por iniciativa de Sá da Bandeira, iniciaram-se os trabalhos das fortificações destinadas à defesa do porto de Lisboa que, mais tarde, no tempo dos Ministros da Guerra Serpa Pimentel e Pimentel Pinto, tiveram um novo incremento, constituindo-se, então o Campo Entincheirado de Lisboa, o qual viria a ser extinto em 1927, dando origem ao Governo Militar de Lisboa.

Na última década do século XIX, o ultimato Inglês a Portugal de 11 de Janeiro de 1890, colocou um ponto final às aspirações portuguesas de unir a costa ocidental à costa oriental do continente africano, dando origem, a uma antipatia generalizada da população contra o velho aliado inglês, o qual colocou em causa a atitude do governo pela sua posição de “humilhação”, adoptada para com a Inglaterra, tendo-se prolongado este período de instabilidade até 28 de Maio de 1891, data em que se celebrou um acordo com a Inglaterra.

Com este acordo, Portugal viu reconhecidos os limites dos territórios de Angola e Moçambique.

Em Agosto de 1906, foi pela primeira vez publicado, na revista de Artilharia, um artigo designado “O Triângulo estratégico e a Aliança Ingleza”, no qual se definia um triângulo estratégico cujos vértices estavam situados em Lisboa (ou Lagos), Madeira, Horta (Açores) e S. Vicente (Cabo Verde)³⁷, no qual a potência marítima de então (Inglaterra), de comum interesse com Portugal, dividia as responsabilidades da defesa com o nosso país, competindo àquela a defesa móvel do alto mar e a Portugal a defesa dos pontos de apoio (BRAZ, 1991).

³⁶ Zona para onde convergiriam as forças inimigas, numa invasão a Portugal. Esta zona seria o vale do Tejo, ao sul do Mondego e a península de Setúbal, limitada ao Norte pelo Mondego, a Leste, por uma linha que, partindo deste rio, a Norte de Coimbra, passava pela serra da Lousã e o curso do Zêzere até à sua confluência no Tejo, seguindo este rio até Santarém, dirigindo-se depois para a margem esquerda por Palmela até Setúbal.

³⁷ Na verdade era um quadrilátero.



A importância deste triângulo estratégico, veio a confirmar-se anos mais tarde durante a I e II Guerras Mundiais, tendo inclusive a Inglaterra e os próprios Estados Unidos da América, (potência marítima emergente da II Guerra Mundial), chegado a ter bases aéreas nos Açores, para facilitar o controlo do Atlântico e das principais rotas marítimas provenientes, quer da América, quer do continente Africano, onde a Inglaterra também dispunha de bases militares.

Em 1936, Salazar, ao expor o seu pensamento no que toca à defesa do País e das Colónias,



Fonte: MARTELO (1999)

sublinha a dependência da aliança britânica, no que concerne às comunicações por mar com os territórios ultramarinos, e reforça além de outras linhas-mestras da grande reforma militar que viria a tomar forma em 1937,

a necessidade da existência de fortes bases navais em Lisboa, Açores, Madeira e Cabo Verde. (MARTELO, 1999).

Recuando um pouco, interessa analisar o pensamento estratégico que norteou a nossa participação na I Guerra Mundial (1914-18). Portugal ao declarar que “estando em paz com todas potências, estava também pronto a corresponder incondicionalmente aos seus deveres para com a Inglaterra”, adoptou claramente uma situação de “não beligerante”, aspirando no entanto a entrar no conflito, em especial por duas razões: o interesse na manutenção das colónias onde já combatia com os Alemães, o que só seria possível através da nossa participação na guerra e no tratado que se firmasse no seu final, bem como o reconhecimento “de facto” da jovem República.

A Inglaterra, muito mais preocupada com a posição de neutralidade espanhola, do que com o que Portugal poderia oferecer, agravado pelo facto, de que uma hipotética intervenção portuguesa, lhe poderia acarretar mais prejuízos do que benefícios em termos das suas colónias africanas, além de muito provavelmente ter de suportar o ónus da nossa participação em virtude do estado a que as finanças portuguesas tinham chegado, vacilou na linha a seguir com Portugal. Mais tarde, porém, os ingleses deram finalmente o seu apoio ao governo de Afonso



Costa, para a participação portuguesa na Guerra, tendo as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP), começado a chegar a França no início de 1917.

A posição de Portugal, perante a II Guerra Mundial, foi em tudo diferente, da ocorrida em 1914-18. Salazar, tentou, por todos os meios manter Portugal à margem do conflito, adoptando uma posição de clara “neutralidade”, acautelando desde logo o afastamento da Península Ibérica de um, eventual, conflito generalizado, num tratado celebrado com a Espanha a 17 de Março de 1939³⁸. A neutralidade portuguesa, foi gerida no entanto com grande ambiguidade. Por um lado vendeu volfrâmio à Alemanha, minério fundamental ao seu esforço de guerra, por outro, à medida que o desenlace mais do que previsível da vitória dos aliados, poderia colocar embaraços ao País, nomeadamente, na ameaça de ocupação dos Açores, por alemães, ingleses e americanos, tal a sua importância estratégica³⁹, concedeu facilidades nos Açores a britânicos e norte-americanos, a partir de Outubro de 1943.

Terminada a segunda guerra mundial, o Estado Novo, viu alterados os pressupostos relativos à defesa do espaço português fora do continente europeu, pois a Inglaterra, membro da recentemente criada Organização das Nações Unidas (ONU), entrava na via da descolonização dos territórios ultramarinos, não sendo de esperar que continuasse a defender um Império que não era o seu.

Portugal ficou assim isolado internacionalmente, situação essa, que nem o convite para integrar em 1949, uma nova estrutura de segurança europeia, o Pacto do Atlântico Norte⁴⁰ viria a resolver, pois este limitava a sua acção a Sul ao Trópico de Câncer. Para além do mais o facto de a Espanha não ter sido convidada colocava em causa o próprio Pacto Peninsular.

A década de 50 foi caracterizada pela chamada “geração NATO”, onde os jovens oficiais portugueses tomam contacto com as realidades de outros Exércitos Aliados, e onde se processa novamente uma profunda reestruturação das nossas Forças Armadas na prossecução do cumprimento dos critérios a que as forças cometidas à aliança ficaram sujeitas.

No entanto, a partir de 1958 a prioridade virou-se para o Ultramar Português e para os conflitos que aí se encontravam em gestação. A divisão entre Exército metropolitano e ultramarino foi extinta e pela primeira vez foi formulado um documento “Política Militar

³⁸ Pacto Peninsular ou Ibérico.

³⁹ Foram mobilizados cerca de 80 000 militares para reforço dos Arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde. Chegaram a ser efectuados planos conjuntos com a Inglaterra para a defesa em caso de invasão do território nacional, os quais envolviam a transferência do governo português para os Açores.

⁴⁰ Este convite, terá derivado do facto dos Açores conferirem um valor estratégico acrescentado, contribuindo para a segurança do flanco Norte e Sul do Atlântico, bem como da articulação entre a frente e a retaguarda deste novo sistema de segurança mundial.



Nacional – Ensaio para a sua definição”, que não tendo, qualquer documento político a montante, constituiu um verdadeiro precursor do actual conceito estratégico militar.

A guerra do Ultramar Português, venceu inequivocamente o isolamento nacional, em relação à comunidade internacional, perante a intransigência quanto à aceitação do princípio de autonomia, considerando as possessões africanas como províncias ultramarinas e, portanto,



territórios não envolvidos no conceito de colónias, configurando um além-mar português integrado num corpo nacional “uno, indivisível e plurinacional”.

Foi somente a partir de Abril de 1974, que Portugal entrou novamente num novo ciclo, marcadamente europeu e quicá atlântico. Do ponto de vista estratégico actualizou-se a

Figura 5 – Triângulo Estratégico Português

concepção de um triângulo cujas pontas uniriam o continente europeu português aos dois arquipélagos atlânticos. Em 1985, apareceu pela primeira vez num documento, de forma sistematizada e orientada, a estratégia global do Estado, com vista à consecução dos objectivos da política de defesa nacional⁴¹, tendo levando à elaboração do Conceito Estratégico Militar (CEM), aprovado pelo MDN em 16 de Dezembro de 1985.

Salienta-se ainda em termos de análise de âmbito estratégico, o predomínio das operações defensivas, adequadas ao Território Nacional, bem como às nossas aspirações enquanto estado europeu, assim como a demonstração da possibilidade de defesa do nosso país contra forças numericamente superiores, contando com a ajuda de países aliados, cujo maior e histórico aliado foi sem dúvida a Inglaterra.

Desde muito cedo, verificou-se a necessidade de obtenção de informação estratégica necessária ao balanceamento das forças e à natureza do comando.

VI.6 Factor Liderança

Das análises efectuadas às reorganizações abordadas neste estudo, ressalta claramente a necessidade de uma “retaguarda política”, sem a qual os militares não poderão desenvolver a

⁴¹ Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro de 1985 (Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas).



sua estratégia militar. Foi assim com o Conde de Castelo Melhor, Marquês de Pombal e mais recentemente com Salazar.

De notar que, ressalvando algumas excepções (1911), todas as reorganizações se realizaram em períodos de estabilidade governativa, onde a acção dos políticos, conscientes da necessidade de defesa do país e da necessidade de credibilidade internacional, pressupunham a existência de um Exército, moderno, bem organizado e sobretudo moralizado. Normalmente, esses políticos, revelaram-se figuras demasiado “grandes” para a sua época, tendo as suas visões e capacidades só se revelado após as suas mortes.

Por outro lado, verificou-se uma sintomática necessidade de influenciar o poder político, através do conselho dos responsáveis do Exército, numa saudável subordinação das Forças Armadas ao poder político⁴².

De salientar por último que, desde a criação do Exército permanente em Portugal, sempre que se pretendeu efectuar uma reorganização, foi necessário recorrer a oficiais estrangeiros – casos de Schomberg, Lippe e Beresford – que não obstante efectuaram um trabalho notável, muitas vezes perante a resistência e a passividade dos responsáveis militares portugueses, conseguiram, não só colocar o nosso Exército ao nível dos melhores da Europa, como obter importantes vitórias na defesa do Território Nacional. A excepção, ocorreu, quando a reorganização foi impulsionada por oficiais portugueses, que detinham grande poder político, como o caso de Fontes Pereira de Melo e de Santos Costa.

Não queremos com isto dizer que está claramente em causa a capacidade do Exército para se reorganizar, até porque desde 1990, isso tem vindo a verificar-se, sem resistências e com todo o profissionalismo necessário à mudança, como é reconhecido por vários elementos exteriores à nossa Instituição.

VI.7 Factor Técnico/Táctico

As grandes reorganizações anteriores ao século XX, e os oficiais estrangeiros por elas responsáveis, trouxeram para Portugal o que de melhor se sabia na Europa, na arte da guerra.

Schomberg, trouxe-nos a escola francesa de Turenne, bem como as novas armas e um incremento enorme ao nível do corpo de Engenheiros e fortificações. As marchas de costado,

⁴² Exceptuam-se diversos períodos em que os militares asseguraram eles próprios os destinos do País, como foi os casos dos períodos antes de 1926 e desde Abril de 1974, até à extinção do Conselho da Revolução em 1982.



com que se pretendia adaptar a ofensiva ao sistema de fortificações, foi também uma mais valia por si introduzida no nosso Exército⁴³.

Lippe, outro grande general do seu tempo, influenciou tanto a médio como a longo prazo, o nosso Exército, notando-se ainda nos dias de hoje alguns dos seus ensinamentos. A instrução que mandou ministrar às formações tácticas e a sua evolução à maneira prussiana, a chamada táctica de tabuleiro, bem como as manobras conjuntas, que pela primeira vez foram por si introduzidas no nosso país, aliadas às preocupações com a mobilidade táctica, são entre outras exemplo de um elevado profissionalismo⁴⁴.

A escola britânica, predominou novamente em Portugal durante as guerras napoleónicas, seguida pela escola francesa na segunda metade do século XIX, até finais da I Guerra Mundial onde passamos a ter novamente a influência da escola britânica. A nossa entrada para a NATO, veio pôr fim ao domínio europeu no campo da técnica e da táctica, passando os Estados Unidos da América, líder emergente desse período, a deter esse papel⁴⁵.

Concluindo, Portugal, com maior ou menor atraso, sempre foi acompanhando o que de melhor se pensava e praticava nos outros Exércitos, quer fosse através da acção directa de Oficiais estrangeiros, quer da literatura militar. Realça-se o período da guerra do ultramar, onde uma geração, conseguiu adaptar um Exército que vinha a ser preparado para um Combate no teatro de operações europeu, a uma guerra com características tão distintas, que implicou uma doutrina completamente diferente e complexa como a guerra subversiva.

⁴³ Ver Apêndice A.

⁴⁴ Ver Apêndice B.

⁴⁵ Ver Apêndice C e D.



LIÇÕES APRENDIDAS

“A identificação entre o Exército, a população portuguesa e o território português é profundíssima e dificilmente igualável. Por isso a vocação do Exército é a vocação da Nação Portuguesa. Chama-se Portugal. ... O futuro requer memória ...”

Gen. VALENÇA PINTO ⁴⁶

Tentar extrair deste estudo as Lições Aprendidas das grandes reorganizações do Exército, analisados que foram, quase 400 anos de história de Portugal, construído e mantido com base nas suas Forças Armadas, permitiu-nos antes do mais, uma melhor percepção da nossa história comum, possibilitando, que hoje, ao observarmos o presente, tenhamos uma outra visão, eivada pelo conhecimento da forma como o Exército evoluiu até aos nossos dias.

As Lições Aprendidas, que apresentamos neste trabalho, resultam assim, da análise da nossa memória comum, apresentada de forma sistematizada e organizada no capítulo anterior. Não temos pois a veleidade, de apresentar um trabalho completo, visto que haverá sempre espaço quer para novas interpretações dos assuntos abordados, quer para o aprofundamento dos factores estudados.

No que diz respeito à questão central, poder-se-á afirmar que, a história das reorganizações do Exército português, terá forçosamente de originar um conjunto de lições aprendidas, complementadas, no entanto, com a compreensão do presente.

Quanto aos factores analisados, constatou-se, que todos eles, com maior ou menor intensidade, influenciaram a organização e a forma de actuar do Exército Português.

Iremos de seguida extrair as Lições Aprendidas, de cada um dos factores utilizados para a análise no capítulo anterior:

Factor Populacional

- ***A população localizava-se tradicionalmente no Norte mais populoso;***

Desde o Exército permanente da monarquia, passando pelo Serviço Militar Obrigatório da I República, ao Exército misto dos anos 90, todos eles tiveram como fonte de recrutamento o Norte do País. A sua qualidade, quando posta à prova em combate, ou a adaptação a novos processos e equipamentos foi uma realidade que não se pode descurar.

⁴⁶ Alocução de sua Exc. o General Valença Pinto, CEME, por ocasião da apresentação da Directiva para a transformação do Exército 2003-2004.



- *A população foi o principal veículo propagandista do Exército na sociedade civil, quando terminadas as suas obrigações militares;*
- *Quando a conscrição acabar, extingue-se uma parte integrante da cultura de defesa nacional;*

A partir de Novembro de 2004, quando terminar o empenhamento da Nação e dos cidadãos na sua defesa, através do qual, cada cidadão expressava a sua vontade individual em assumir a sua quota-parte de responsabilidade (VIEIRA, 1996), colocar-se-ão novos desafios ao isolamento do Exército perante a sociedade civil, apresentando-se, quiçá, segundo a opinião do TGen Pinto Ramalho⁴⁷, como a reforma estrutural mais complexa com que o Exército se depara nos últimos anos.

- *Uma permanência curta nas fileiras, é incompatível com um sistema de conscrição reduzido, aliado à necessidade de uma maior qualificação do soldado;*

A partir dos anos 90 do século passado, o emprego cada vez mais frequente das Forças Armadas em missões internacionais, no âmbito de uma nova concepção de defesa colectiva partilhada com os nossos parceiros internacionais, onde uma maior imprevisibilidade dos riscos e a sofisticação dos equipamentos militares, implicaram, sem qualquer dúvida, a necessidade de uma maior permanência nas fileiras.

- *As Forças Armadas constituem uma escola de formação cívica a nível nacional;*
- *A conscrição favoreceu a constituição de grandes reservas de combatentes, para utilização em caso de guerra;*

Existem no entanto, alguns problemas directamente relacionados com a extinção do SEN, que merecem ser alvo de análise:

- Um deles passa claramente pelo direito à Resistência, pois nada nos garante que o pressuposto de que seremos apoiados pelos nossos aliados, num hipotético caso de invasão do Território Nacional se concretizará. Esta passagem à resistência, baseava-se nos conhecimentos adquiridos por todos os Oficiais e Sargentos do QP no curso de operações irregulares, que entretanto deixou de ser extensivo a todos os militares, bem como na instrução militar ministrada aos contingentes incorporados anualmente. Sem a passagem pelas fileiras, os cidadãos não estarão em condições de serem empenhados nessa acção, que saliente-se, nos tornava, alvo de admiração por parte de nações estrangeiras;

⁴⁷ Entrevista ao TGen Pinto Ramalho, Director Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) em 31 de Setembro de 2003.



- Outro problema, resulta no constrangimento à convocação (obrigatoriedade da prestação do serviço militar), nomeadamente as elevadas compensações monetárias a prestar aos convocados, a elevada antecedência e a obrigatoriedade da prestação de provas de classificação e selecção pelos convocados;
- O crescimento do SFN em caso de guerra, será outro dos grandes problemas que se colocam, pois a percentagem de cidadãos portugueses, com treino militar, ficará unicamente reduzida aos cidadãos que prestarão serviço como voluntários ou contratados. Todos os restantes, ao serem convocados, terão de ser sujeitos a um período prévio de instrução, que terá forçosamente de ser feito com alguma antecedência em relação ao seu emprego, o que irá implicar um maior esforço no acompanhamento das situações de crise.

Factor Económico

- *O Exército viveu períodos de investimento e desinvestimento, conforme a percepção da ameaça, quer externa, quer interna, provocando situações de obsolescência dos equipamentos e desmoralização dos quadros;*

O desinvestimento só foi ultrapassado quando a defesa nacional ou os interesses internacionais de Portugal o justificaram.

- *Não se deve reestruturar devido unicamente a limitações orçamentais;*
Só interessa reformar, se realmente o objectivo for melhorar a eficácia e eficiência, eventualmente num Exército de menor dimensão, melhor equipado.
- *A reorganização e o reequipamento têm de caminhar sempre lado a lado;*
- *A insuficiência de recursos financeiros, levou à ocorrência de longos períodos entre a concepção das reorganizações e a sua concretização.*

Factor Político

- *É necessário existir uma retaguarda política totalmente empenhada nas reformas;*
Qualquer reorganização profunda do Exército, precisa do apoio político, colocando à disposição do Exército as verbas necessárias para esse efeito. Este último aspecto, pode parecer à partida um paradoxo, pois poder-se-á ter a tendência de pensar, que se reforma o Exército porque não há dinheiro, ou com a finalidade de se gastar menos dinheiro. Assim, como refere o TGen Pinto Ramalho, uma redução de verbas, pode



realmente acontecer, pelo menos a médio, ou a longo prazo, mas o objectivo deverá passar sempre por alcançar um produto final de maior eficiência e eficácia⁴⁸.

- *As reorganizações deram-se em momentos de grande centralização do poder político e estabilidade política.*

Factor Organizacional

- *As constantes reorganizações de maior ou menor vulto, do Exército Português, foram iniciadas quase sempre partindo do “zero”, tal o estado a que a organização tinha chegado;*

Durante os longos períodos de paz intercalados com períodos de guerras, a consciência de segurança e ausência da percepção de ameaças, levaram a que sistematicamente se descuidasse o Exército e tudo o que lhe dissesse respeito, implicando a necessidade de reformas profundas num tempo limitado⁴⁹.

- *A organização do Exército, caracterizou-se desde início, pela implantação do dispositivo a nível nacional;*

Esta implantação foi conseguida inicialmente através dos governos militares das províncias, que vieram mais tarde a dar origem primeiro às grandes circunscrições e posteriormente às Regiões Militares, característica exponenciada pela dificuldade de comando e controlo em virtude da falta de comunicações. No decorrer do século passado, essa dificuldade foi-se atenuando, levando a que o número das Regiões Militares fosse sucessivamente reduzido, até chegarmos à actualidade, onde se coloca em causa a sua existência.

A partir de 1926, a organização territorial fica independente do controlo e emprego das unidades de campanha que mobiliza, passando a ser uma infra-estrutura permanente de suporte às unidades operacionais. A retracção do dispositivo, cuja maior acentuação ocorreu em 1993, é um facto inalienável.

- *Desde sempre se verificou a necessidade de um sistema de forças que crescesse em tempo de guerra;*
- *Em todas as reorganizações estudadas, se verificou a necessidade da existência de um adequado sistema logístico, de instrução, inspecção, treino, formação dos Quadros, recrutamento, entre outros;*

⁴⁸ Entrevista ao TGen. Pinto Ramalho, DGPDN, em 31 de Setembro de 2003.

⁴⁹ “A tradição portuguesa foi negligenciar os seus Exércitos em tempo de paz e gritar por apoio estrangeiro, usualmente Britânico, logo que um Exército invasor marchava sobre as suas fronteiras orientais” (VIEIRA, 1996, 333).



- *Nas reorganizações em análise, recorreu-se repetidamente a oficiais de outros países, mais tarde substituídos pela doutrina e pelos cursos no estrangeiro;*
- *Verifica-se uma continuidade na retracção da implantação territorial do dispositivo;*
Após ter atingido a máxima dispersão territorial em 1910, o dispositivo territorial tem vindo a ser retraído, com especial incidência em 1993.
- *Consolidação do Regimento como elo importante da cadeia logística e da base da organização;*
- *O desaparecimento das ameaças militares às fronteiras terrestres de Portugal, foi substituído por novos riscos à segurança do território e das populações, colocando a tónica no diálogo civil-militar;*

A estrutura territorial, permite otimizar o emprego dos meios militares, ao nível da defesa do território, bem como no domínio das missões de serviço público. Em caso de crise, a disponibilização de recursos humanos e materiais, bem como das estruturas de comando, ficam assim assegurados em todo o território nacional.

- *O Exército, sempre se sentiu apreensivo perante grandes reformas estruturais, oferecendo maior ou menor resistência às mudanças;*
- *Uma reforma é um processo e não um acto isolado e como tal tem de ser controlada ao longo do seu desenvolvimento, através de uma série de indicadores, sob pena de nos encontrarmos em permanente reorganização;*

Na Directiva 193/CEME/2003, estes aspectos são devidamente acautelados, quer ao nível do acompanhamento, coordenação e controlo do planeamento, cujo responsável é o VCEME, apoiado por um Núcleo de Acompanhamento dos Trabalhos para a Transformação do Exército em 2004 (NATTE-04), quer ao nível da monitorização das medidas resultantes da transformação, cuja responsabilidade recai na IGE.

Existem neste factor, alguns problemas, que merecem também ser alvo de uma análise mais cuidada:

- Na nossa opinião, actualmente, o dilema está em encontrar o ponto de equilíbrio, entre privilegiar a componente operacional e não perder a ligação às populações;
- A opção de modularização dos apoios de combate e do apoio de serviços, é uma opção que no nosso entender, merece um maior estudo e aprofundamento, pois a tentativa de se aumentarem as capacidades de acordo com as necessidades, poderá não proporcionar o melhor produto operacional, podendo tornar-se apenas uma medida para combater a falta de recursos, sem o respectivo suporte



conceptual e doutrinário, podendo, ao invés produzir implicações nefastas no produto operacional das três Brigadas;

- A dispersão por diversos locais da estrutura superior do Exército, é também um problema a ser revisto, pois se concentrada, permitiria a passagem para a estrutura operacional de muitos militares, que actualmente desempenham funções administrativas além de uma enorme poupança a nível financeiro;
- Por último, a duplicação dos aspectos que se consideram poder ser conjuntos, nos Ramos das Forças Armadas, poderiam, proporcionar uma maior eficácia e a economia de recursos, bem como a clarificação de algumas responsabilidades.

Factor Estratégico

- *A defesa do Império e a aliança com a Inglaterra, foram a causa directa da maioria das guerras em que Portugal se viu constrangido a participar;*
- *Após a Restauração da Independência de 1640, sempre que a Espanha se envolveu num conflito europeu, Portugal não logrou manter-se neutro;*
- *Nenhum Exército não Ibérico invadiu a Península Ibérica sem o consentimento do país invadido;*
- *Com Portugal e Espanha integrando a NATO e a União Europeia, a “ameaça espanhola” tende a desvanecer-se, pelo que o modelo do Exército Português não deverá estar vocacionado, prioritariamente, para a defesa directa do território nacional;*
- *O reconhecimento do valor estratégico do arquipélago dos Açores;*
- *Assistiu-se a uma evolução gradual da estratégia defensiva, para uma estratégia de segurança cooperativa, onde o conceito de segurança e defesa foi alterado;*

A evolução gradual da estratégia defensiva, nas suas várias formas e objectivos vitais, para uma estratégia de segurança cooperativa, foi obrigando o Exército a reformar-se e organizar-se de acordo com o estado da arte da época. Com a nossa entrada para a NATO e o novo impulso dado depois de 1974, aliada à nossa participação noutras organizações internacionais, como a ONU, UE e OSCE, o conceito de segurança e defesa foi alterado, assistindo-se a um alargamento do conceito e do valor da segurança, à flexibilização das fronteiras bem como à própria alteração do conceito clássico do Estado-Nação.



- *Deverá continuar a existir uma preocupação, com o espaço da soberania imediato, dispondo de unidades altamente móveis e projectáveis, capacitadas para actuarem com os nossos aliados;*

Uma das maiores ameaças do novo ambiente estratégico é sem dúvida a ameaça terrorista, a qual pode ocorrer em qualquer local e a qualquer momento. Devendo, por isso mesmo, haver uma preocupação, com o espaço da soberania imediato, aquele que ainda tem como balizas as fronteiras, mas deve ser realmente uma defesa prospectivada noutra direcção, como sejam a negação dos alvos, a informação estratégica, a gestão das consequências, e a capacidade de reacção em situações de crise.

Factor Liderança

- *Uma reorganização do Exército deverá ser efectuada de preferência num clima de estabilidade política, com governantes plenamente conscientes do papel do Exército na afirmação do Estado e dos seus objectivos;*

Hoje em dia, mais do que nunca, é importante que exista uma total compreensão dos desejos e dos problemas dos militares, no cumprimento da sua missão, pois o Ministro da Defesa, é em primeira instância o responsável pela estratégia genética e estrutural da componente militar de Defesa Nacional e como tal o principal impulsionador da sua dinâmica.

- *A personalidade dos Chefes militares e a sua relação com o poder político, influenciaram com maior ou menor profundidade as reformas do Exército;*

Apoiando-se para o efeito, quer no seu círculo restrito de adjuntos, quer no seu Estado-Maior.

Factor Técnico – Tático

- *As referências doutrinárias de cada época impunham a mudança, na evolução das formações, com repercussões necessárias no domínio dos sistemas de instrução, planeamento, e operações, entre outros, quer a nível técnico, onde os novos equipamentos, provocaram, quase sempre grandes alterações, principalmente, nos sistemas de instrução, logística e operações;*
- *A criação do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, constituiu um dos actos mais lúcidos de quantos se produziram durante o século XX;*
- *Importância cada vez maior da instrução e treino.*



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta as conclusões a que chegámos nalguns dos factores analisados, nas grandes Reorganizações do Exército Português, considerámos ser de propor/recomendar um conjunto de medidas, que no nosso entender, poderão contribuir para uma reforma futura do Exército. Assim propomos/recomendamos em relação aos factores abaixo indicados:

Factor Populacional

- Desenvolver uma nova dinâmica no recrutamento, selecção e classificação, por forma a serem mais acessíveis à população, terem uma menor dimensão, recorrerem às novas tecnologias e estarem mais dispersos em áreas de maior oportunidade. Por outro lado, pensamos que todos os cidadãos com 18 anos de idade, deveriam continuar a ser inspeccionados;
- Elaborar estudos que possibilitem a inserção dos convocados e dos mobilizados nas fileiras de uma forma rápida, mantendo a capacidade do país para a passagem à resistência.

Factor Económico

- Garantir uma aproximação entre o orçamento dos vários Ramos das Forças Armadas, por forma a possibilitar um Exército melhor equipado, com maior pendor operacional, capaz de cumprir as missões atribuídas e ombrear com os outros parceiros das coligações internacionais a que Portugal quer continuar a pertencer.

Factor Organizacional

- Substituir as Regiões Militares, por Comandos de Brigada, com as mesmas atribuições territoriais. Estes Comandos, além de poderem em caso de necessidade crescer através do recrutamento, facilitariam a coordenação do apoio militar a prestar às populações, não acabando assim, com a história secular do dispositivo territorial;
- Manter os apoios de combate e de serviços sob o comando da BAI, BLI e BMI, pois, somente desta forma, pensamos, ser possível atingir os níveis de eficácia e eficiência que os novos critérios de capacidades NATO exigem, além do que, consideramos ser problemática a ligação entre unidade apoiante e unidade apoiada, em termos de unidade de comando, ligação, e afinidade de materiais. Ficará também em risco a possibilidade de dispormos de uma Brigada para actuar num teatro de operações, com carácter de rotatividade. A modularização seria unicamente aplicada ao nível dos quadros orgânicos;
- Continuar os estudos para a concentração da estrutura superior do Exército, numa mesma infra-estrutura;



- Concentrar a nível do EMGFA, aspectos conjuntos, como o emprego operacional (inclusive os helicópteros e operações especiais), o apoio logístico, a saúde, ensino, apoio social, entre outros;
- Concentrar a BAI, em São Jacinto e Tancos, pois isso permitiria alargar a base do recrutamento ao Centro e Norte do País, além do que também apresentaria vantagens de produto operacional dessa grande unidade;
- Concentrar a BLI, numa mesma área regional, proporcionando dessa forma um maior atractivo para os voluntários e contratados (conscientes de que a sua vida militar seria feita sempre numa mesma área geográfica), justificando ainda as unidades territoriais;
- É fundamental, no nosso ponto de vista, que não se extingam mais unidades, (não é por extinguir um Regimento, que se reduz 1000 homens nos efectivos do Exército) sob pena, de que a ligação do Exército com a administração local, venha também a ser extinta de forma permanente, perdendo-se assim as sinergias resultantes desse relacionamento, que contribui aliás para o cumprimento de uma das missões das Forças Armadas, o apoio à população civil.

Factor Estratégico

- Flexibilizar o emprego do Sistema de Forças em tempo de paz, de crise ou conflito, quer actuando de forma isolada, quer no âmbito dos compromissos internacionais, continuando a apostar na criação da capacidade de projecção da força.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, (1997), *Os Militares no Poder – Uma análise histórico-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*, Hugin Editores, Lda, Setembro, Lisboa;
- CARVALHO, José Manuel Santos Dias de, Cor., (1993), *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*, Caderno de História Militar, Nº 14, Direcção de Documentação e História Militar, Lisboa;
- DOMINGUES, Mário, (1963), *O Marquês de Pombal – O Homem e a sua Época*, Romano Torres, Lisboa;
- DOMINGUES, Mário, (1964), *D. João V – O Homem e a sua Época*, Romano Torres, Lisboa;
- FARIA, Telmo, (2000), *Debaixo de Fogo! : Salazar e as suas Forças Armadas (1935-41)*, Instituto da Defesa Nacional, Edições Cosmos, Lisboa;
- FIGUEIREDO, Fidelino de, (1926), *O pensamento político do Exército*, Empresa Literária Fluminense, LDA, Lisboa;
- HERMANN C. e MARCADÉ J., (2002), *A Península Ibérica no Século XVII*, Fórum da História, Publicações Europa –América, Mem Martins;
- IAEM, (1995), *A Reorganização das Forças Armadas de 1993*, NC 50-48-01, Lisboa;
- MARQUES, Fernando Pereira, (1977), *Exército e Sociedade em Portugal*, Diabril, Lisboa;
- MARQUES, Fernando Pereira, (1989), *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do antigo regime e advento do Liberalismo*, Publicações ALFA, S.A., Lisboa;
- MARTELO, David, (1997), *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, Publicações Europa-América, Mem-Martins;
- MARTELO, David, (1999), *A espada de dois gumes: As Forças Armadas do Estado Novo (1926/1974)*, Publicações Europa-América, Mem-Martins;
- MARTINS, Ferreira, (1945), *História do Exército Português*, Editorial Inquérito, Lisboa;



- MARTINS, Oliveira, (1953), *História de Portugal*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa;
- MARTINS, Rocha, (1940), *Os grandes vultos da Restauração de Portugal*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa;
- MATTOSO, José, (1993a), *História de Portugal, Quarto Volume, O Antigo Regime (1620-1807)*, Círculo de Leitores, Lda e Autores;
- MATTOSO, José, (1993b), *História de Portugal, Sexto Volume, A Segunda Fundação (1890-1926)*, Círculo de Leitores, Lda e Autores;
- MATTOSO, José, (1993c), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Círculo de Leitores, Lda e Autores;
- MDN, (1991), *Livro Branco da Defesa Nacional*, Lisboa;
- MDN, (1999), *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica – 1949/1959*, Lisboa;
- NOGUEIRA, Franco, (1977b), *Salazar – Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Vol. II, Atlântida Editora, Coimbra;
- NOGUEIRA, Franco, (1977d), *Salazar – O Ataque (1945-1958)*, Vol. IV, Atlântida Editora, Coimbra;
- NOGUEIRA, Franco, (1977f), *Salazar – O último Combate (1964-1970)*, Vol. VI, Atlântida Editora, Coimbra;
- OLIVEIRA, A. N. Ramires de, Gen., (Coordenação), (1993a), *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume I, EME, Lisboa;
- OLIVEIRA, A. N. Ramires de, Gen., (Coordenação), (1993b), *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume II, EME, Lisboa;
- OLIVEIRA, A. N. Ramires de, Gen., (Coordenação), (1993c), *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume III, EME, Lisboa;
- OLIVEIRA, A. N. Ramires de, Gen., (Coordenação), (1993d), *História do Exército Português (1910-1945)*, Volume IV, EME, Lisboa;
- PINTO, Leopoldo Severo Ferreira, Cor., (1989), *Criação do Exército permanente em Portugal*, Cadernos de história militar, N.º 7, Direcção de Documentação e História Militar, Lisboa;
- REIS, António, (1994), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lda e Autores;
- ROCHA, Octávio de Cerqueira, Gen., (1997), *Exército, As Directivas da Reestruturação*, OGRA/Exército;



- SANTOS, Loureiro dos, (1982), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- SANTOS, Loureiro dos, Gen., (2003), *A Idade Imperial – A nova Era*, Publicações Europa-América, Mem Martins;
- SARAIVA, José Hermano, (2001), *História de Portugal*, Biblioteca da História, Publicações Europa-América, Mem Martins;
- SELVAGEM, Carlos, (1999), *Portugal Militar*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa;
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, (1982), *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, Lisboa;
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, (1989a), *História de Portugal, Vol. VI: O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Editorial Verbo;
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, (1989b), *História de Portugal, Vol. XI: A primeira República (1910-1926): História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, Editorial Verbo;
- TELLES, Sebastião, Gen., (1894), *A defesa do país*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Artigos de revistas

- BARATA, Themudo, Gen., (1996), *Retrospectiva Histórica do Serviço Militar em Portugal (Séculos XII – XIX)*, Revista de Artilharia, N.º 850 a 853, Junho a Setembro, Lisboa;
- BARRENTO, António, Cor., (1991), *O Conde de Lippe e Portugal*, Revista Militar, N.º 6, Lisboa;
- CARVALHO, Luís Paulo Macedo, Cor., (2002), *história Militar – Importância, Natureza, Aplicação e Evolução*, Revista Militar, N.º 2/3;
- JE, (1992), *Notas biográficas e curriculares do novo CEME*, Jornal do Exército, N.º 395, Novembro, Lisboa;
- LOUSADA, Augusto Pires, Cap., (2001), *A Estratégia na Restauração*, Revista Militar, N.º 12;
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, Doutor, (1999), *Portugal e a Fundação da Aliança Atlântica*, Jornal do Exército, N.º 472;



- VIEIRA, Belchior, Gen., (1996), *A Constitucionalização e a Evolução da Conscrição em Portugal*”, Revista de Artilharia, N.º 850 a 853, Junho a Setembro, Lisboa.

Trabalhos

- BRAZ, José António Pereira, Cor., (1991), *Os Conceitos Estratégicos das Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Século XX e no Exército do Ano 2000*, TILD, CSCD, IAEM;
- CARVALHO, Joaquim José Falcão Galante de, Cor., (1991), *Sistemas de Forças do Exército e Conceitos de Emprego nas Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Século XX e no Exército do Ano 2000*, TILD, CSCD, IAEM;
- DOMINGOS, Victor Manuel, Cor., (1991), *Sistemas de Apoio Administrativo e Logístico. Conceitos e Organização nas Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Século XX e no Exército do Ano 2000*, TILD, CSCD, IAEM;
- LEANDRO, José Eduardo Martinho Garcia, Cor., (1991), *Organização Superior Militar e Organização Geral do Exército nas Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Século XX e no Exército do Ano 2000*, TILD, CSCD, IAEM;
- OLIVEIRA, Júlio Faria Ribeiro de, Cor., (1983/84), *As grandes reorganizações das Forças Armadas Portuguesas: Razões da sua implementação; Possíveis critérios utilizados; Estruturas adoptadas*; TILD, CSCD, IAEM;
- PRETO, Eduardo Maria Passarinho Franco, Cor., (1991), *Sistemas de Instrução. Conceitos e Organização nas Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Século XX e no Exército do Ano 2000*, TILD, CSCD, IAEM.

Legislação

- Lei N.º 1/2001 de 12 de Dezembro de 2001, Constituição da República Portuguesa;
- Lei N.º 29/1982 de 11 de Dezembro de 1982, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Lei N.º 174/99 de 21 de Setembro, Lei do Serviço Militar;
- DL N.º 50/93 de 26 de Fevereiro, Lei Orgânica do Exército;



- Resolução do Conselho de Ministros 6/2003 de 20JAN2003, Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
- Ordem do Exército N.º 5 de 6 de Março de 1911;
- Ordem do Exército N.º 6 de 9 de Março de 1911;
- Ordem do Exército N.º 7 de 16 de Março de 1911;
- Ordem do Exército N.º 8 de 29 de Março de 1911;
- Ordem do Exército N.º 9 de 17 de Abril de 1911;
- Ordem do Exército N.º 10 de 6 de Maio de 1911;
- Ordem do Exército N.º 11 de 26 de Maio de 1911;
- Ordem do Exército N.º 9 de 13 de Outubro de 1937;
- Directiva N.º 263/CEME/01 – Directiva para o Aprofundamento do Processo de Reorganização do Exército;
- Directiva N.º 193/CEME/03 – Directiva para a Transformação do Exército.

Bibliografia Auxiliar

Outras obras consultadas e relacionadas com o tema

- AAVV, (1992), *Portugal e a Europa – Séc. XVII a XX*, III Colóquio e dia da História Militar, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa;
- ALMEIDA, João de, (1931), *Ao Serviço do Império - Em prol do comum...*, Depositária Parceria A. Maria Pereira, Lisboa;
- ANTUNES, José Freire, (1978), *A desgraça da República nas pontas das baionetas*, Livraria Bertrand, Amadora;
- ARRIAGA, Kaulza de, (1966), *A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro*, Conferência do XL Aniversário da Revolução Nacional;
- BARRENTO, António Martins, Brig., (1997), *Redimensionamento das Forças Militares*, Revista Militar, N.º 4;
- CARRILHO, Maria, (1994), *Democracia e Defesa-Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Publicações D. Quixote, Lisboa;
- COUTO, Abel Cabral, Gen., (1999), *A OTAN e a Modernização do Exército*, Jornal do Exército, N.º 472;
- EME, (1988), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50 – Os Compromissos com a OTAN*, Volume I, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa;



- FERREIRA, João José Brandão et al., (2002), *A evolução do conceito estratégico ultramarino português: da conferência de Berlim à descolonização*, Hugin Editores, Lisboa;
- NOGUEIRA, Franco, (1977a), *Salazar – A Mocidade e os Princípios*, Vol. I, Atlântida Editora, Coimbra;
- NOGUEIRA, Franco, (1977c), *Salazar – As Grandes Crises (1936-1945)*, Vol. III, Atlântida Editora, Coimbra;
- NOGUEIRA, Franco, (1977e), *Salazar – A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Atlântida Editora, Coimbra;
- PAXECO, Oscar, (1937), *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Editorial Império, Lisboa;
- RAMALHO, Luís Pinto, Cor. Tir. Art., (1999), *A Evolução Estratégica da OTAN*, Jornal do Exército, N° 472;
- SANTOS, Loureiro dos, Cor., (1979), *Apontamentos de história para militares*, IAEM, Lisboa.

Sites Internet

- AMARAL, Manuel, (2001a), “Schomberg”, Internet, <http://www.arqnet.pt/exercito/schomberg.htm/>, em 25 de Fevereiro de 2003;
- AMARAL, Manuel, (2001b), “Schomberg”, Internet, <http://www.arqnet.pt/dicionário/schomberg.htm/>, em 25 de Fevereiro de 2003;
- AMARAL, Manuel, (2001c), “Schaumbourg Lippe”, Internet, <http://www.arqnet.pt/dicionario/schlippe.html/>, em 25 de Fevereiro de 2003;
- AMARAL, Manuel, (2001d), “Castelo Melhor”, Internet, <http://www.arqnet.pt/dicionario/castelomelhor3c.html/25-02-2003>, em 25 de Fevereiro de 2003;
- COIMBRA, Universidade, (2003), “Joaquim Fernando Nogueira”, Internet, http://www.uc.pt/cd25a/aedp_po/JOFENOG.HTML, em 09 de Outubro de 2003;
- CATÓLICA, Universidade, (2003), “António de Oliveira Salazar”, Internet, <http://www.uc.pt/cd25a/ing/ing.salazar.htm>, em 09 de Outubro de 2003.



APÊNDICES



Apêndice A

REORGANIZAÇÃO DE 1640-1668, ASPECTOS ENVOLVENTES

1 Antecedentes

O Século XVII, foi uma época em que a identidade portuguesa foi posta à prova por uma segunda vez de uma forma dramática.

Quando em 1568, D. Sebastião tomou conta de Portugal, as dificuldades económicas, acentuavam-se cada vez mais, devido ao enorme preço que o monopólio do comércio oriental exigia, pois a força das armas, numa região tão distante e vasta, implicava um fluxo inesgotável de armadas anuais para impor a força no mar, pois em terra a sustentação das fortalezas era muitas vezes um esforço inglório.

Por outro lado o extremo luxo da corte em Lisboa, contrastava com a extrema pobreza que se verificava nas regiões rurais, tendo de se importar quase tudo, desde o luxo ao essencial. O comércio com o extremo oriente era suportado através de empréstimos sobre as mercadorias no estrangeiro contra os lucros dessas mesmas viagens, o qual cada vez era maior. Os «fumos da Índia», dissipavam-se, levando a que o jovem monarca se virasse para um projecto mais fácil e obvio que passava pela conquista do Império Africano.

Em 04 de Agosto de 1578, à frente de um exército de 18 000 homens e quase toda a alta nobreza da corte, embarcou para África tendo-se dirigido contra a opinião dos conselheiros militares ao encontro do exército do rei de Marrocos tendo o encontro ocorrido em Alcacer-Quibir. A derrota de D. Sebastião, fez Portugal mergulhar num período de trevas, de que só voltaria a sair em 1640.

O desaparecimento do Rei, originou uma grave crise dinástica, colocando três pretendentes à coroa - D. Catarina, D. António e Filipe II de Espanha – todos netos de D. Manuel, a esgrimirem argumentos a seu favor, tendo a falta de consenso dos dois primeiros “nacionais”, conduzido à fragilização da causa portuguesa, em favor da união Ibérica. A 25 de Agosto de 1580, Filipe II de Espanha, invadiu militarmente Portugal, derrotando em Alcântara os partidários do Prior do Crato, tendo sido aclamado Rei de Portugal nas Cortes mandadas realizar para o efeito em Abril de 1581 em Tomar. Nessas Cortes, Filipe II, jurou manter a individualidade da soberania de Portugal, os privilégios dos nobres e a autonomia administrativa portuguesa.



Durante o seu reinado e até meados de 1621, este *status quo* foi mantido, beneficiando Portugal do período de prosperidade económica que se vivia em Espanha. É no entanto, durante o domínio Filipino, que Portugal perde praticamente toda a sua frota naval, ao participar na Invencível Armada com que a Espanha pretendia invadir a Inglaterra.

Entretanto com Filipe III, a relativa prosperidade desaparece, com o consequente aumento da carga tributária, tendo a partir de 1637, ocorrido uma série de perturbações populares que se espalharam rapidamente por todo o país. Por outro lado, a atitude espanhola tinha mudado, orientando-se agora para uma completa unidade política peninsular. A chamada dos nobres portugueses para participarem na guerra da Catalunha, serviu de causa à revolução portuguesa.

Os conspiradores pretendiam restaurar a linha legítima da sucessão do trono. D. João, duque de Bragança, embora com relutância, acabou por colaborar.

Assim, numa operação de surpresa sobre o palácio real em 1 de Dezembro de 1640, a independência de Portugal consumou-se, dando-se início ao que ficou chamado pela guerra da restauração e que duraria até 1668.

Aquando da restauração, a Espanha estava em guerra com a França⁵⁰, a qual somente finalizou em 1659, com o Tratado dos Pirinéus, onde a França pôs de lado o seu apoio à nossa causa, acedendo às pretensões espanholas, podendo esta virar-se finalmente para Portugal.

2. A População

Segundo MATTOSO (1993a), só em 1801 se fez um recenseamento geral da população minimamente fiável. Anteriormente, somente se conhecem algumas contagens ou estimativas globais, elaboradas em função de preocupações de ordem militar, eclesiástica, política ou meramente corográfica. Nestas circunstâncias, a reconstituição tem de assentar num conjunto de operações de manipulação, correcção e ajustamento dos dados fornecidos pelas fontes, agravada pelo facto de que a forma de apresentação dos dados, ser feita através do número de fogos, moradores ou vizinhos⁵¹.

As diversas estimativas sobre a população portuguesa à época da restauração variam entre o 1,3 e os 2 milhões de habitantes. Para efeito deste estudo iremos considerar o número de 1,5 milhões de habitantes. Em termos de distribuição e de comportamento, a população portuguesa apresenta sensíveis diferenciações regionais.

Segundo HERMANN e MARCADÉ (2002), os três braços das cortes lembram que a sociedade portuguesa da época estava dividida em três ordens: clero, nobreza e terceiro estado,

⁵⁰ Guerra dos Trinta Anos.

⁵¹ Expressões equivalentes em princípio a agregados domésticos.



ou antes, os representantes das cidades e dos concelhos. Entre a grande nobreza, por um lado, que detinha as terras e os cargos mais lucrativos e, por outro, o numeroso povo, sobretudo camponeses, não havia nenhum intermediário, pois a burguesia não ocupava o lugar a que aspirava. As classes dirigentes eram constituídas pela grande nobreza e o alto clero, que procediam do seu estrato social. A burguesia pouco beneficiou sob o domínio dos Habsburgo, tendo ficado arruinada ou tendo sido forçada ao exílio pela Inquisição. Por último as classes populares são já encontradas nas cidades entre a multitude de pequenos artesãos ou numerosos comerciantes, bem como pelos camponeses. A população era miserável, explorada pelos proprietários das terras: a Coroa, a Igreja e a Nobreza, bem como por uma nova burguesia que emergia nos finais do séc. XVII, a qual encontrava na terra um suporte para a sua mania da fidalguia. O quadro da sociedade não estaria completo se, neste não se evocasse a escravatura, (Cerca de 10 000 numa Lisboa de 165 000 habitantes).

3. A Economia

A economia portuguesa dos meados do século XVII atravessava, em virtude das perturbações de vária ordem provocadas pela restauração e pela conjuntura económica internacional, um momento difícil.

A mediocridade dos solos e a fraca densidade populacional podem explicar a abundância de baldios, perto de três quartos do país. Rebello da Silva, citado por HERMANN e MARCADÉ (2002), avança o número de 900 000 hectares para a superfície de terra semeada e 600 000 para a superfície consagrada à vinha e pomares. A produção de cereais era deficitária, sendo necessário recorrer às importações, através dos intermediários holandeses, primeiro, e ingleses, depois. Durante o decurso do séc. XVII as terras abandonadas não deixaram de aumentar, devido também às consequências directas e indirectas do esforço de guerra.

Os recursos do subsolo eram escassos: as minas de cobre de Aljustrel ou São Domingos são apenas recordações; as jazidas de ferro foram negligenciadas durante a união das duas coroas devido à concorrência espanhola. A indústria – entendida no sentido do séc. XVII – limitava-se aos bens de consumo, especialmente aos têxteis, tendo a política de protecção do governo Francês em relação às suas exportações sido fatal para Portugal, muito mais do que o tratado de Methuen. A pesca estava em total declínio, salvando-se a produção de sal nas regiões de Setúbal e de Aveiro.

A riqueza ultramarina não se repercutia nos campos, antes as suas consequências, pois o clero e a nobreza, cada vez mais fazia pressão para obter o máximo de um solo que cada vez produzia menos. A disparidade social aumentou. Um estado cada vez mais rico numa Nação



pobre, onde a riqueza vinda de fora, tinha acabado com o trabalho interno, provocando o crescimento de uma classe média que nada fazia.

Portugal pode-se dizer, dispunha de poucos recursos. Ainda assim, a sua grande fortuna era a posseção de um império colonial com consideráveis riquezas.

4. O Governo

Segundo HERMANN e MARCADÉ (2002), o novo governo saído da restauração da independência e que enfrentou a guerra da restauração, era comparável em todos os pontos, mesmo a nível pessoal, ao que existia no tempo dos Habsburgo. Francisco de Lucena, até à sua desgraça, continuou a ser um dos conselheiros de D. João IV. A única diferença era a de que já não havia em Madrid um Conselho de Portugal e que o rei residia em Lisboa. A monarquia portuguesa era uma monarquia limitada pelas Cortes. Os três corpos (braços) que a constituíam eram eleitos pelo clero, nobreza e o terceiro estado, os delegados das cidades e dos concelhos, tendo assento nas diferentes bancadas por ordem hierárquica. É a reunião das três ordens que constitui a própria essência das Cortes. Os monarcas sucediam-se por primogenitura e um cadete podia suceder ao irmão mais velho; mas neste caso, deveria fazer reconhecer o seu herdeiro pelas Cortes. Foi o que fez D. Pedro II, que tinha substituído D. Afonso VI. O acordo das Cortes era necessário para a cobrança de novos impostos ou para debater grandes problemas, como em 1668, a paz com a Espanha. O que se notava no entanto, era que nestas reuniões os problemas que mais importância suscitavam eram os problemas relativos a cada classe. As Cortes foram reunidas quatro vezes no reinado de D. João IV, quer em Lisboa quer em Tomar. Não tendo sido convocadas durante o reinado de D. Afonso VI, foram contudo, convocadas cinco vezes durante a regência e o reinado de D. Pedro II.

As instituições regionais, como as comarcas, juizes de fora, não foram modificadas. O rei dispunha para o auxiliar na sua governação de numerosos conselhos. Junto do soberano, três secretários de estado eram encarregados de expedir os assuntos correntes que, sob as suas ordens, executavam o trabalho elaborado nos conselhos. Importante foi sem dúvida a actuação do Conde de Castelo Melhor, para quem foi restaurado o cargo de escrivão da puridade, cargo que tinha caído em desuso a partir do reinado de D. Sebastião. Este cargo conferia aos seus titulares poderes superiores aos de um primeiro ministro, tendo desaparecido consigo. Para o bom funcionamento da administração central, o rei podia contar com os diversos conselhos. Em primeiro lugar, estava o Conselho de Estado; convocado por um secretário de estado, reunia-se na presença do soberano ou, estando ausente, na presença da sua cadeira vazia. No reinado de D. Pedro II, ele compreendeu uma meia dúzia de membros. O Conselho de Guerra,



criado em 1640, não tinha presidente; composto por cinco conselheiros, era presidido pelo soberano em pessoa. Os outros conselhos foram mantidos do anterior: Desembargo do Paço, para a Justiça; Conselho da Fazenda (dois presidentes que alternavam e seis conselheiros de toga) e Mesa da Consciência e Ordens. O novo regime criou ainda dois outros conselhos, o Conselho dos Três Estados e o Conselho Ultramarino. O primeiro composto por sete membros, geria os fundos cobrados, com o consentimento das Cortes, para a guerra; o outro, o Conselho Ultramarino, Conselho de Além-Mar, substituiu o Conselho das Índias caído em desuso desde 1615. Composto por um presidente, três conselheiros de espada e três de toga, ocupava-se de todos os problemas imperiais, com excepção das praças africanas. A ele juntaram-se duas juntas: a do comércio e a do tabaco, quando aquele produto se tornou um monopólio do estado.

5. O Cenário Internacional

Segundo LOUSADA (2001), “a partir do Século XVI, a Europa assistiu a profundas alterações políticas e sociais, que se traduziram na rotura definitiva com os modelos medievais e no alvorecer da modernidade”.

Assiste-se a uma divisão espiritual da Europa. De um lado os protestantes e do outro os católicos. Nas regiões protestantes do norte da Europa, foi incrementada uma poderosa burguesia comercial, em que as riquezas foram utilizadas para o seu desenvolvimento e fortalecimento interno. Em Portugal e Espanha o fluxo destas riquezas serviu para beneficiar a aristocracia ou para custear a expansão, desenraizando as populações e criando um défice de produção interna.

O falhanço do projecto do Imperador Habsburgo Carlos V⁵², no qual procurava reeditar a monarquia católica universal, levou-o a assinar depois de sucessivas lutas contra a França, a Paz de Augsburg em 1555, reconhecendo oficialmente a religião luterana, resignando no ano seguinte, dividindo os seus domínios pelo filho Filipe e pelo irmão Fernando. Tinham assim origem os dois blocos Habsburgos, o da Espanha de Filipe II e o da Áustria de Fernando I⁵³. Estes dois blocos envolveram-se em longas guerras onde participou toda a Europa Ocidental, tendo no entanto Portugal numa primeira fase, conseguido permanecer à margem do conflito.

Tendo passado a ser desde 1580 um dos Estados da casa da Áustria, a Restauração veio a acontecer em plena guerra dos trinta anos, com a casa de França. O objectivo imediato de Portugal passou por tentar passar para o bloco contrário, no entanto tornou-se uma intenção

⁵² Carlos V (1500-1568), o mais poderoso soberano deste período, Imperador da Alemanha, Rei de Espanha e da Áustria, Senhor de Nápoles, Sicília, Milão, Países Baixos e demais possessões ultramarinas.

⁵³ Filipe II, ficou com a Espanha, Países Baixos, Nápoles e Sicília; Fernando I herdou a Áustria, a Hungria e os principados Alemães.



difícil pois o nosso apoio na Europa era pouco significativo, tendo as potências europeias muito mais a ganhar em manter-nos como inimigos, devido ao Império Ultramarino. Desta forma o preço a pagar por esse apoio, revelou-se catastrófico em termos estratégicos e económico.

O Vaticano, aliado da casa de Áustria na sua luta contra os protestantes, recusou-se a reconhecer a independência Nacional, continuando a considerar-nos uma província revoltada. O papa francófono Urbano VII, era favorável à causa portuguesa, mas necessitava de ter em consideração a potência dos Habsburgos e da vizinhança das tropas espanholas em Nápoles. O reconhecimento oficial pelo papado só se efectuará em 1669, com Clemente IX, ou seja um ano depois do Tratado de Lisboa e do reconhecimento oficial de Madrid da independência de Portugal.

A Inglaterra, à qual solicitámos auxílio militar, acedeu simplesmente a assinar um primeiro tratado de amizade e comércio em 29 de Janeiro de 1642⁵⁴, ao qual se seguiu o tratado de 1654, onde abrimos mão do monopólio do comércio com o Brasil, África e domínios orientais, conjuntamente com inúmeras concessões diplomáticas e económicas em troca da tão almejada assistência militar em caso de uma invasão espanhola.

A França, tinha apoiado os sentimentos de revolta dos portugueses, contra o domínio espanhol, pois Richelieu pretendia obrigar os espanhóis a desviar forças da frente do exército francês⁵⁵. Aquando da sua morte, foi substituído por Mazarino, tendo-se assistido a um volte-face, quando este último acedeu às pretensões espanholas no Tratado dos Pirinéus, de cessar o apoio ao nosso país, tendo possibilitado a que finalmente a Espanha já liberta da guerra na Europa se voltasse em força contra Portugal.

Em relação à Holanda⁵⁶, tentou-se garantir um acordo que incluísse a restituição dos domínios ocupados pelos holandeses durante o domínio Filipino. Conseguiu-se apenas uma paz por dez anos na Europa, já que a luta prosseguiu no Brasil e em África. No final desse período a Holanda apoderou-se de quase tudo o que restava no Índico e Pacífico.

O preço da Restauração aliado ao domínio Filipino, representou para Portugal o fim do Império do Oriente.

⁵⁴ Foi enviado a chefiar a embaixada portuguesa D. Antão de Almeida.

⁵⁵ Seria enviado como representante de Richelieu, Jean de Saint Pè, que seria depois cônsul em Portugal.

⁵⁶ À época conhecida por Províncias Unidas; O Tratado com Portugal foi assinado a 12 de Julho de 1641, tendo o enviado português sido D. Tristão de Noronha.



6. O Exército

6.1 A Técnica e Tática da 1ª fase da Restauração

À semelhança da Infantaria espanhola, em cuja tática os oficiais portugueses se tinham instruído nas guerras da Flandres, os Terços de Infantaria portuguesa, divididos em Companhias, eram compostos por partes iguais de piqueiros e arcabuzeiros – os piqueiros armados do longo pique de 18 pés, espada, peitoral e calada; os arcabuzeiros, sem armadura defensiva, armados apenas de arcabuz ou espingarda de mecha, com a sua forquilha e adaga.

Para combate a Infantaria formava em grandes quadrados de 50 piqueiros de face, rodeados e flanqueados nos vértices por outros quadrados de arcabuzeiros. O combate de Infantaria era feito em simultâneo pelo fogo e pela arma branca.

A Cavalaria estava organizada em companhias de 100 ginetes sob o comando de um Capitão, enquadradas por Alferes e Sargentos. Os Soldados eram também, consoante o armamento de duas classes – lanceiros, armados de lança, elmo, couraça e avambrados, e mosqueteiros, armados de mosquete (espingarda reforçada), adaga, espada, elmo e, por vezes, pistola.

O exercício da Cavalaria pertencia particularmente à nobreza, os próprios soldados eram recrutados geralmente entre os filhos segundos das famílias fidalgas.

Foi criado o posto de Tenente-General de Cavalaria, que era quem superintendia em todos os assuntos respeitantes a essa Arma em cada exército.

A Artilharia, ainda não organizada militarmente, ficava sob a jurisdição suprema do Tenente-General de Artilharia. Era constituída por Artilharia de Sítio, Artilharia de posição e Artilharia de Batalha, sendo composta por especialistas muito bem pagos que serviam quase sempre a contrato.

Para os trabalhos de Engenharia, contrataram-se muitos estrangeiros, sobretudo Flamengos e Franceses, a quem eram passadas Cartas-patentes com o soldo, privilégios, tempo de serviço, entre outros.

Portugal tratou de contratar em 1660, o Conde de Schomberg, militar alemão, da escola de Turenne e de Gustavo Adolfo, e grande número de Oficiais estrangeiros, afim de reorganizar o Exército que estava envolvido na guerra da restauração (SELVAGEM, 1999).



6.2 A Evolução Técnica e Tática com Schomberg

Schomberg, trouxe a escola militar francesa para Portugal, tentando ainda reorganizar e reforçar o exército, dizimado pelas campanhas de 1657 a 1660. A preponderância militar francesa nessa época, era o resultado da acção concertada do ministro da guerra Louvois, Vauban, famoso engenheiro militar, e Turenne, o mais ilustre general de então e de que Schomberg tinha sido discípulo.

Era este sistema que se pretendia implantar em Portugal com a condução política a cargo do Conde de Castelo Melhor⁵⁷.

O poderio francês era suportado por uma organização centralizada, fortificação permanente e por uma estratégia (de pendor claramente ofensivo). A acção enérgica desenvolvida pelo notável estadista que foi o Conde de Castelo Melhor durante o reinado de D. Afonso VI que na retaguarda, ia dirigindo e impulsionando os meios de ataque, concentrando, no Alentejo, soldados, armamento, munições e víveres, quer mudando rápida e estrategicamente estes meios para o Norte do País, fez mudar a sorte das armas, proporcionando a Schomberg uma “retaguarda” estratégica, após uma ofensiva vitoriosa espanhola de D. João de Áustria no Minho, Beira e Alentejo.

Foi estabelecido o primeiro quadro de engenheiros. São substituídos as armas de morrão pelas de pederneira. São distribuídas à Cavalaria a pistola e a clavina e por último é criado o “Troço de Artilheiros”. Iniciam-se algumas aulas de fortificação no forte de S. Filipe em Setúbal e nas maiores praças fortes de cada província.

Uma das modificações introduzidas por Schomberg foi o de fazer com que o Exército português adoptasse o hábito da marcha de costado⁵⁸, que já se usava na Europa, mas era cá desconhecida, ensinando ainda o Exército a acampar em formação de combate, o que fazia com que as saídas dos campos fossem muito mais rápidas.

Acabou com os privilégios que certos Terços gozavam de formarem na vanguarda ou em determinados postos.

⁵⁷ Depois de uma revolução palaciana, chefiada por este, entregando aparentemente o governo do reino ao pobre D. Afonso VI, em nome de quem passou a governar.

⁵⁸ As formações de costado, imaginadas por Gustavo Adolfo, para facilitar as marchas, permitiam em frente do inimigo passar rapidamente a ordem de batalha no próprio terreno, sem confusões, sem atropelos, nem evoluções morosas. Na proximidade do Inimigo, marchava-se por alas em 4 colunas; a Artilharia de posição ia no centro, entre as duas alas de Infantaria e Artilharia ligeira; Num e noutro flanco das alas de Infantaria, iam as alas de Cavalaria. Os movimentos diante do inimigo mascaravam-se com uma cortina de Cavalaria. Tomava-se posição de batalha sobre o respectivo flanco; mas feito o desenvolvimento era difícil modificar a posição inicial.



Introduziu princípios, disciplina e treino nas nossas tropas que lhe facilitavam a vitória. Com a sua enorme experiência era ele o encarregado de escolher as posições que o Exército havia de ocupar.

Transmitiu os seus conhecimentos ao nível dos entrenchamentos militares perante exércitos sitiados. Existe alguma indefinição, nos autores consultados, em relação ao facto se terá sido da sua responsabilidade a adopção da organização tipo regimental em Portugal⁵⁹, que nessa época já existia em França e noutros países europeus. Pensamos que terá tido um grande contributo na assimilação de todas estas novas tácticas, como será lógico, mas a organização Regimental só vigorará em Portugal, a partir das “Novas Ordenanças” de D. João V, em 15 de Novembro de 1707. Schomberg terá sem dúvida aligeirado os Terços⁶⁰, para compatibilizar as tácticas utilizadas pelas nossas forças com as das forças militares aliadas de Portugal, que combateram ao nosso lado, vindas de Inglaterra e França.

Introduziu a moda francesa, com a utilização da casaca em vez do gibão, à la Schomberg, como ficou conhecido em Portugal.

A Batalha de Montes Claros demonstra claramente os ensinamentos de Schomberg em relação às novas formações de Batalha adoptadas por Turenne. Por se tratar, porém, de ensinamentos de um general estrangeiro, todas essas banalíssimas inovações encontraram no espírito rotineiro da maioria dos generais portugueses a mais irritante oposição.

A escola que orientou doutrinariamente a reorganização do Exército Português, com Schomberg (a escola francesa), é em tudo, semelhante na concepção aos modelos holandês e sueco, onde se privilegiava o Elemento Essencial de Combate (EEC) Fogo e Movimento, em detrimento do EEC, Choque.

A escola francesa de Turenne, privilegiava ainda, um sistema com maior mobilidade e flexibilidade e mais aberto do que o sistema espanhol dos Terços rígidos, cerrados e pouco móveis. A ordem de batalha compreendia 2 linhas distanciadas de 300 passos e uma pequena reserva à base de Infantaria e Cavalaria. Em cada linha a Infantaria dividia-se em 2 alas a 2, o

⁵⁹ Nas descrições da Batalha de Montes Claros, por vezes fala-se em Terços, por vezes em Regimentos, Batalhões e Esquadrões, além de o esquema da formação de Batalha também já identificar a nossa formação “à francesa”.

⁶⁰ A organização Regimental, no começo era composta promiscuamente por piqueiros, mosqueteiros e alguns fuzileiros, mais tarde tornaram-se separadamente de uma e outra classe de soldados. A Cavalaria deixou de usar a couraça, e o casco, inúteis perante as armas de fogo. A sua proporção com a Infantaria diminuiu. A Artilharia foi organizada com carácter militar e permanente. A sua proporção com as restantes tropas era de 4 canhões por 1 200 homens. Os exércitos eram posicionados de forma a que houvesse o mais possível de flexibilidade e mobilidade.



que aumentava em muito a capacidade de manobra. A Cavalaria formava também em 2 linhas, divididas por 2 alas e colocava-se nos flancos da Infantaria⁶¹.

O reabastecimento das tropas foi previsto e coordenado atempadamente (à semelhança do modelo francês) pelo Conde de Castelo Melhor, ao posicionar mantimentos, munições e homens no Alentejo na previsão dos ataques espanhóis.

7. As Figuras

7.1 Schomberg

Frederico Armando Schomberg, é o paradigma do soldado mercenário do séc. XVII. Nascido na Alemanha em 1618, serviu no exército holandês, sueco, francês, português e inglês, tendo morrido com o posto de Comandante em Chefe do Exército Inglês na batalha do Boyne.

Participou em quase todos os recontros do chamado período francês, da guerra dos Trinta Anos, no exército sueco então sob o comando de Richelieu, tendo em 1636, passado a lutar no



exército francês, como lugar-tenente de Henrique de Nassau. Em 1650 estava ao serviço do Cardeal Mazarino durante as guerras civis de Fronda em França, sendo-lhe dado o posto de Marechal de Campo em Outubro de 1652. Três anos mais tarde, já como Tenente General participou com o Marechal Turenne, na guerra contra a Espanha e o Príncipe de Condé (AMARAL, 2001a).

Richelieu, que tinha morrido em 1642, foi substituído pelo Cardeal Mazarino, que alterou radicalmente a posição de favor que o seu antecessor concedeu a Portugal, culminando com a assinatura do Tratado de Paz dos Pirinéus em 1659 com a Espanha, deixando dessa forma, o caminho livre, para a Espanha se voltar contra Portugal (AMARAL, 2001a).

O Conde de Soure, embaixador, à data em Paris, recebeu de imediato ordens para aliciar o maior número de Oficiais e um hábil general que pudessem embarcar para Portugal e lutar pela nossa causa. Auxiliado nessa tarefa pelo próprio Turenne, este indicou-lhe Schomberg, por ter servido sob as suas ordens e por ser alemão de nascimento, não contrariando dessa forma o impedimento de militares franceses combaterem em Portugal, cláusula resultante do Tratado

⁶¹ Foi este exactamente o dispositivo mandado implementar por Schomberg no Exército Português para a Batalha de Montes Claros.



dos Pirinéus. Em resultado destas diligências, a 29 de Outubro de 1660, embarcou no Havre, o Conde de Soure juntamente com Schomberg e cerca de 600 militares, a maior parte Oficiais de Cavalaria, Artilharia e Engenharia (AMARAL, 2001a).

A 17 de Dezembro é nomeado para o posto de Mestre de Campo General da província do Alentejo, com o soldo de 1 000 cruzados por mês.

Desde cedo, assinalou a sua presença, pelos esforços que fez para que o nosso exército adoptasse o hábito das marchas de costado, à época desconhecido em Portugal, para que acabasse os privilégios que certos Terços gozavam de formarem na vanguarda ou em determinados postos e para introduzir na formatura e disciplina das nossas tropas melhoramentos e princípios que lhe facilitassem a vitória.

Os seus superiores, começando pelo Conde de Atouguia, governador do Alentejo, aceitaram mal estas novidades, levados pelo ciúme. O Marquês de Marialva assume mais tarde o mando superior do Alentejo, continua a manifestar uma enorme má vontade, pelo receio de que as acções de Schomberg, pudessem fazer desvanecer os louros por si conquistados na vitória das linhas de Elvas. Estas desinteligências foram extremadas, quando o Conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel foi encarregado do governo de armas do Alentejo em 1663.

Após o recontro com D. João da Áustria, junto a Évora, em que Schomberg conseguiu perante a opinião contrária de Vila Flor, que o Exército passasse a noite em ordem de batalha, evitando assim ter de formar as tropas na presença do inimigo, passou a ser finalmente o Mestre de Campo General o encarregado de escolher as posições que o Exército deveria ocupar, desempenhando-se admiravelmente dessa incumbência, nomeadamente na Batalha do Ameixial.

Schomberg, continuava extremamente irritado, por não lhe darem o comando do Alentejo, que tinha ficado expresso no contrato que fizera, aquando da sua vinda para Portugal. Para não embaraçar o governo, tinha cedido já duas vezes do seu direito, considerando ofensiva a persistência em não lhe darem o comando. Ninguém, no entanto, se atrevia a dizer-lhe a verdade, que era não haver general português que se prestasse a servir debaixo das suas ordens.

Em 1664, o Marquês de Marialva foi ainda mais exigente, não o aceitando sequer para Mestre de Campo General, sendo necessário criar para ele um novo posto, o de Comandante das tropas estrangeiras ao serviço da Coroa portuguesa. Mas finalmente, puderam repartir equitativamente a glória na batalha de Montes Claros, porque se o Marquês de Marialva sustentou inabalável à frente da 2ª linha o ímpeto do inimigo, correndo a suportar o enfraquecimento do flanco esquerdo, a Schomberg se deve a boa formatura com que as nossas tropas marchavam e a excelente acção da Cavalaria portuguesa.



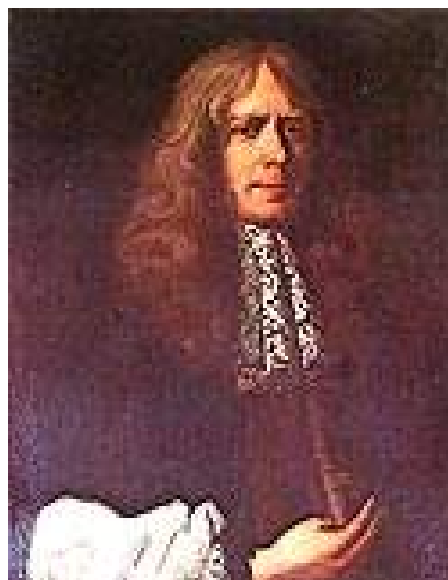
Em 1666, obteve afinal, o governo das armas do Alentejo. O seu contributo para o desenvolvimento da arte da guerra em Portugal, foi o de ensinar o exército a acampar em formação de batalha, o que fazia com que as saídas dos campos fossem muito mais rápidas. Introduziu ainda a organização Regimental francesa, com efectivos mais reduzidos.

Concluída a guerra da restauração, regressa a França em 1668. Em 1673 é enviado a Inglaterra para ajudar Carlos II a organizar um exército de invasão da Holanda, mas regressou rapidamente a França para aconselhar Luís XIV no cerco da cidade Maastricht em Junho desse mesmo ano. Em 1675, devido à morte de Turenne, tornou-se um dos oito Marechais de França, sendo já Duque. Em 1685, devido à liberdade religiosa dada aos protestantes, teve de abandonar a França, tendo vindo residir para Portugal. Mais tarde, serviu Frederico Guilherme de Brademburgo, o “Grande Eleitor”. Em 1688, foi “emprestado”, comandando um corpo de tropas “prussiano”, a Guilherme de Orange e, em Novembro, foi nomeado 2º Comandante do exército que invadiu a Inglaterra, a pedido do parlamento inglês, destronando Jaime II. Naturalizado inglês em Agosto de 1689, foi-lhe dado o título de Duque de Schomberg entre outros, sendo nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Inglês que invadiu a Irlanda, tendo vindo a morrer na célebre Batalha do Boyne (AMARAL, 2001a).

7.2 O Conde de Castelo Melhor

Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º Conde de Castelo Melhor, Reposteiro-Mor da Casa Real, escrivão da puridade, Conselheiro de Estado, primeiro-ministro e valido de D. Afonso VI, e depois do Conselho de Estado de D. João V, Senhor de Valhetas, Almendra e Mouta, Santa, Alcaide-Mor e Comendador de Pombal e senhor do condado da Calheta, de que foi o 6º Conde.

Nascido em 1636, era filho do 2º Conde de Castelo Melhor, D. João Rodrigues de Vasconcelos e de sua mulher D. Mariana de Lencastre e Vasconcelos. Acompanhou o seu pai durante a campanha de 1658, onde mostrou grande bravura e intrepidez. Mas os campos de batalha eram confinados demais, a quem de uma inteligência invulgar aspirava aos mais elevados cargos de estado. Rapidamente trocou a vida agitada dos acampamentos pela não menos difícil e espinhosa da câmara do palácio real, onde procurou conquistar a confiança do jovem príncipe, que pela morte de D. João IV herdara a coroa portuguesa, encontrando-se no entanto





esta última ainda sob a regência da Rainha sua mãe. Além de lhe conquistar a confiança, tratou também de lhe dar a força necessária para assumir o poder e contrariar, desfazendo assim os planos do Marquês de Marialva e de outros nobres que, tendo grande importância no tempo da regência, se dispunham a conservá-la quando o novo soberano fosse aclamado. Aproveitando habilmente a prisão de António Conti, valido do príncipe, ordenada pela rainha, e valendo-se do auxílio do Conde de Atouguia e de outros fidalgos que atraíra para a sua causa, o Conde de Castelo Melhor, conseguiu levar D. Afonso a um golpe de estado, e entrando com ele numa liteira foi para a quinta de Alcântara, onde o rei mandou chamar toda a nobreza, e expediu a todas as autoridades a comunicação de haver tomado posse do governo. A rainha tentou resistir por boas razões e bons conselhos, mas, reconhecendo as dificuldades da luta entregou definitivamente a seu filho o governo do reino a 29 de Junho de 1662, e o Conde de Castelo Melhor começou a governar Portugal, porque era ele o soberano, através de um dédalo de subtilezas, embora só com o título de escrivão da puridade.

D. Afonso VI não amava o ministro, porém, instintivamente, sabia que ao defendê-lo se resguardava. Em criança queimara-se do lado direito e os médicos, à força de sangrá-lo, enfraqueceram-no ao ponto de ser acometido por uma paralisia parcial e um semi-esgotamento cerebral, que lhe provocava momentos de clarividência intercortados por momentos de loucura. Falava sem pensar, premiava quem não devia premiar, perante a incredibilidade dos que realmente o mereciam. Dado aos prazeres da noite, tinha uma especial predilecção pelo vinho, a arruaça e os amores fáceis.

Castelo Melhor, para melhor assegurar o seu governo, procurou cercar o monarca de pessoas da sua confiança, fazendo o mesmo em relação aos cargos de estado. Introduziu no palácio de Corte Real, onde vivia o Infante D. Pedro, homens da sua completa confiança, para o informarem da intriga que ali se urdia, e desconfiando que a rainha viúva ainda conservava alguma influência no ânimo do rei, procurava afastá-la, fazendo com que fosse viver numa quinta do sítio do Grilo. Castelo Melhor, foi um dos mais lúcidos e enérgicos estadistas que Portugal produziu em todos os tempos.

Foi desde então que, por parte de Portugal, a guerra entrou verdadeiramente na sua fase decisiva e de real interesse estratégico-político. Schomberg, no campo, como Chefe de Estado Maior, e Castelo Melhor, no Conselho, como organizador da retaguarda, realizavam, na mais perfeita comunhão de vistas e conjugação de esforços, o bloco dinâmico e potente que conduz as pátrias à vitória. Repetia-se com Castelo Melhor, em Portugal, o fenómeno que se dera em França com Louvois – centralização de todos os assuntos militares nas mãos de um só



ministro, inteligente e activo, orientado pelo tríplice sistema de previsão, da organização e da estratégia política.

De começo, porém, antes que o novo ministro se firmasse bem no poder, as novas ofensivas de D. João da Áustria, no Alentejo, e de Pantoja, no Minho (Julho), obtiveram êxitos alarmantes.

No ano seguinte (1663), Castelo Melhor, informado dos grandes preparativos militares de Espanha e já mais seguro no poder, fez concentrar no Alentejo (Estremoz e Elvas) as forças nacionais, enquanto do lado oposto da fronteira, D. João da Áustria com um exército de 20 000 homens marchava sobre Portugal, conseguindo chegar até Alcácer do Sal. Castelo Melhor, (o verdadeiro salvador de Portugal), para se opor às numerosas forças invasoras, mandou convergir sobre o Alentejo, tropas da Beira sob o comando de Pedro Jacques de Magalhães, e promoveu a organização de um corpo de reforço, com voluntários de Lisboa e da Estremadura, que se concentraram no Montijo sob o comando do Marquês de Marialva. D. João da Áustria que entretanto tinha disperso as suas forças inicia uma retirada mas é obrigado a dar combate às forças portuguesas na gloriosa Batalha do Ameixial. Esta vitória, levou a que Castelo Melhor passasse à ofensiva, que culminou com a Batalha de Castelo-Rodrigo, após o que as operações foram suspensas no Verão de 1664.

Castelo Melhor continuava a exercer eficazmente a sua criteriosa e infatigável actividade: fortificava Estremoz, levantava novas fortificações, alistava soldados, aumentava os quadros, e conseguia, por uma feliz administração, trazer as tropas bem pagas e consequentemente bem dispostas. Mas à sua volta ia-se tecendo a rede de intrigas com que a facção partidária de D. Pedro, já preparava a sua queda.

Entretanto D. João da Áustria era destituído do comando e substituído pelo Marquês de Caracena, que à frente de um grande exército se preparava para novamente invadir Portugal, depois de Espanha se ter liberto em 1665 das suas guerras noutros países⁶². Castelo Melhor preparava a Nação para suportar esse novo embate. Com o seu tacto diplomático, conseguiu reconciliar os generais desavindos. Com a sua energia de organizador fortificava e guarnecia Lisboa e outros portos, rateando as guarnições de outras fronteiras menos ameaçadas, reforçava as tropas de defesa do Alentejo e contratava reforços na Inglaterra e França. O desfecho de todos estes preparativos, verificou-se em 17 de Junho de 1665, na Batalha de Montes Claros, onde a derrota dos espanhóis foi completa, inutilizando a invasão inimiga e abrindo a porta para o começo das negociações de paz que iriam conduzir ao final da guerra da restauração.

⁶² Tratado dos Pirinéus com a França.



Entretanto a diplomacia europeia agitava-se. Luís XIV e Leopoldo da Áustria entendiam-se, o primeiro ambicionando a Flandres e o segundo a sucessão ao trono espanhol entretanto entregue à regente D. Maria Ana da Áustria, depois da morte de Filipe IV de Espanha.

À França interessava assim que Portugal não fizesse a paz com Espanha pois deste modo esta não poderia dispor de muitas tropas. Por outro lado a Inglaterra cheia de desconfiança, aliava-se à Espanha para contrariar os desejos franceses. Estes dois países, França e Inglaterra, apressaram-se a mandar embaixadores para Portugal.

Em 1666, a luta entre os agentes ingleses e franceses prosseguia e os britânicos julgaram-se vencidos quando se anunciou o casamento entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, Princesa de França, numa acção diplomática que visava estreitar as relações de Portugal e da França, e interessar esta nação nos nossos destinos. Julgava Castelo Melhor poder conduzir a Rainha da mesma forma que conduzia o Rei. Enganou-se.

Aproveitando-se do sucesso obtido pelas nossas armas um ano antes em Montes Claros e a vontade do soberano francês, que se apresentou como mediano para ir tratar da paz entre Portugal e Espanha, o Conde de Castelo Melhor impôs condições duríssimas para o orgulho espanhol, que impediram a assinatura do acordo, mostrando enquanto as conversações decorriam uma firmeza e energia admiráveis, qualidades que manteve depois nas conversações com o representante de Luís XIV em Lisboa, para se ajustar a liga ofensiva e defensiva entre Portugal e França.

Desejava ardentemente o soberano francês essa aliança, mas queria conservar para si a liberdade de acção, fazendo o menor número possível de sacrifícios, fazendo com que Portugal continuasse a empenhar-se na guerra com todas as suas forças. O Conde de Castelo Melhor não acedeu a estes princípios, e conseguiu ajustar o acordo até haver uma perfeita reciprocidade de direitos e deveres para os dois estados contratantes, embora um deles fosse a poderosa França e o outro a pequena nação cuja independência poucos anos antes estivera ameaçada⁶³.

Castelo Melhor pensava, que aquando da paz definitiva, poderia obter a Galiza, alargando assim o território nacional, ficando a pertencer-nos toda a faixa ocidental da península. Infelizmente o ministro não pôde realizar este audacioso projecto, devido às intrigas contínuas da Corte e à vergonhosa trama que uniu a Rainha e o Infante D. Pedro.

Desde que tinha chegado a Portugal, a Rainha tinha procurado por todos os meios possíveis insinuar-se no ânimo do monarca, seu marido, e como o escrivão da puridade não queria ver o

⁶³ Tratado de ajuda de França a Portugal, que incluía a oferta de 4 Regimentos e 100 000 libras esterlinas enquanto Portugal estivesse sozinho a combater a Espanha, passando depois a 34 000 libras quando a França entrasse na guerra. A França obrigava-se ainda a forçar os espanhóis a reconhecerem o título ao Rei de Portugal.



país completamente sujeito à vontade de Luís XIV, estalou uma decidida inimizade entre a soberana e o ministro, apesar de que o astuto diplomata evitar com a maior diligência que a Rainha tivesse motivo de queixa contra si. D. Pedro que cada vez reunia mais apoiantes, faz a cunhada ensaiar nova tática e voltar para ele as suas vistas.

Fez-se correr o boato de que D. Pedro iria largar o reino, levado pelo que imaginava o desejo de Castelo Melhor em fazê-lo desaparecer, em resultado de a soberana não perdoar certo acto a Sousa Macedo⁶⁴, considerado por esta, insulto grave.

D. Afonso VI, perdeu a esposa e o reino para o irmão, e o homem que dirigia os negócios públicos e o governo com tanta firmeza e inteligência, foi obrigado a exilar-se.

D. Pedro, sobe ao trono como D. Pedro II e casa-se com a sua cunhada. Castelo Melhor depois de ter viajado pela França e pela Sabóia, fixou a sua residência em Londres em 1677, e tais serviços prestou à rainha D. Catarina de Bragança, mulher de Carlos II e irmã de D. Pedro, que esta conseguiu que o Conde regressasse ao reino em 1685, já depois da morte de D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, indo residir então para Pombal, onde permaneceu até 1687, ano em que lhe foi permitido voltar a Lisboa. Mais tarde, D. João V readmitiu-o no Conselho de Estado.

O 3º Conde de Castelo Melhor veio a falecer em 1720 (MARTINS, 1940) e (AMARAL, 2001c).

⁶⁴ Secretário de Estado da confiança de Castelo Melhor.



Apêndice B

REORGANIZAÇÃO DE 1750-1777, ASPECTOS ENVOLVENTES

1. Antecedentes

Decorreu cerca de 100 anos entre a restauração da independência portuguesa e o início do reinado de D. José I, período esse que engloba o que se convencionou chamar de monarquia absoluta, pois a tendência para o poder ilimitado do monarca, considerado de origem divina e como tal sobreposto a qualquer outra fonte de poder político, que vinha progredindo desde a época de D. João II, dominando já com D. Sebastião, veio a atingir o seu apogeu a partir de 1698, ano em que as Cortes se reuniram pela última vez e já com o objectivo muito restrito, de alterar as leis de sucessão do trono de modo tal, que o sucessor pudesse aceder ao trono sem intervenção das Cortes, mesmo não sendo descendente em linha directa do anterior monarca.

O facto de os reis passarem a exercer o poder sem reunir Cortes, não significa que o seu poder se tornasse absoluto. O Absolutismo verificava-se em relação ao terceiro estado (o Povo), porque foi apenas ele que deixou de ser ouvido. Continuaram a subsistir os poderes da nobreza e do clero que limitavam o poder real⁶⁵.

O século que medeia entre estas reorganizações foi fértil em acontecimentos diplomáticos e militares, numa Europa em constante ebulição. Três anos depois da assinatura do Tratado de Paz com a Espanha (1668), já Luís XIV de França planeava a guerra contra a Holanda. Portugal saído de uma guerra à pouco tempo vê-se novamente pressionado a tomar partido por um dos Blocos, mesmo que isso significasse o início da guerra⁶⁶. A nobreza estava dividida entre os saudosistas do domínio espanhol e aqueles que ambicionavam aliar-se a uma potência como a França. O bom senso prevaleceu e Portugal manteve-se neutral. Em 1679, estala nova polémica. A única filha do regente D. Pedro, herdeira do trono português, visto não haver descendentes de D. Afonso VI, haveria de casar-se com o rei de Espanha ou com o príncipe da Casa de França?

Em 1699, morre Carlos II, rei de Espanha sem deixar descendentes. Tinha duas irmãs, uma casada com Luís XIV e outra com o Imperador Leopoldo da Alemanha. O equilíbrio europeu voltava a estar em causa. Ou se reconstruía a Casa de Áustria, ou a França emergia como potência dominante. Portugal começou por aderir ao Bloco francês perante a ajuda militar e a promessa da devolução de algumas dependências no Índico.

⁶⁵ A Inquisição é um perfeito exemplo de um poder dentro do estado, praticamente imune à vontade real.

⁶⁶ Se Portugal se aliasse à França, poderia significar a guerra com a Espanha.



Entretanto, formou-se a Grande Aliança contra a França que incluía a Inglaterra, Países Baixos e a Áustria. A diplomacia portuguesa hesitou perante a maior gravidade de uma guerra contra a Inglaterra e Países Baixos do que outra contra a Espanha e a França.

Após dois anos de negociações, Portugal entrou na Grande Aliança, com a promessa da anexação de uma extensa região ao longo da fronteira com a Espanha. É a partir dessa altura que se acentua a influência inglesa em Portugal, tanto em termos diplomáticos, quer mesmo económicos⁶⁷.

Portugal fica obrigado a levantar homens para um Exército que se juntaria aos exércitos aliados que entretanto desembarcariam em território nacional. Mas as tropas prometidas não chegaram e Portugal não teve capacidade de formar o Exército a que se tinha obrigado. A guerra começa assim em 1704, com os exércitos incompletos.

Filipe V, o candidato francês ao trono espanhol invade ainda nesse mesmo ano Portugal pela Beira e Alto Alentejo. Em retaliação, o Marquês de Minas aventura-se pela meseta e chega a Madrid, onde fez proclamar Carlos III⁶⁸, o candidato da Grande Aliança. Revoltas populares de apoio a Filipe V, cortam o caminho de volta ao Exército português. Apesar dos aliados, as batalhas de Almaza, em 1707, do Caia, em 1709, e de Vila Viçosa, em 1710, são desastrosas para os portugueses, tendo Filipe V⁶⁹, sido coroado rei de Espanha. Em 1713, o Tratado de Utreque põe fim à Guerra da Sucessão de Espanha, tendo o grande vencedor sido a Inglaterra. Portugal, no entanto, não conseguiu fazer valer o cumprimento das promessas feitas.

Entretanto em Portugal, D. Pedro II morre a 9 de Dezembro de 1706 e seu filho D. João, que viria a ser o quinto monarca de seu nome em Portugal, só foi aclamado três semanas depois, a 1 de Janeiro de 1707. A aclamação do jovem monarca, embora juridicamente se pudesse impugnar, fez-se no entanto sem problemas, mercê da imposição do soberano que acabava de falecer, (Cortes de 1698)⁷⁰.

Ao reinado de D. João V, surgem associadas imensas coisas, na sua maior parte deslumbrantes ou imponentes e algumas bastante maliciosas. O aqueduto das Águas Livres, a fabulosa Capela de São João Baptista na igreja de São Roque, os coches riquíssimos e monumentais, a monstruosidade apocalíptica do convento de Mafra, as pomposas festas litúrgicas e os pecadilhos de amor no Paço do Lumiar e no Mosteiro de Odivelas. D. João V foi

⁶⁷ O célebre Tratado de Methuen (1703), foi celebrado pelo mesmo negociador inglês que negociou a entrada de Portugal para a Grande Aliança.

⁶⁸ O Arquiduque Carlos, era filho do Imperador da Alemanha.

⁶⁹ Filipe era neto de Luís XIV, e tinha sido nomeado como herdeiro por Carlos II.

⁷⁰ Os velhos costumes Lusitanos, dispunham que falecendo um monarca sem filhos e tendo um irmão, ocuparia este naturalmente o trono; Um seu filho porém, é que não poderia cingir a coroa sem que previamente fosse eleito pelos três estados.



o monarca que mais discricionariamente governou em Portugal. Tal como em França com Luís XIV, que o soberano português tanto quis imitar, o absolutismo atingiu com D. João V o seu apogeu. D. João V, veio a falecer a 31 de Julho de 1750, tendo-lhe sucedido o seu filho D. José.

2. A População

A população portuguesa no início do século XVIII (1706), segundo MATTOSO (1993a), andava à volta de 578 733 fogos⁷¹, (cerca de 2 200 000 habitantes) e em 1760, rondava os 621 253 fogos, (cerca de 2 400 000 habitantes).

O aspecto mais saliente do comportamento secular da população setecentista reside na existência de duas tendências distintas e contraditórias: uma de recessão e outra de crescimento. A primeira corresponde sensivelmente ao primeiro terço do século, durante o qual a população experimenta um lento declínio, ao qual não será estranho o forte impulso migratório para o Brasil, atraído pelo ouro brasileiro recém descoberto, a tal ponto que, em 1720, a coroa teve que intervir limitando a passagem de gente para o Brasil, para estancar a «despovoação do Reino»⁷².

A partir dos anos 30, a tendência recessiva inverteu-se e a população portuguesa iniciou um crescimento duradouro, que cobriu todo o resto do século, tendo no entanto fases desiguais. A evolução demográfica do Portugal de setecentos segue a tendência europeia, com um crescimento mais rápido após 1750. Em relação à distribuição da população no território nacional, ela era altamente irregular, desequilibrada e de contrastes.

A mais flagrante era, sem dúvida, a que opunha a pequena província do Minho (cerca de um duodécimo do espaço metropolitano) ao resto do país, concentrando cerca de ¼ da população portuguesa no séc. XVIII. A Estremadura e a Beira eram, à escala nacional, as províncias que revelavam um melhor equilíbrio entre a sua população e o espaço que ocupavam. Trás-os-Montes, Algarve e sobretudo o Alentejo, apresentavam um claro desfasamento negativo.

Um enorme fosso superava o superpovoamento do Noroeste e a extrema rarefacção do Alentejo, ou mesmo do Algarve. A população portuguesa, tendia a concentrar-se no Minho, nas comarcas durienses, especialmente naquelas associadas à economia vitivinícola, e nas

⁷¹ Uma das formas de se proceder à conversão dos fogos em habitantes será utilizar os factores de multiplicação que se deduzem do Censo de 1801, o único, em que aparece simultaneamente valores para ambas as unidades de contagem: factor 3,86 para o conjunto nacional.

⁷² Segundo as estimativas de Vitorino Magalhães Godinho, citado por MATTOSO (1993a), a emigração rondaria então as 8 a 10 mil saídas anuais.



amplas regiões de Coimbra, de Viseu e da bacia do Vouga. Avançando para o interior, quer na província de Trás-os-Montes, quer na Beira, a população rarefazia-se.

Descendo para Sul, pela faixa litoral, encontramos igualmente escassa população, até depararmos com a enorme concentração lisboeta. O sistema montanhoso Montejunto-Estrela parece, marcar para Sul e para Leste, a barreira separadora entre o Portugal «povoado» e o Portugal «despovoado».

José Joaquim Soares de Barros, membro da Academia Real das Ciências, que em 1780 elaborou a primeira visão demográfica do nosso país, constatou que as povoações comerciais tinham aumentado em moradores, enquanto as assentes na economia piscatória tinham diminuído, salvo quando se dedicavam também ao labor do comércio. Para o referido autor, nem tudo se explicava pela habitual fuga das populações do interior para a costa, havendo também a considerar «as variações nos costumes, as revoluções do comércio, os empregos e os progressos do luxo». As manufacturas tinham também aumentado o nível de vida e estimulado a população urbana.

No reinado de D. José I, numerosas vilas receberam o foro de cidade, maioritariamente pela vontade da coroa de fundar novos bispados que não tiveram no entanto largo futuro. A política religiosa de D. José I, orientada pelos princípios do despotismo realista, tinha de contar com a fiel colaboração do alto clero⁷³. A luta desencadeada para a expulsão dos Jesuítas e o corte de relações com a Santa Sé, de 1760 a 1769, deixou os bispos portugueses na maior dependência do Estado.

Logo que subiu ao trono, D. José I, procedeu a nomeações no campo da nobreza, de modo a dispor de cortesões fiéis para o preenchimento de altos cargos da administração pública. A luta que a coroa empreendeu contra um escalão da alta nobreza confirma a disposição do monarca, tanto como a de Pombal, de não permitir entraves à acção reformadora julgada necessária para o bem dos vassallos. O desencadear da crise apenas surgiu depois do terramoto de 1755, com o acréscimo de poder que D. José I concedeu ao Secretário de Estado. Uma parte da alta nobreza vira-se então destruída nas Casas de Aveiro, de Távora, de Atouguia e de Alorna, enquanto a restante se acomodava aos rigores da política vigente ou preferiu as delícias da vida palaciana.

O processo dos Távoras, constituiu uma lição para quantos, servindo-se do favor régio, ousaram pôr em causa a governação pombalina, tanto mais que grande parte dos bens da nobreza provinha de doações da coroa. Tirando as grandes Casas, a maior parte da nobreza não

⁷³ Em especial no que respeita ao Patriarcado de Lisboa, às Arquidioceses de Braga e de Évora e ao Bispado de Coimbra.



possuía bens excepcionais, vivendo mesmo muito cheios de dívidas, não chegando o rendimento das terras que tinham na província, para cobrir as despesas de ostentação da vida parasitária da capital.

O Terceiro Estado era finalmente constituído pela gente que nos meios urbanos e rurais se consagrava a variadas ocupações na agricultura, na indústria e na vida corrente. A população rural trabalhava em difíceis condições e sem dispor de utensílios de boa qualidade⁷⁴. Verificava-se de igual modo a subida do número de mesteiros⁷⁵ nas cidades, ao qual não foi desconhecido o apoio régio para o progresso das artes e ofícios em todo o País.

3. A Economia

O reinado de D. José I decorreu sob o forte signo do mercantilismo, por forma a activar as manufacturas sob o controle ou protecção do Estado. Tentou-se criar as melhores condições para a indústria, diminuindo o recurso ao mercado externo, maior causa da sangria do tesouro real.

A política pombalina tinha por objectivos estratégicos de médio-longo prazo tornar o País menos dependente das importações, reforçar a articulação (exclusiva) entre a economia metropolitana e a economia colonial e recuperar do atraso generalizado.

Tentou-se fazer uso da mão-de-obra portuguesa especializada e do progresso técnico que assentava na posse de matérias primas, fortalecendo dessa forma a moeda e a abertura de sectores de trabalho à população rural inactiva.

Segundo SARAIVA (2001), as finanças tinham a sua principal sede no Erário Régio, serviço criado em 1761 para substituir as antigas contadorias com jurisdição separadas, que tornavam impossível uma gestão completa e sistemática das contas públicas. Pelo Erário Régio, a que também se chamou Tesouro Público, deviam passar todas as receitas cobradas pelo Estado quer no território do reino, quer nos seus domínios, e cuja cobrança e fiscalização estavam a cargo de quatro grandes tesourarias, com competência territorialmente diferenciadas.

Em 1755, foi instituída a Junta do Comércio, com o objectivo declarado de aumentar o nosso comércio, tentando fazer alinhar o nosso país com o resto da Europa. Os anos vividos em Inglaterra, tinham feito ver a Carvalho e Melo, o valor da alta burguesia como classe promotora da riqueza. A essa classe chamava ele os homens de negócio, designação que anteriormente se aplicava aos cristãos-novos.

⁷⁴ As charruas tinham ainda uma forma primitiva.

⁷⁵ Trabalhadores da área da indústria e outros mecânicos.



É com essa gente e com alguns comerciantes estrangeiros radicados em Portugal e beneficiados pela atribuição de privilégios monopolistas para estimular a instalação de novas actividades económicas, que Pombal pensa criar uma classe nova, à qual consagra o principal monumento construído na sua época: a Praça do Comércio, que renascia da Lisboa reconstruída.

Carvalho e Melo, 100 anos depois do Padre António Vieira, apoiado com a força de todo o aparelho político do absolutismo real, acabou com os comissários volantes, que detinham o comércio com o Brasil, passando esse monopólio para as grandes Companhias, que operavam como instrumentos do estado e que dessa forma impulsionavam o comércio regular com o Brasil e África.

A pequena burguesia não tinha lugar na visão política do Marquês de Pombal. O comércio foi declarado profissão nobre. Os comerciantes foram autorizados a constituir morgados com os seus bens, privilégio que até então se considerava exclusivo da nobreza. A distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos foi definitivamente abolida. A formação de quadros para a actividade mercantil foi assegurada por uma Aula de Comércio, com um elenco de matérias que incluíam Iniciação Matemática, Contabilidade e Câmbios.

Em relação às indústrias, não houve inovações radicais em relação ao período joanino. Reconhecem-se alguns técnicos estrangeiros e criou-se o estímulo do exclusivo. Por esse modo se incrementaram o fabrico da seda, dos tecidos de lã, chapéus de feltro, pentes de marfim, vernizes, lacas, grudes, botões, louças, relógios e cravação de pedras preciosas.

A importação do ouro do Brasil vinha decrescendo, mais acentuadamente a partir de 1760, entrando-se numa lenta, mas constante decadência económica. As companhias majestáticas, planeadas para enquadrar os frutos de uma economia em expansão, não se mostraram aptas para amortecer as consequências da crise.

Em resumo, a política mercantilista visava favorecer a indústria e o comércio com um proteccionismo que levasse à formação de grupos capitalistas que dispunham de especiais privilégios do Estado.

A política agrícola, foi no entanto um dos pontos frágeis da administração pombalina, não por falta de medidas para solucionar problemas concretos de uma ou outra região, mas por ausência de uma concepção global num país onde hábitos ancestrais e carências técnicas não permitiam renovar as estruturas do mundo rural.

Carvalho e Melo praticou sempre a política do intercâmbio regional de cereais, a fim de acorrer às mais instantes carências da população. Na época, quase todo o comércio de frutas e cereais pagavam Direitos de Barras, de Foz e Transportes de Terras. A decadência económica



da segunda metade do século XVIII, não pode ser dissociada das convulsões económicas provocadas pelo terramoto de 1755, tendo sido o sentido de actuação pombalino que permitiu à economia portuguesa enfrentar com algum êxito a conjuntura crítica das décadas de 1750, 1760 e 1770, aliás complicada por uma conjuntura internacional também pouco favorável, e estar em boa posição para aproveitar as novas condições do final do século XVIII. Neste período, assistiu-se então a uma nova fase de crescimento, desta vez um crescimento mais auto-sustentado e mais equilibrado, envolvendo os diversos sectores da economia, agora mais integrados e melhor articulados.

4. O Governo

Segundo SERRÃO (1989a), para impor os princípios do despotismo iluminado, o governo de D. José I tinha de organizar com eficiência a máquina da administração, fazendo das três Secretarias de Estado, com o maior predomínio para a do Reino, o centro do poder executivo. A reforma das instituições obrigava a centralizar o comando político, fiscalizando os órgãos consultivos e as nomeações para os cargos militares e judiciais do Reino e do Ultramar.

O período Pombalino, procurou não apenas resolver as carências manifestadas pelo último governo de D. João V, mas também projectar globalmente o futuro do país. Segundo MATTOSO (1993a), a definição dos sectores considerados de interesse público passou a correlacionar-se com o incremento do poder régio, dado que só esta interacção constituía uma base segura para o sucesso das medidas governativas. Por isso mesmo, as áreas eleitas para a intervenção política da coroa foram a recolha de impostos, o afinamento das estruturas militares e o desenvolvimento do comércio, da agricultura a das manufacturas. Em termos orgânicos-funcionais, os sinais desta mudança corresponderam sobretudo ao poder emergente da Secretaria de Estado e do Erário Régio (ao nível da administração central) e dos inspectores, intendentes e superintendentes (ao nível da administração periférica).

Os principais organismos político-institucionais da administração central eram os Tribunais, os Conselhos, o Erário Régio, a Intendência-Geral da Polícia e as Secretarias de Estado.

Analisemos então estes organismos:

Tribunais:

- O Desembargo do Paço⁷⁶

⁷⁶ Administração da justiça em todo o Reino, sendo que a tipologia de requerimentos tratados abrangia desde extinções, a inventários, confirmações, etc.



Era constituído pela Mesa dos Desembargadores, pela Secretaria da Repartição das Justiças e do Despacho da Mesa e por quatro outras Secretarias, respeitantes às Repartições da Corte, Estremadura e ilhas, Beira, Alentejo e Algarve e Minho e Trás-os-Montes. No final do século XVIII seria aumentada uma outra Secretaria, a da Revisão dos Livros.

- Mesa da Consciência e das Ordens⁷⁷

Articulava-se em três grandes serviços (o que dizia respeito ao governo das ordens, o tribunal que se dividia entre os Juízos dos Feitos e dos Cativos e a Conservatória das três Ordens, e o que tratava das questões da Fazenda.

- Casa da Suplicação e a Relação do Porto

A «Casa da Suplicação» era o tribunal de justiça da Corte e conjuntamente com a Relação exercia a sua jurisdição em todo o Reino e Ultramar.

Conselho da Fazenda:

Única e exclusiva instância judicial em matéria financeira. Procedia à fiscalização e inspecção da «prova de vida» dos tencionários, bem como ao «visto» prévio dos contratos de arrendamento e arrecadação de impostos.

Erário Régio

Em vista à promoção do bem-estar social, na linha do pensamento da «ciência da polícia», justificava-se e legitimava-se o incremento das actividades de controle e vigilância do sistema financeiro, fluxo de impostos, arrecadação e aplicação dos cabedais da Fazenda Real.

Intendência-Geral da Polícia

Tinha ampla e ilimitada jurisdição na matéria de polícia sobre todos os Ministros, criminais e civis. Com a sua institucionalização verificou-se uma desconcentração técnica e política entre a função policial e a função judicial. Os comissários da Polícia e Guarda-Real passaram mais a vigiar e a prender e os juizes a instruir os processos-crime.

Secretarias de Estado

D. João V, por alvará de 28 de Julho de 1736, reforma as Secretarias existentes à altura, dando-lhe nomes diferentes e atribuindo-lhes áreas governativas mais precisas. Ficaram assim constituídas as seguintes Secretarias de Estado:

⁷⁷ Tribunal Régio, com o objectivo de tratar das matérias que tocassem a obrigação da «consciência» do monarca.



- Negócios Interiores do Reino (mais conhecida depois por Secretaria de Estado dos Negócios do Reino).
- Marinha e Domínios Ultramarinos (também conhecida por Secretaria de Estado da Marinha e Conquistas ou simplesmente da Marinha, ou da Marinha e Ultramar).
- Estrangeiros e Guerra

A missão fundamental destas Secretarias de Estado consistia em levar à presença do monarca as consultas ou petições encaminhadas pelos secretários dos conselhos e tribunais e expedir, posteriormente as resoluções tomadas, preparando, para o efeito, os respectivos diplomas legais.

Outros Órgãos da Administração Central⁷⁸

- Conselho de Estado;
- Conselho de Guerra;
- Junta da Bula da Cruzada;
- Junta dos Três Estados;
- Conselho Ultramarino;
- Tribunal do Santo Ofício.

5. O Cenário Internacional

Segundo SERRÃO (1989a), em 1756, a guerra estalou entre dois grandes blocos europeus. De um lado, a Grã-Bretanha e a Prússia, e do outro lado a Áustria, a Rússia e a França. A Política dos Bourbons, consolidada pela aliança franco-espanhola, visava abater o poderio marítimo da Inglaterra, que graças ao comércio ultramarino, aspirava a ser a maior potência da Europa. Para a França e Espanha, tal facto poderia quebrar o equilíbrio do velho continente, fazendo de Londres, o centro político que a paz de Utreque colocara em Paris.

Portugal, a braços com os calamitosos efeitos do terramoto que tinha devastado Lisboa um ano antes, conseguiu ficar neutral. Apesar de tudo, a partir dessa data, o governo de D. José I redobrou os preparativos militares, especialmente no que concerne à reparação de castelos, praças-fortes, aprovisionamento de armas e apetrechos militares.

Nomearam-se novos Comandantes do Exército e recrutaram-se mais efectivos para os Regimentos de Infantaria em vários pontos das províncias.

Para evitar a nossa participação no conflito, a França enviou em 1759, como novo embaixador, o conde de Merle. O seu objectivo além de felicitar D. José I por ter escapado ao

⁷⁸ A maioria já referidas no governo de Castelo-Melhor.



atentado sofrido, passava pela assinatura de um Tratado de Comércio com Portugal, tomando por base o acordo de 1739.

Quando o acordo se encaminhava para o seu bom termo, dá-se uma batalha naval a 17 de Agosto de 1759 ao largo de Lagos entre 18 naus inglesas e 7 francesas. As naus inglesas comandadas pelo almirante Boscawen, infligiram uma pesada derrota à frota inimiga, cujas guarnições se colocaram em lanchas, com muitos feridos e mortos, tendo desembarcado em Lagos. O conde de Merle de imediato fez abusivas exigências, que D. José I não pôde aceitar. A reacção francesa não se fez esperar e o embaixador abandonou Lisboa a 23 de Agosto do ano seguinte, o que contribuiu para Portugal abraçar a causa do seu velho aliado.

Entretanto Luís XIV, assinou com a Espanha o Pacto de Família, que unia os reis de sangue bourbon na mesma aliança contra a Inglaterra.

De imediato a França inicia negociações com Portugal para que este aderisse ao seu partido. Perante a intransigência em entrar no conflito, as negociações são abortadas a 1 de Abril de 1761. Era o prenúncio da invasão do nosso território, consubstanciado, na concentração de tropas franco-espanholas que já se fazia sentir ao longo da fronteira.

O nosso embaixador em Madrid, D. José da Silva, recebeu ordens para regressar a Portugal. A Espanha atrasava a declaração de guerra na esperança de que D. José I reconsiderasse a sua posição.

A 1 de Maio de 1762 deu-se a primeira invasão pela zona do Douro, rendendo-se Miranda no dia 8 ao exército de 12 000 homens do Marquês de Sarria, e Bragança, 8 dias mais tarde, ao Marquês de Zavali, de 15 000 homens. A 21 de Maio foi a vez de Chaves. A invasão do nordeste transmontano obrigou a coroa a fortalecer a resistência na Beira, Estremadura e Alto Alentejo, com o fim de evitar a marcha do inimigo em direcção a Lisboa.

Logo se fez sentir porém o auxílio inglês. Em Junho desse mesmo ano, enviou para Portugal dinheiro e material de guerra⁷⁹. Com o corpo militar veio também um dos maiores generais do tempo: o conde reinante Guilherme de Schambourg e Lippe, que tão decisivo papel haveria de desempenhar na condução do nosso Exército.

Entretanto no Outono desse ano, continuava-se a aguardar a invasão por Almeida, já que os Castelhanos, sem grandes resultados práticos, ocupavam uma parte de Trás-os-Montes. A invasão deu-se finalmente por Ribacoa, Castelo-Rodrigo levando à queda da praça-forte de Almeida.

⁷⁹ 2 000 soldados, 700 000 cruzados em dinheiro, 120 peças de bronze, 13 000 pelotas, 13 000 balas, 13 000 catanas, 7 peças de artilharia de 24, 40 000 balas de 24, 6 morteiros de 8 polegadas de mortalha, 120 granadas, 830 cartuchos, 600 caixinhas «de espalhar», 200 carros de bagagem, preparos de entrincheiramento, etc.



Foi assim necessário erguer uma primeira linha de defesa na Guarda e uma segunda entre Viseu e Celorico da Beira para evitar a penetração do inimigo até ao Mondego e ao Douro.

Mais a Sul o inimigo, alinhava-se entre Alcântara e Badajoz enquanto as tropas anglo-lusas se dispunham ao longo da linha geral Nisa-Estremoz.

Estava-se já nos fins de Novembro e, em Londres e Paris, começava a reconhecer-se os benefícios da paz. Depois de várias escaramuças a 30 de Novembro de 1762, assentou-se um armistício entre o Conde de Aranda e o Marechal-Conde de Lippe, quando já em Fontainebleau se estudavam os preliminares da paz que, a 10 de Fevereiro seguinte, veio a ser assinado em Versalhes.

O Tratado englobava Portugal e a Grã-Bretanha, por um lado, e a França e a Espanha, por outro.

6. O Exército

6.1 O Exército de D. João V

Antes de abordarmos propriamente a reorganização do Exército da era pombalina, interessa debruçarmo-nos sobre o que foram as «Novas Ordenanças de D. João V».

Segundo MARTINS (1945), durante os dois reinados que se seguiram ao de D. João IV, o Exército continuara a reger-se essencialmente pelas disposições adoptadas desde 1640. D. João V, logo no começo do seu reinado, tratou de melhorar as condições do Exército, pelo que, por alvará de 15 de Novembro de 1707, estabelece as «Novas Ordenanças», que moldadas nas francesas⁸⁰, traziam à instituição militar portuguesa os aperfeiçoamentos mais notáveis da época. Assim, pelo Regimento de 20 de Fevereiro de 1708, passou então a regular-se o Exército, tanto em campanha como aquartelado.

A unidade administrativa passou então a ser, uniformemente em todas as armas, o Regimento que substituiu a antiga designação de Terço.

Na Infantaria, os Regimentos eram constituídos por doze Companhias (uma de granadeiros e onze de linha, de 50 praças cada, com um Capitão e dois Subalternos), sendo o Regimento comandado por um Coronel, com um Estado-Maior constituído por um Tenente-Coronel, um Sargento-Mor, dois ajudantes e um cirurgião. Dois Regimentos constituíam uma Brigada, comandada por um Brigadeiro coadjuvado por um Sargento-Mor. Acima do Brigadeiro havia o Sargento-Mor de Batalha, primeiro posto de oficial general.

⁸⁰ Bem ao gosto da época.



Na Cavalaria, os Regimentos eram também de 12 Companhias de 40 cavaleiros (incluindo o Capitão, 2 subalternos, 1 Furriel e 2 Cabos). O Regimento era comandado por um Coronel, com o seu Estado-Maior regimental – um Tenente-Coronel, um Sargento-Mor, um ajudante e um cirurgião. Cada Brigada de dois Regimentos era comandado por um Brigadeiro coadjuvado por um Sargento-Mor.

A Artilharia, que até então não era organizada militarmente, passou a ser constituída da mesma forma em Regimentos de 12 Companhias, (uma das quais a das barcas ou pontoneiros), sob o comando de um Coronel, um Tenente-Coronel e dez Capitães. O Coronel e o Tenente-Coronel comandavam directamente, cada um, uma das companhias do Regimento, para aumento dos seus proveitos, motivo por que mais tarde (1735), este privilégio foi ampliado ao Sargento-Mor.

Suprimiram-se os Governadores de Armas das províncias, os Generais de Cavalaria e os Comissários-Generais.

Um regimento do provedor do exército (Decreto de 9 de Maio de 1707) criava os serviços de intendência e regulava os vencimentos a pagar às tropas, cujo efectivo de 1ª linha era fixado em:

- 34 Regimentos de Infantaria (20.400 homens), fora as guarnições das praças e fortalezas;
- 20 Regimentos de Cavalaria (9.600 cavalos);
- 1 Regimento de Artilharia⁸¹.

Em 18 de Outubro de 1709, foi confirmado o Regimento das Ordenanças de D. Sebastião relativamente às reservas e tropas territoriais, subsistindo ainda os Têrços auxiliares. No ano seguinte, publicaram-se os 42 artigos de guerra, os quais regulavam a justiça militar, disciplina, concessão de licenças, o serviço interno dos Corpos e o serviço de Campanha.

A táctica adoptada foi, com ligeiras alterações, a francesa. Proibiram-se ainda a venda de postos militares, bem como a sua troca entre os oficiais de linha e os oficiais das ordenanças ou dos Têrços auxiliares, ficando só autorizado entre oficiais de linha da mesma arma e graduação. Foi exigida alguma instrução (ler e escrever pelo menos). Por Decreto de 24 de Dezembro de 1732, D. João V, ordenou que, em cada Regimento de Infantaria, houvesse uma Companhia, cujos oficiais fossem engenheiros de profissão e criaram-se Academias Militares

⁸¹ Em 1715, finda a guerra de sucessão, foi licenciada por medida económica parte do Exército de 1ª linha, que ficou então reduzido a 20 Regimentos de Infantaria (10 000 Homens) e 10 Regimentos de Cavalaria (3 000 cavalos).



nas praças de Elvas e de Almeida, além das da Corte e de Viana, onde se ensinava fortificação, estratégia, tática, topografia, entre outras disciplinas.

O armamento de Infantaria consistia nesta época num fuzil de mecha. A Companhia de fuzileiros, dispunha no entanto de fuzil de pederneira. As Companhias de granadeiros possuíam granadas de mão. A Cavalaria tinha sabre, pistola e clavina, e a Artilharia, além das peças de artilharia estava armada de pistola.

Em 1735 foi criado o Batalhão (600 homens) como unidade tática de Infantaria. O Regimento seria então constituído por dois Batalhões.

6.2 A Tática Setecentista

Segundo SELVAGEM (1999), era a Prússia, pequena monarquia militar que se engrandecera pela guerra, a potência que então ditava a lei em assuntos militares. Frederico II, monarca filósofo, imbuído das ideias políticas da Enciclopédia, não deixava todavia de incarnar a alma militar da sua raça e desde logo compreendera que a pobre e magra Prússia só podia repousar com segurança na fortaleza de um bom Exército a que a nobreza fornecesse os oficiais, a burguesia o dinheiro, e o povo os soldados.

Profundamente erudito, espírito investigador e crítico, dedicou-se, menos a criar, do que a remediar os defeitos observados no seu exército, aumentando-lhe a coesão orgânica, os meios de ataque e o poder ofensivo.

Estimulando o brio com recompensas e impondo uma disciplina férrea por severíssimas penas corporais, gerou os conceitos novos de honra militar, espírito de corpo, valor profissional e fidelidade ao soberano, factores imponderáveis que vieram a dar características novas, uma espécie de alma própria aos Exércitos permanentes da sua época.

Por outro lado, entendendo que a estratégia devia ser ofensiva, ensinava que a iniciativa no ataque obrigava o inimigo a regular os seus movimentos pelos do atacante, o que era colocá-lo em condições de inferioridade.

Que o objectivo essencial de um Exército em campanha deveria ser o Exército do adversário e não as suas praças-fortes. Que nada conserva, quem tudo quer conservar. Que para se apresentar batalha, se deve reunir o máximo dos recursos, entre outros.

Estas máximas pré-napoleónicas anunciavam já a guerra absoluta de movimentos e choque, em que a batalha destinada a destruir os exércitos inimigos devia constituir a finalidade suprema de uma campanha.

A Infantaria prussiana passou a ter por unidades principais e administrativas os Batalhões de cinco Companhias de fuzileiros e uma de granadeiros. Vários melhoramentos, sobretudo no



armamento – o guarda-mato de couro, o ouvido de funil e a baioneta de cotovelo que permitia disparar – tinham-lhe dado uma grande superioridade no emprego do fogo.

A Cavalaria (couraceiros, dragões e húsares) agrupavam-se em Regimentos com um número variável de Esquadrões.

Na Artilharia, as reformas de Frederico II foram ainda mais decisivas. Além da Artilharia de Sítio, organizou a Artilharia Regimental, servida por soldados de Infantaria e duas peças por cada Batalhão, e a Artilharia pesada, de vários calibres e alguns obuses, agrupados em Baterias, e servida pelo Corpo de Artilheiros. A sua grande inovação foi no entanto a Artilharia a cavalo.

A estes elementos novos correspondiam várias inovações táticas: Na Infantaria a formação e manobra de combate era em três filas. O Batalhão dividia-se em duas alas de duas divisões cada; as divisões subdividiam-se em dois pelotões, com o que as cinco Companhias orgânicas se reduziam a quatro divisões táticas, origem de novas confusões de comandos.

As evoluções táticas, a passo de cadência, com os pelotões, divisões e alas em alinhamentos perfeitos, cotovelo contra cotovelo (tática de tabuleiro), realizavam-se nos campos de manobra para reduzirem o soldado a um elemento puramente mecânico, passivo, autómato sem vontade nem personalidade.

Na Cavalaria, a unidade era o Batalhão de cinco Esquadrões, que se subdividiam em duas divisões, e estas em dois pelotões de duas secções. A formação de combate era a linha em três fileiras, e depois em duas fileiras. A função da Artilharia a cavalo era a de proibido o fogo à Cavalaria, a acompanhar, proteger e cobrir-lhe os deslocamentos.

A ordem de batalha era linear – em duas linhas a 300 passos (alcance da espingarda) com uma forte reserva de Infantaria e Cavalaria, ou só de Cavalaria.

As duas linhas diferenciavam-se, por ser a primeira a principal e os intervalos entre os Batalhões da segunda linha serem maiores. A Infantaria ficava ao centro, em duas alas de duas divisões – cada divisão comportava duas Brigadas a dois Regimentos cada, e cada Regimento a dois Batalhões.

A Cavalaria, em alas, dispunha-se segundo o seu poder ofensivo: os couraceiros na primeira linha, os dragões na segunda e os húsares na reserva. O avanço fazia-se por escalões.



7. As Figuras

7.1 O Conde de Schaumbourg Lippe

Guillaume-Frédéric-Ernest de Schaumbourg-Lippe-Buckebourg, nasceu em Londres a 24 de Janeiro de 1724, onde passou parte da sua juventude. Depois de ter estudado em Leyde na Holanda e em Génève, entrou ao serviço dos guardas ingleses, sendo em breve despachado Alferes, e com apenas 19 anos assistiu à batalha de Dettiragen, com o seu pai, então general ao serviço da Holanda. Alistando-se na marinha inglesa em 1744, deixou pouco depois essa carreira por falta de saúde, e mais tarde entrou em nova campanha às ordens do general austríaco Conde de Schulembourg. Em 1757, uniu-se com as suas tropas ao Exército hanoveriano de cuja artilharia foi nomeado Grão-Mestre pelo rei de Inglaterra, e nesta qualidade tomou parte em algumas batalhas.



Em 1762, o Marquês de Pombal, vendo iminente e inevitável a guerra entre o nosso país e os países do pacto da família (Espanha e França), pediu auxílio ao seu velho aliado inglês, tendo sido por indicação do rei de Inglaterra, escolhido para essa elevada comissão o Conde de Schaumbourg Lippe. A 3 de Julho do referido ano o Marquês de Pombal, expediu um decreto nomeando-o Marechal-General dos Exércitos, e encarregando-o do governo das armas de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia, e director geral de todas elas, tendo nesse mesmo dia desembarcado em Lisboa, acompanhado por muitos oficiais, entre os quais o príncipe Luís Frederico, Duque de Mecklemburgo, irmão da rainha de Inglaterra e Marechal de Campo do Exército britânico.

As forças disponíveis para o exército de 1ª linha eram constituídas por 7 a 8 000 tropas auxiliares inglesas (5 Regimentos de Infantaria, 1 de Dragões e 8 Companhias de Artilharia), a que se juntavam 7 a 8 000 soldados portugueses num total de 15 000 homens e cerca de 20 000 homens de auxiliares e ordenanças que só podiam ser empregues na guarnição das praças-fortes.

Foi criado também o Estado-Maior do Exército, com o Brigadeiro inglês Crawford, chefe do Estado-Maior, no posto de Quartel Mestre General.



O plano defensivo de Lippe, passava por concentrar as tropas em locais de expectativa estratégica, de modo a poder lançá-las oportunamente no ponto ou pontos ameaçados. Entretanto, segundo os princípios de Frederico II, procuraria incomodar a marcha do inimigo.

O Marquês de Sarria, general espanhol, tendo concentrado cerca de 42 000 homens e 93 canhões na fronteira da Beira, atravessa o rio Côa, toma Castelo Rodrigo e marcha sobre Almeida.

O Conde de Lippe tinha formado cinco destacamentos mistos muito móveis. O 1º destacamento, sob o comando do inglês Towshend, foi destinado a Viseu para cobrir as províncias do norte. O 2º, sob o comando do Conde de Santiago, tinha como destino operar entre Castelo Branco e Guarda para cobrir a província da Beira. O 3º, em reserva geral, ficaria em Abrantes, sob as vistas de Lippe. O 4º, sob o comando de Burgoyne, e o 5º, que constituía o grosso do exército deveriam atravessar o Tejo para as operações entre Badajoz e Almeida.

Mas Alexandre Palhares Coelho de Brito octogenário e péssimo oficial, não soube comandar eficientemente a guarnição de Almeida e dias depois de ser sujeita ao ataque inimigo, capitulou a 26 de Agosto, fazendo cair por terra o plano de Lippe, que consistia numa ofensiva sobre Badajoz e corte de linha de comunicações do Exército que já cercava Almeida, colocando Lippe numa situação crítica.

Ordenou logo a saída do 3º destacamento (reserva) para uma posição central (Ponte da Mucela) que permitisse a junção do 1º destacamento (em Viseu) com o 4º (Nisa), a fim de voltar a concentrar o máximo de forças nas suas mãos e poder oportunamente lançá-las onde melhor se aplicasse.

Com efeito, Sarria avançava já de Almeida sobre Celorico da Beira, que capitulou logo sem resistência. O 1º destacamento de Towshend, ignorando a capitulação de Almeida, tinha entretanto avançado sobre Pinhel e achava-se já sem linhas de comunicação com Abrantes.

Entretanto a sul, a coluna do General Bourgoyne (4º e 5º destacamento), que tinham passado o Tejo conseguiu, ao fim de uma marcha de 15 léguas sem descanso, cair de surpresa sobre Valência de Alcântara e destroçar a sua guarnição espanhola, tendo ainda aprisionado ou dispersado 5 ou 6 Companhias do Regimento de Sevilha e 40 Dragões que vinham servindo de escolta ao Marechal de Campo Balanga, que também ficou prisioneiro, numa acção em que se distinguiu por tal forma o Capitão de Infantaria António Pedro Mousinho de Albuquerque, que por proposta do Marechal foi promovido a Tenente Coronel por distinção.

Um facto providencial ocorreu entretanto, que restabeleceu a sorte da contenda. Uma ordem de Madrid ao Marquês de Sarria para entregar o comando do Exército ao Conde de Aranda, que ia marchar imediatamente.



Esta ordem suspendeu por algum tempo a ofensiva espanhola, compasso de espera que Lippe aproveitou para concentrar em Abrantes o 3º e 5º destacamentos e ordenar a Santiago (2º destacamento) que incomodasse as comunicações do Exército invasor e se recolhesse oportunamente aos desfiladeiros de entre Tejo e Zêzere.

Pouco depois já com Aranda no comando do Exército, este em vez de prosseguir o avanço rápido sobre Lisboa, como Lippe receava, fez uma conversão à esquerda, descendo pela Beira, sobre Sabugal e Penamacor, talvez no intuito de deslocar as operações para o Alentejo. Num combate perto da Vila do Sabugal, os espanhóis repeliram os ingleses, prosseguindo sobre Castelo Branco, onde chegaram em fins de Setembro. Lippe em Abrantes, dispondo só do 3º, 4º e 5º destacamentos para se opor à invasão do Alentejo continuou vigiando os movimentos do inimigo. Aranda seguia ainda por Ródão, onde tentaria a travessia do Tejo, contrariada pelo destacamento de Bourgoyne, na margem esquerda do rio.

Impossibilitado de atravessar o Tejo, Aranda avançou pela margem direita, cujas péssimas condições para a marcha numa região onde às dificuldades próprias do terreno se juntavam as deficiências dos abastecimentos, lhe fatigaram o Exército, que por fim encontrou barrados os caminhos para Abrantes.

Em volta desta praça já ocupava então o Conde de Lippe nova posição defensiva, enquanto o 1º destacamento, tendo deixado Viseu, descia sobre o Fundão ameaçando a retaguarda franco-espanhola. Mas Aranda, cujas tropas foram ainda flageladas por frequentes temporais e abundantes chuvas, não atacou aquela posição e, em meados de Outubro, retirou sobre Castelo Branco, e daí para Espanha no princípio de Novembro. Era tempo de suspender as operações, tomando como era uso quartéis de inverno.

Lippe cauteloso, tratou de melhorar as condições de defesa das praças fronteiriças do Alentejo, a tempo de contrariar ataques de surpresa sucessivos a Campo Maior, Ougurela e Marvão em Novembro desse mesmo ano.

Em Fontainebleau reuniram-se os plenipotenciários discutindo o tratado de paz, e em vista disto o Conde de Aranda e o Conde de Lippe concordaram entre si um armistício que foi assinado no dia 1 de Dezembro de 1762, e que terminou no dia 11 com a chegada do próprio Conde de Oeiras, que vinha trazer a notícia da assinatura da paz entre a França, Inglaterra, Espanha e Portugal em Fontainebleau a 3 de Outubro. A 7 de Março seguinte foi proclamada a paz definitiva, e no dia 20 de Abril o Conde de Lippe partiu para Lisboa.

A 20 de Setembro de 1764, parte finalmente o Conde de Lippe de Portugal, depois de se ter ocupado da reorganização do seu Exército, tendo D. José I presenteado-o largamente, tendo-lhe



sido conservado inclusive a patente de Marechal-General do Exército português, (e até o comando do Exército mesmo ausente), honra que muito apreciou.

Alguém comentando a sua partida do Tejo, escreveu: “o Conde de Lippe tinha conciliado a amizade e estima de todos os portugueses pela grandeza da sua alma, pela sua bravura calma, e pela vastidão dos seus conhecimentos na arte da guerra” (AMARAL, 2001d, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945).

Mas afinal qual foi o legado que nos deixou o Conde de Lippe?

Segundo BARRENTO (1991), o legado do Conde de Lippe ao nosso país pode ser observado de formas diferentes, consoante o horizonte temporal que consideremos.

A curto prazo:

- apesar de não se ter observado, em 1762, a batalha vitoriosa que glorifica os grandes capitães, O Marechal General, com sentido estratégico e habilidade táctica, pugnou pelo crescimento do seu potencial militar e, através do posicionamento e manobra permanente das suas forças;
- As sementes que lançou para a reconstrução de um novo Exército, nomeadamente na sua organização e acção insistente sobre a instrução e a disciplina;
- As influências que produziu nas mentalidades, pela demonstração da possibilidade de defesa do reino contra forças superiores, pela persistência com que fez realizar a instrução e desenvolveu a manobra, acentuando que o que se gasta em planeamento, calçado e suor se vai poupar em frustrações, munições e sangue, pela atenção dedicada à logística e ao moral, com constantes pedidos de apoio ao Governo e determinações aos subordinados, mostrando que são estes elementos que permitem à organização militar durar em campanha;
- As influências que produziu sobre o poder, veiculada nos constantes memorandos que enviou, ficou claro que não era mais possível manter-se o alheamento do Governo em relação à Força Armada e que era mais oneroso refazer nos momentos de crise um exército que perdera o comando, a organização, a logística, a modernidade e a esperança, que ter em permanência um aparelho de coacção com uma capacidade operacional credível, face às modernas organizações militares europeias.

A médio e longo prazo:

- No âmbito da táctica, o incremento que deu à instrução das formações e sua evolução à maneira prussiana, logo começada em Novembro de 1762, e as manobras conjuntas que realizou, com a reunião de vários Regimentos;



- Com a publicação em 1763 e 1764 dos regulamentos para a Infantaria e Cavalaria, foi posta de parte a organização táctica de 1735 e modernizada de acordo com os princípios militares da época;
- O impulso que foi dado ao levantamento de plantas e cartas militares, pela importância que o conhecimento das obras defensivas e do terreno têm para os dispositivos e execução das manobras tácticas;
- No âmbito da Administração de Pessoal e no quadro da obtenção dos recursos humanos são importantes as disposições criadas por Lippe para o preenchimento das vagas de oficiais e o recrutamento regional;
- Quanto à justiça e disciplina militares são, também, de notar, as suas preocupações sobre a constituição e autoridade dos Conselhos de Guerra, as ausências, as penas a aplicar aos desertores, a concessão de licenças, entre outras;
- No que se refere à logística, para além dos problemas relativos à obtenção e administração dos recursos financeiros, disposições sobre armamento, munições, víveres e fardamentos, a grande revolução foi a extinção das vedorias, a retribuição de funções e tarefas, a execução de inspecções e o aumento da responsabilidade dos coronéis comandantes de Regimento;
- Mas talvez mais importante que todas as alterações produzidas na táctica, na administração e na logística, foi o extenso e harmonioso corpo de doutrina, que foi publicado, contendo elementos sobre as unidades de Infantaria e Cavalaria, a reorganização da Artilharia e formação dos artilheiros, e o corpo de engenheiros, que foi referência obrigatória do Exército por muitos anos.

Desse corpo doutrinário destaca-se:

- O «Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Infantaria», de 1763, que ainda era utilizados no século XVIII;
- O «Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Cavalaria», de 1764, que serviu também, por largos anos;
- As «Instruções Gerais relativas a várias partes do serviço diário», de 1762, que foram reimpressas no séc. XIX;
- A «Ordenança que determina as obrigações dos inspectores das tropas», de 1767;
- As «Direcções que ham de servir para os senhores Coronéis, Tenentes Coronéis e Majores dos Regimentos de Infantaria», de 1767 (tradução);



- A «Pró-memória a respeito de huma diferença de opinião na aula de Artilharia de S. Julião da Barra sobre o modo de regular-se para se lançarem bombas com certeza», de 1773.

Actual:

- No âmbito da Política, as relações de conselho ao Poder Político, que por ele, como comandante do Exército, foram estabelecidas e intensificadas sobre assuntos como a redução de efectivos, as milícias e os profissionais, a necessidade de indústrias de defesa, a dignificação dos quadros, entre outras. Estas relações são um sintoma claro de uma saudável subordinação da Força Armada ao poder Político; da consciência, por parte do Comandante da Força Armada, que pelas responsabilidades que lhe competem e pelos seus conhecimentos é ele a pessoa indicada a fornecer o conselho técnico sobre esses assuntos; e o reconhecimento, por parte do Poder Político, que a decisão política sobre problemas fulcrais da operacionalidade da Força Armada não pode dispensar aquele conselho técnico;
- No âmbito da estratégia e da tática, assuntos tão actuais como os objectivos vitais no Continente, que são Lisboa e Porto; a necessidade que o defensor do território continental português tem em conservar a posição central, de expectativa estratégica, na região de Tomar – Abrantes; as vulnerabilidades do Alentejo e a preocupação com a mobilidade tática; a necessidade da informação estratégica; o comando e as relações de forças multinacionais;
- No âmbito da logística, o desenvolvimento a dar às indústrias de defesa e a necessidade e vantagem de importação de certos itens; a importância do regimento como elo da cadeia logística e elemento-base da organização territorial; e os fundamentos da necessidade de reservas de guerra;
- No âmbito da organização, certas ideias quanto à organização territorial; a importância da instrução e dos exercícios para a operacionalidade do Exército; a necessidade de um sistema de forças do tempo de paz e o seu crescimento para um sistema de forças de tempo de guerra; a convocação e a requisição; a importância da função supervisão e controlo; e, também, elementos para a dialéctica entre profissionalismo e serviço militar obrigatório;
- De âmbito pedagógico, além de tudo o que já se referiu, a necessidade de formação e actualização dos quadros, nomeadamente das áreas científicas ligadas à guerra; o ensinamento sobre a necessidade de uma correcta e permanente reorganização das Forças Armadas, de forma coerente com as missões que lhe competem, porque só a



sua actualização pode servir as necessidades da defesa militar do país; ser um sinal de esperança para aqueles que nelas servem – os militares; e constituir uma garantia de segurança para aqueles que nelas devem confiar – a generalidade dos cidadãos.

Em conclusão, o legado do Conde de Lippe não são apenas livros e documentos que podemos ler em transcrições, ou que dormem tranquilamente na poeira dos arquivos. O seu legado é o exemplo de profissionalismo, a transcendência da missão de defesa, a actualidade de muitas das suas preocupações. O seu legado é, enfim, a necessidade de o relermos e de conseguirmos a nossa defesa sem termos que chamar, outra vez, um Conde de Lippe.

7.2 O Marquês de Pombal

Segundo DOMINGUES (1963), Sebastião José de Carvalho e Melo, nasceu em Lisboa a 13 de Maio de 1699, tendo os seus pais sido Manuel de Carvalho e Ataíde, Capitão-Tenente do Mar e da Guerra, e D. Teresa Luísa de Mendonça. Nascia assim o homem que pela capacidade de estadista e firmeza de acção deixou uma poderosa marca na vida do seu tempo. Dele se pode afirmar que foi um dos maiores actores da história portuguesa. Pela visão política de que deu testemunho e, não menos, pela dureza de meios com que a fez executar.

Sabe-se muito pouco acerca da sua mocidade. De certeza que lhe foram ministrados alguns estudos, pois revelou mais tarde cultura muito superior à da mediania da sua época. Talvez algum padre-mestre, como era frequente nesse tempo, lhe tivesse dado, ainda na sua infância os primeiros ensinamentos⁸².

Sabe-se quase de certeza que não frequentou a Universidade de Coimbra, o que talvez tivesse sido um bem, pois “escapou” dessa forma a um antiquado programa e a processos didácticos que produziram tão poucas «inteligências». Outros autores advogam que terá feito os estudos menores no Convento Franciscano de Nossa Senhora de Jesus, que se erguia junto ao solar dos Carvalhos, onde nasceu.



A casa da sua família na rua formosa, serviu de sede à Academia dos Ilustrados de 1717 a 1720, com o patrocínio do seu avô a qual se consagrava a dissertações de filosofia e de literatura. O pequeno grémio tinha reuniões periódicas, a que

⁸² À época esses ensinamentos passariam por noções de leitura, escrita, aritmética, gramática e latim, que constituíam a base de uma educação esmerada.



Sebastião José estaria decerto presente, dele fazendo parte figuras de nomeada, como os Marqueses de Valença e de Alegrete e o Conde da Ericeira.

A morte do progenitor, ocorrida a 21 de Março de 1720, fez encerrar a Academia dos Ilustrados e abrir um período difícil para Carvalho e Melo. A viúva de 36 anos, tinha ficado com oito filhos, 5 dos quais menores e sem grandes recursos.

Em 1724 retira-se de Lisboa para uma quinta da família em Soure⁸³, após o 2º casamento da mãe com o doutor Francisco Luís da Cunha de Ataíde.

É quase certo que Carvalho e Melo não viu com bom grado o consórcio materno. Continua a existir bastante polémica sobre se terá então frequentado a Universidade de Coimbra, conquanto não exista qualquer registo de matrícula. Continuava no entanto com a protecção do tio materno, o doutor Paulo de Carvalho Ataíde, que de lente de cânones passou mais tarde a cónego da Sé Patriarcal de Lisboa. Em 1723, depois de um rapto⁸⁴ que tomou foros de escândalo, casou com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, de 35 anos, sobrinha do 5º Conde dos Arcos, sendo viúva de seu sobrinho D. António de Mendonça.

Além de uma boa fortuna, D. Teresa dispunha de valimento⁸⁵ cortesão, por ser dama da rainha D. Maria Ana de Áustria, pelo que representava um bom partido para um fidalgo arruinado como era Carvalho e Melo.

Terá regressado à capital entre 1729 e 1731. Voltou então a ser patrono do velho grémio da Academia dos Ilustrados, de novo instalado na casa da rua formosa.

Graças ao apoio do tio cónego, que o introduziu no cenáculo do Conde da Ericeira, Carvalho e Melo conseguiu entrar na Academia Real da História Portuguesa.

A carreira de Carvalho e Melo ao serviço do Estado teve início em 1738, com a missão de Enviado extraordinário a Inglaterra. Fora seu antecessor, Marco António de Azevedo Coutinho, que muitos autores consideram tio de Pombal, quando era apenas parente, e que terá influído como Secretário de Estado, para lhe abrir as portas da diplomacia. É possível que já então se fizesse sentir, em relação a Carvalho e Melo, o amplo valimento que D. Luís da Cunha mais tarde provou.

A missão londrina destinava-se a obter a saída de trigo para Portugal, advogando a proibição que o governo de Jorge II estabelecera devido à crise fundamental da daquele ano.

⁸³ Outros autores advogam que Carvalho e Melo tenha estado durante esse tempo na quinta da gamela, uma légua a norte de Pombal.

⁸⁴ Como os familiares da noiva se opunham ao casamento, foi versão corrente de que Carvalho e Melo a raptou do Palácio dos Almadás e casou com ela por procuração, a 23 de Janeiro de 1723, levando depois a esposa para o «campo do Mondego».

⁸⁵ Influência, protecção, condição para.



Essa medida tinha efeitos desfavoráveis no nosso País, então a braços com uma forte carestia de cereais.

Esse problema, assim como o da exportação do vinho do Porto, constituíram os pontos fundamentais do seu envio e que colocavam em causa o Tratado de Methuen.

Enquanto esteve em Londres, escreveu duas obras sobre os entraves colocados pela Inglaterra aos mercadores e vassalos de Portugal, além de ter adquirido um vasto conjunto de obras literárias, consideradas necessárias para a formação de um estadista. Regressou a Lisboa por incompatibilidades com o clima londrino, sem ter conseguido resolver o diferendo. Mais tarde, a 8 de Dezembro de 1744, é enviado a Viena de Áustria, para servir de mediador no conflito diplomático entre a coroa austríaca e o Papado. Dado o prestígio europeu de D. João V, desejou o Pontífice que o nosso País assegurasse o papel de mediador, a fim de desbloquear o conflito.

Não é de crer que fosse influente a mediação do enviado português, pois muito obstáculos se lhe erguiam, como o do seu colega Manuel Pereira de Sampaio, ministro em Roma, que tudo fez junto do Papado para estorvar a acção de Carvalho e Melo.

Mas um acontecimento viria a estreitar os seus laços austríacos, pois nos fins de 1745, casava em segundas núpcias com D. Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, Condessa de Daun.

O casamento abriu-lhe as portas de uma sociedade requintada pelo espírito e a que Carvalho e Melo, pelos primores de educação que revelou, soube facilmente adaptar-se. A um diplomata com experiência de Londres, mas sem grandes meios de fortuna, apenas faltava a promoção social que o casamento austríaco lhe conferiu. Pode-se afirmar que foi nessa capital do espírito que o ministro português, em contacto com o mundo da política e diplomacia, absorveu os grandes princípios do Despotismo Iluminado, bem como as ideias económicas e culturais, que haveria de aplicar no seu regresso ao País.

Continuava nessa altura a queixar-se de problemas de saúde e a 31 de Maio de 1749, D. João V mandou-o regressar a Portugal. D. João V, estava já bastante doente e a orgânica de governo bloqueado pelo grupo de Alexandre de Gusmão, inimigo de Carvalho e Melo.

Valeu a Carvalho e Melo, a importância de D. Maria Leonor de Daun junto da rainha, que se projectava no próprio marido⁸⁶.

Na pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra continuava o fiel amigo Azevedo Coutinho, que pouco depois fechava os olhos e por isso a sua protecção mal se fez sentir.

⁸⁶ Na Corte falava-se o alemão, língua que a sua esposa dominava, sendo de origem austríaca.



A morte de D. João V colocava no trono o príncipe D. José, e logo a 6 de Agosto de 1750, por acção de D. Luís da Cunha que no seu testamento político, o havia sugerido ao príncipe, era nomeado como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Não oferece dúvidas que bebeu em Viena o melhor da sua formação de estadista. Havia que estruturar o Governo em bases de futuro, afastando o «injusto despotismo» que consistia tanto no «vício do soberano» como, ainda pior, «na ambição de um primeiro-ministro». Passara a época do poder exclusivamente pessoal e arbitrário, devendo os monarcas rodear-se de ministros capazes e de conselheiros atentos.

A alta nobreza sentiu-se ferida com a escolha de Carvalho e Melo para tão altas funções. Começaram a vir ao de cima rumores dessa impaciência, que faziam dele um homem «sem alicerces», por ser de baixa condição, «inculto e soberbo», por se presumir de letrado, e «arengueiro, ignorante e presumido em todo o Mundo».

D. José I tinha, em relação aos seus ministros, a preocupação em preservar a sua intimidade e autoridade régia. Sempre assim procedeu com Carvalho e Melo, e nem mesmo com a ascensão deste a Conde de Oeiras ou a Marquês de Pombal quis alterar essa regra. O monarca dava-lhe ordens por intermédio do Secretário de Estado do Reino.

Considera-se como ponto assente que Pombal jamais ultrapassou a fronteira do poder que lhe foi concedido e que se manteve fiel ao espírito das leis que nortearam a sua acção política.

O despotismo iluminado seguido por Carvalho e Melo, impunha um controlo da máquina estadual. Cabia aos monarcas fomentar as actividades criadoras de riqueza, espalhar a instrução e a assistência, abrir vias de comunicação, limitar os efeitos nocivos da vida monacal, servir-se das luzes para o bem público. Mas, ao mesmo tempo, não podia a coroa aceitar a interferência da Igreja na acção política e que a nobreza pusesse em causa as linhas de força que traduziam a vontade do soberano, a único que os súbditos deviam acatar.

O período de governo que mediou até ao terramoto de 1755, traduziu-se num arrumar da casa perante a inoperância a que chegara, no fim do reinado, a administração joanina. A mão do Secretário de Estado fez-se sentir em vários domínios do reino e do ultramar, em matérias de política, de fazenda e de justiça.

Uma das medidas mais importantes que teve de tomar logo de início foi o de tentar regular a justiça, pois Lisboa estava pejada de homicídios e ladrões. Enquanto não se criou a Intendência-Geral da Polícia, concretizada por lei 10 anos mais tarde, aumentou os vencimentos dos ministros e oficiais de justiça e teve em consideração o estatuto dos juizes dos órfãos, e ordenou-se a prisão de salteadores e de outros suspeitos. No dia 1 de Novembro de 1755, Lisboa foi sujeita a um violento sismo que reduziu muitos dos seus bairros a escombros.



Rapidamente se fez notar a acção enérgica de Carvalho e Melo no combate contra a peste, a fome e pilhagens que se sucederam.

O facto de ter chamado a si, com o consentimento régio, a execução das medidas urgentes para tirar Lisboa do caos, bastaria para definir um estadista. Não foi nesse dia que nasceu a grandeza de Pombal, pois desde 1750 que gozava da inteira confiança do monarca. Sucedeu apenas, que D. José I sentindo a estatura do ministro, lhe renovou o seu apoio. Foi nessa altura que recebeu a Secretaria de Estado do Reino, a pasta mais importante.

Inicia-se então a reconstrução de Lisboa, de acordo com ideias urbanísticas que tinha trazido de Viena, passando o centro vivo de Lisboa a ser O Terreiro do Paço, cujas artérias pombalinas tinham fins eminentemente comerciais.

A ascensão política do Secretário de Estado suscitou os maiores ódios por parte da nobreza antiga que não aceitava o seu predomínio junto do rei. Diogo de Mendonça Corte Real, que queria deixar a pasta da Marinha e Ultramar, viu-se ultrapassado nas suas ambições e rapidamente pôs a circular uma carta atentatória contra o Marquês de Pombal, e que tinha como objectivo a sua desgraça política, mas que no entanto veio a provocar o seu próprio afastamento do governo.

Perante isto, a nobreza hostil ao Secretário de Estado resolveu agir em termos de lesa-majestade, não atendendo às graves consequências do seu irreflectido movimento. Por esse motivo, a 3 de Setembro de 1758 foi D. José I alvejado a tiro no alto de Belém. Logo o incidente foi conotado com a família dos Távoras, com a suposta conivência da Companhia de Jesus.

Assim teve origem o chamado processo dos Távoras, com a sua consequente e polémica severa punição, mas necessária à luz da época por ser contra o rei.

Constitui um dos capítulos ainda nebulosos do reinado de D. José I o que respeita à expulsão da Companhia de Jesus da metrópole e das terras do ultramar, facto que deve ter ficado conotado com o seu presumível envolvimento na tentativa de regicídio.

Pombal assentou a sua política externa numa tentativa de equilíbrio de interesses. Não era apenas Portugal que carecia de apoio britânico para a ameaça militar que nos espreitava do continente⁸⁷. Também a Inglaterra não podia viver sem a ajuda do seu fiel aliado, pelo apoio marítimo que recebia dos nossos portos e da economia do ultramar português.

Entretanto a guerra estalou em 1756, entre os dois blocos – a Grã-Bretanha e a Prússia, de um lado, e a Áustria, a França e a Rússia, do outro, sem que Portugal tivesse de quebrar a sua

⁸⁷ A guerra dos Sete Anos.



neutralidade. O incidente naval de Lagos em 1759 e a actuação do embaixador francês veio colocar sérios embaraços ao governo português. Perante a recusa em assinar o Pacto de Família, tropas franco-espanholas invadem o nordeste transmontano, sem declaração de guerra formal.

Foi notável a acção de Pombal no arranjo das praças-fortes, reparação de castelos, aprovisionamento de armas e apetrechos militares⁸⁸.

Perante a queda de Miranda, Bragança e Chaves a linha de defesa foi centrada na Beira e Alto Alentejo, com o fim de impedir a marcha do inimigo sobre Lisboa. Em Junho chegava a Lisboa o auxílio inglês prometido, e com ele um dos maiores generais do tempo: o Conde reinante Guilherme de Schaumbourg-Lippe. A guerra mostrou-se mais desgastante que violenta. Destruíram-se as culturas, queimaram-se os mantimentos e casas, para que o inimigo não tivesse onde alojar-se.

A guerra terminou a 30 de Novembro de 1762 após a assinatura de tréguas entre o Conde de Aranda e o Marechal-Conde de Lippe, sucedido pela assinatura do tratado de paz em Versalhes a 10 de Fevereiro de 1763.

A história do conflito mostra que Carvalho e Melo viveu febrilmente os passos do conflito, não descurando nenhum aspecto de ordem financeira e militar e ainda, pela via diplomática, tudo tendo feito para que as duas partes chegassem à concórdia.

A obra económica de Pombal foi relevante a todos os níveis, bem como a necessária reforma do ensino, profundamente ligado à Companhia de Jesus, nomeadamente nas «primeiras letras».

O peso dos anos ia-se fazendo sentir, apesar da rijeza física que aparentava. A 18 de Setembro de 1770, D. José I recompensou-o com o título de 1º Marquês de Pombal após 20 anos de apego ao serviço público.

Sem interesse em manter-se no governo, com D. José I às portas da morte e já com 77 anos, remeteu várias petições à Regente. A escolha dos novos ministros caberia apenas ao rei, não devendo o Marquês dar opinião sobre a matéria, mas sonhando talvez com o Conselho de Estado.

D. José I morre a 23 de Fevereiro de 1777, e Pombal sentiu que o seu tempo tinha passado e que iria ser exonerado. Entrava-se no período que ficou conhecido pela viradeira política, começando a instaurar-se um clima de ódio contra Pombal que, entretanto, pedira a exoneração

⁸⁸ O alvará de 7 de Fevereiro de 1752, prescrevia os cuidados a ter com o arranjo das fortalezas, quanto a quartéis, hospitais e casas anexas.



dos seus cargos. O velho ministro rogava a D. Maria I para o libertar de todos os cargos públicos a fim de acabar os dias na sua casa de Pombal.

No dia 4 de Março de 1777 a rainha atendia a dupla pretensão, num documento que em muito o enobrece, ainda que mais tarde não tivesse suficiente coragem para se impor à facção palaciana que exigia o julgamento de Pombal. Junto da soberana, a tempestade contra Pombal continuava. Não era já apenas o ministro que abusara da confiança de D. José I, mas também o inimigo da actual rainha e do seu esposo.

Foi-lhe movido um processo e mandado dois juizes a Pombal para instruir o processo. Pombal muito doente, com grandes chagas e úlceras em todo o corpo, foi obrigado a responder a interrogatórios durante uns largos três meses.

A sentença proferida por D. Maria, mais tarde não deixou de satisfazer a corrente anti-pombalina, pois apesar de o perdoar, manteve-o desterrado da corte. Faleceu no meio de grandes padecimentos a 8 de Maio de 1782.

Assim entrava para sempre na história o homem que abriu, em 26 anos de governo, uma nova dimensão ao País e que teve o triste fim de outras figuras que foram demasiado grandes para o seu tempo e cuja capacidade apenas se reconhece depois da sua morte.



Apêndice C

REORGANIZAÇÃO DE 1911, ASPECTOS ENVOLVENTES

1. Antecedentes

Mais de um século se passou entre a anterior reorganização e a que iremos abordar de seguida. Século esse, marcado entre outros acontecimentos pela Revolução Francesa em 1789. Mais uma vez, Portugal, depois de uma primeira tentativa de se manter à margem do conflito, acaba por alinhar ao lado da Inglaterra e desta vez também da Espanha, na tentativa de salvar a vida dos monarcas franceses e evitar a propagação de ideias que segundo o pensamento da época, ameaçavam a tranquilidade geral da Europa e a subversão de todos os governos «estabelecidos».

Depois da Campanha do Rossilhão, em que uma força expedicionária portuguesa de cerca de 6 000 homens combateu ao lado dos espanhóis, ao mesmo tempo que a Espanha secretamente através de Manuel Godoy levava a cabo conversações com a França, Portugal fica numa posição delicada, em guerra com a França, sem apoio terrestre.

Com a chegada de Napoleão Bonaparte ao poder em França em 1801, a atitude para com Portugal endurecia. A Espanha agora aliada da França tomou no que ficou conhecida pela «guerra das laranjas», definitivamente Olivença, sendo que o traçado de fronteiras entre os dois países ainda hoje não está confirmado.

Finalmente em 1807 inicia-se a 1ª invasão francesa, comandada por Junot, à qual praticamente não foi oferecida resistência e de que resultou a transferência da família real e da corte para o Brasil. A ocupação de Lisboa fez-se sem quaisquer incidentes. A esta invasão seguiu-se a 2ª em 1809, comandada por Soult, e a 3ª em 1810, comandada por Massena.

O auxílio inglês fez-se notar a partir da 2ª invasão, vindo-se a revelar fundamental na derrota do Exército francês na 3ª invasão nas Linhas de Torres Vedras.

A guerra Peninsular assumiu em várias fases, uma violência superior à de quaisquer outras guerras em Portugal. As suas consequências destruidoras foram extremamente graves e as repercussões sociais e económicas duradouras. O atraso de Portugal em relação aos países mais avançados da Europa aumentou drasticamente.

D. Maria I, morre em 1816 e o novo monarca é aclamado no Brasil, fazendo agravar os sentimentos de que a corte não voltaria mais a Lisboa. D. João VI embarca no entanto para Portugal a 25 de Abril de 1821, deixando D. Pedro seu filho, como regente do Brasil. Em



Lisboa, o regresso real era esperado para pôr fim ao processo revolucionário liberal que entretanto tinha estourado, liderado por Manuel Fernandes Tomás.

O rei chegado a 3 de Julho, decidiu aceitar a revolução como um facto consumado e desempenhar o seu papel de rei constitucional, jurando «observar e fazer observar as bases da Constituição decretadas pelas Cortes Gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa e a Constituição que elas fizeram e ser em tudo fiel à mesma nação».

Em 1822, o Brasil separa-se de Portugal assumindo D. Pedro o título de protector e defensor perpétuo do Brasil.

D. João VI, morre a 10 de Março de 1826, e D. Pedro IV, Imperador do Brasil, transferiu os seus direitos para a filha mais velha, então com 7 anos, Princesa D. Maria da Glória que entretanto se deveria casar com o tio D. Miguel.

Com o regresso de D. Miguel a Portugal, iniciou-se um longo período revolucionário entre Miguelistas e Absolutistas que só terminou com o regresso de D. Pedro do Brasil. Seguiu-se ainda um período de instabilidade e de sobressalto político que iria prolongar-se até aos meados do século só tendo o seu epílogo com a regeneração (1851).

As antigas forças políticas, tradicionalmente congregadas em torno de eixos ideológicos, tinham-se desagregado depois de três décadas de confrontação. Os Homens novos levados ao poder pela onda de regeneração chamaram-se obviamente, regeneradores. Constituiu-se imediatamente um Partido Regenerador, cujo núcleo pensante eram os defensores da estabilidade, das obras públicas e dos empréstimos externos como fonte de financiamento do urgente lançamento económico.

D. Maria II morre de parto aos 34 anos e sucede-lhe D. Pedro V em 16 de Setembro de 1855. Este último, morrendo de tifo pouco depois, dá o seu lugar ao seu irmão D. Luís em 1858.

Caminha-se então rapidamente para a República, sob o panorama de uma grave crise económica e de golpes e contragolpes. O ano de 1876 vê nascer o Partido Progressista e assiste ao arranque do movimento republicano unitário, que assume cada vez maior relevo a partir de 1890. A proclamação da República do Brasil e o banimento da família real brasileira em 15 de Novembro de 1889, foram circunstâncias encorajantes numa época em que os regimes republicanos eram ainda excepcionais na Europa. D. Carlos sucede em 1889 a D. Luís. Entretanto os governos sucediam-se e a luta entre progressistas e regeneradores assentava-se. O endividamento externo era cada vez maior e a posição de Portugal cada vez mais insustentável.



A 1 de Fevereiro de 1908, na rua do Arsenal em Lisboa, 2 populares alvejaram mortalmente o rei D. Carlos e o príncipe D. Filipe. As condições políticas do regicídio nunca foram completamente esclarecidos, e não faltaram especulações que procuraram relacionar quer o Partido Republicano, quer os dissidentes Progressistas, com o crime. O jovem D. Manuel II, acabou por ser o último monarca reinante português, quando a revolução republicana eclodiu finalmente na noite de 4 de Outubro de 1910.

Após os primeiros actos revoltosos coroados pelo insucesso, (caso do Palácio Real, Quartel-General e o Carmo), o apoio popular e o cansaço das tropas monárquicas, a República triunfa quando os membros dos órgãos directivos do Partido Republicano se reagruparam e dirigiram para o edifício da Câmara Municipal, onde proclamaram formalmente a República Portuguesa.

O governo provisório, organizado pelo directório do Partido Republicano, era presidido por Teófilo Braga, sobrevivente da geração de 70, que dispunha de grande prestígio intelectual, pelos ministros António José de Almeida, Afonso Costa, Basílio Teles, Bernardino Machado, António Luís Gomes e nas pastas militares ficaram dois oficiais superiores sem intervenção na revolução: o Coronel Correia Barreto e o Comandante Azevedo Gomes.

2. A População

Em 1910, os campos cada vez ficavam mais desertos, sendo que o principal destino da população era a emigração, sobretudo para o Brasil. No entanto, o crescimento populacional não parou. Na segunda metade do século XIX foi o dobro do registado na primeira metade. Em 1920, existia mais gente em Portugal do que noutra qualquer década anterior⁸⁹. Apesar da emigração, o aumento da população reflectiu-se numa maior ocupação do país. A primeira expansão registou-se sobretudo no Norte, com a ocupação de baldios e a anulação de pousios. Na segunda fase abrangeu os incultos situados nos extremos dos latifúndios alentejanos. A área ocupada por habitação aumentou também drasticamente. A população não se limitou a crescer. Deslocava-se também dentro do país para as cidades.

Todos estes habitantes não eram só mais numerosos. Tinham também mais posses a avaliar pelo que pagavam ao Estado e pelo que se importava cada vez em maior quantidade. A vida da população começou a alterar-se em aspectos essenciais, embora de natureza diferente a Norte e a Sul.

⁸⁹ A população era sensivelmente metade da de 1980, cerca de 5 900 000 habitantes.



Em 1864 o Estado começou a arrolar os portugueses de 10 em 10 anos. Em 1907 aparecia o bilhete de identidade, que se havia de generalizar a partir de 1914. A separação entre a Igreja e o Estado levou ao registo civil obrigatório de nascimentos, casamentos e óbitos.

Entretanto a imprensa escrita tornava a «democracia», a nova medida de todas as coisas. Não só vulgarizava a informação até aí reservada, como produzia noticiários com o que acontecia ao povo, incêndios, óbitos, suicídios, etc. A imprensa era o espaço público em que a sociedade e o Estado existiam, e estava para a vida política, como a bolsa para a vida económica. Em termos culturais, os escritores e sábios de ideias avançadas, não só beneficiaram de uma completa isenção de censura, como puderam trabalhar nas instituições públicas. A «geração nova» usufruiu da máxima influência que se podia conceber naquela sociedade.

A alta sociedade da época, era uma mistura de titulares, funcionários, políticos e capitalistas, todos suficientemente educados para apreciarem ópera e saberem-se comportar nos salões de uma condessa. Dinheiro e fidalguia, abriam as portas da sociedade.

O povo, esse, não era homogêneo. Não tinha uma cultura comum, como o que a educação formal dava às classes médias. Não sabia o mesmo, não gostava das mesmas coisas. A pobreza tendeu cada vez mais a ser identificada com a delinquência.

3. A Economia

O período que se seguiu à implantação da República, foi muito conturbado em termos políticos e consequentemente económicos. Entre 1910 e 1917, sucederam-se 12 governos e 4 chefes de Estado, consubstanciando um período de arranque muito difícil da jovem República.

Segundo MATTOSO (1993b), as greves multiplicavam-se por todo o lado, aumentando a violência entre grevistas e republicanos. Na sua maioria os operários exigiam melhores salários e menos horas de trabalho. Na maior parte dos casos ganharam. Além disso, um número apreciável de greves era justificado por «solidariedade», o que significava a articulação das associações e dos contestatários. Houve greves por todo o lado: dos corticeiros e conserveiros da região de Setúbal, dos operários têxteis do Porto e de Braga, dos Jornaleiros do Alentejo e de Santarém, da fábrica da CUF no Barreiro, e sobretudo pela sua espectacularidade dos transportes de Lisboa.

Ocorreram ocupações militares, como por exemplo na Companhia do Gás, onde os grevistas foram considerados «foras da lei».

No entanto nem tudo tinha sido mau sob a República. Os preços, tomando 1914 como referência (=100), haviam subido ligeiramente entre 1910 e 1913 (de 93 para 99). Mas houvera



um boom de construção civil que deu trabalho a muito gente (cerca de 9% do emprego não agrícola), e negócios a empresas de material de construção, mobiliário, entre outros. Nesta época, os proprietários rurais do Alentejo e do Ribatejo continuaram a comprar máquinas e cada vez mais adubos, e o crescimento das importações de carvão e de algodão em bruto, indica a prosperidade da indústria fabril. As exportações de cortiça, de sardinhas em conserva também aumentaram. A agitação política não impedira a prosperidade. Em 1913, porém, havia dificuldades à vista. Eram os problemas do costume, recorrentes depois de períodos de desaforo económico. As importações subiram provocando o maior saldo negativo de sempre. Os câmbios ressentiram logo o desequilíbrio, agravado por más colheitas de cereais, uma pobre produção de cacau em S. Tomé e a baixa do preço da borracha em Angola. As taxas de juro subiram. Em Outubro de 1913, comentando a visita de António Macieira a Londres, o embaixador inglês em Lisboa avisava que, o que o Ministro dos Negócios Estrangeiros português queria era dinheiro. Os Magistrados já não estavam a receber e havia também dificuldades em pagar ao Exército.

4. O Governo

Segundo SARAIVA (2001), o governo provisório saído da instauração da República, presidido por Teófilo Braga, assegurou a governação enquanto a nova Constituição não foi elaborada e, entre outras reformas, decretou a lei da família, a lei do divórcio, a lei da separação da Igreja e do Estado, e criou as Universidades de Lisboa e do Porto.

A Assembleia Constituinte reuniu pela primeira vez em 19 de Julho de 1911 e em 21 de Agosto tinha concluído a Constituição. A primeira Constituição republicana é, com as mudanças impostas pelo novo regime e novos tempos, um regresso ao espírito da Constituição de 1822, regresso que resultou de um anti-cartismo tradicional do movimento republicano.

O órgão básico de toda a política era o Congresso da República, constituído pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Senadores e Deputados eram eleitos por sufrágio universal e directo e a duração dos mandatos era de seis anos para os primeiros e três para os segundos. Ao Congresso competia eleger e destituir o Presidente da República. Quanto à administração local, consagrou-se o princípio da descentralização, outra noção grata ao ideário republicano. Como a cobrança de receitas continuou centralizada, a independência das autarquias foi sempre precária. Embora nenhum artigo o estabelecesse, introduziu-se a praxe constitucional de fazer depender a permanência dos Governos no poder, da confiança parlamentar, porque esta confiança estava na base do mandato presidencial. Esta situação facilitou a acção de outras forças geradoras de instabilidade política.



Em dezasseis anos, o regime republicano conheceu oito presidentes e cinquenta mudanças de governo⁹⁰.

Logo que a Monarquia caiu fizeram-se sentir as consequências da falta de programas concretos. Uma corrente radical exigia reformas rápidas por métodos igualmente radicais enquanto que outra mais branda defendia uma linha de transigência e conciliação. A primeira destas tendências, levou à formação do Partido Democrático, a segunda, dos Partidos Evolucionistas (António José de Almeida) e Unionista (Brito Camacho).

A implantação popular do Partido Democrático era muito mais forte do que qualquer outro partido político.

Nenhum político de grande destaque da Monarquia teve qualquer importância política depois de 1910.

Segundo MATTOSO (1993b), a nova classe política da República era self-made, isto é, os Deputados à Assembleia Constituinte de 1911 não foram eleitos, mas escolhidos pelo directório do partido. Em Agosto, depois de votarem a Constituição e de elegerem o presidente da República, decidiram escolher de entre eles os membros do primeiro Senado e do primeiro Parlamento da República. Foram assim a base do governo durante quatro anos até 1915.

A Constituição de 1911, foi escrita à medida destes Deputados e da sua experiência⁹¹. Não queriam «ditaduras», como a de João Franco e queriam limitar qualquer poder. Fizeram de si próprios o principal obstáculo à autoridade do governo, (o que levou ao sucessivo desfilar de governos até 1926).

O Parlamento não significou o mesmo na Monarquia Constitucional e na República. Na Monarquia os Deputados aprovavam as leis do governo. Caso recusassem a sua aprovação, o

⁹⁰ Chefes de Governo entre 1911 e 1917 (primeiros-ministros em efectividade de funções com data de nomeação):

- João Chagas (3SET1911), Augusto de Vasconcelos (11NOV1911), Duarte Leite (16JUN1912), Afonso Costa (9JAN1913), Bernardino Machado (9FEV1914), Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (11DEZ1914), Joaquim Pimenta de Castro (28JAN1915), José de Castro (17MAI1915), Afonso Costa (29NOV1915), António José de Almeida (15MAR1916), Afonso Costa (25ABR1917), Sidónio Pais (11DEZ1917).

Chefes de Estado entre 1911 e 1917:

- Manuel de Arriaga (24AGO1911), Teófilo Braga (29MAI1915), Bernardino Machado (5OUT1915), Sidónio Pais, também como chefe de governo (11DEZ1917).

⁹¹ A escolha dos Deputados fora aprovada pelo Governo Provisório, procurando abranger um leque vasto de profissões e tendo em consideração figuras de indelével credo republicano ou que se haviam distinguido no 5 de Outubro. Neste elenco incluíam-se vários Oficiais da Armada e do Exército, assim como os nomes mais influentes a nível local ou regional desde os tempos da propaganda. Todos os membros do Governo Provisório, foram candidatos, o mesmo acontecendo com algumas figuras históricas do Partido Republicano, que traziam o aval da velha fidelidade ao regime. De entre os estratos sociais representados enumeram-se, 21 Médicos, 18 Oficiais do Exército ou da Armada, 16 Juristas (incluindo na designação Juizes, Advogados e Procuradores), 13 Professores e membros de profissões liberais, 11 Funcionários Públicos, 8 Proprietários, 6 Comerciantes e Industriais, 1 membro do Clero, 1 Estudante e 1 Operário.



Governo podia demitir-se, mas era possível ao rei optar pela dissolução do Parlamento e fazer eleger outro. As suas leis podiam ainda ser vetadas pelo rei.

Nada disto era assim na República. Pela Constituição de 1911, o Parlamento da República não podia ser dissolvido, nem fechado por outro qualquer poder do Estado. O poder legislativo dependia unicamente dos eleitores. Não era preciso a convocação de ninguém para que houvesse eleições, ou para que o Parlamento se reunisse. A sessão parlamentar era de 4 meses por ano (Dezembro a Abril), mas, se quisessem, os Deputados podiam decidir a sua prolongação, o que repetidamente fizeram.

Às duas câmaras, reunidas no Congresso, competia a eleição do presidente da República, cuja função se reduzia a representar simbolicamente o Estado e a nomear o Governo. O presidente era obrigado a promulgar qualquer lei aprovada nas Câmaras dos Deputados e no Senado. Uma maioria de dois terços dos membros do Congresso podia destituí-lo.

O Governo na República era parlamentar porque não podia sair do Parlamento. O presidente da república nomeava os ministros, mas esperava-se que estes assistem-se às sessões do Congresso para responderem pelos seus actos no Governo. O Senado era menos importante que a Câmara dos Deputados, porque, tendo menos membros, os seus votos podiam ser anulados pela maioria da outra Câmara, através de uma reunião das duas no Congresso da República.

Por detrás do parlamentarismo republicano, estava o modelo de Governo que os republicanos preferiam: o Governo da Assembleia. A Assembleia era senhora de si própria, sem depender de ninguém, tal como se imaginava devesse ser o povo que ela representava. O poder era exercido em público, em discussão com os outros cidadãos. No fundo detestavam o poder. Na República perfeita, ninguém o devia exercer.

5. O Cenário Internacional

Segundo SERRÃO (1989b), para fugir à onda de vinganças mesquinhas, que a seguir à implantação da República se propagou a muitas terras do país, a maior parte dos monárquicos escolheu a Galiza como local de refúgio, sucedendo que muitos outros, acedendo a convites pessoais, tinham-se refugiado em Madrid, Castela ou Leão.

Atiçada pelos republicanos extremistas a opinião pública foi-se moldando à propaganda da eminência de uma guerra civil. De qualquer forma, em Abril de 1911, centenas de emigrantes instalavam-se em Tui, Vigo, Orense e Verin, acalentando o sonho de entrar em Portugal para restabelecer a monarquia.



A ameaça de invasão que pairou sobre o Alto Minho aumentou com a descoberta de quatro vagões com armas e munições, na cidade de Orense e com o apresamento de um vapor alemão em águas galegas, com armamento para os conspiradores.

Por duas vezes, o Major Paiva Couceiro, comandou incursões monárquicas em Outubro de 1911 e Julho de 1912, rapidamente derrotadas pelas forças populares e republicanas.

Segundo MATTOSO (1993b), a Espanha embora não tenha enveredado pelo mesmo caminho de Portugal, não foi por isso que entre Outubro de 1910 e o verão de 1911, deixou de atravessar uma vaga de greves sem precedentes, com suspensão das garantias, tumultos, mortos e feridos. Durante este período, a Espanha só teve um primeiro-ministro, José Canalejas, mas o governo foi remodelado várias vezes e esteve demissionário outras tantas. A política espanhola foi tão volátil e mais sangrenta do que a política portuguesa.

O fim do consenso entre as forças políticas e a agitação social marcaram toda a Europa liberal entre 1910 e 1914.

Quanto à França, basta dizer que ainda conseguiu ter mais ministérios do que a República portuguesa. A Alemanha, por seu lado, estava em caos político, desde que os partidos liberais e conservadores, que tradicionalmente apoiavam os governos, perderam a maioria no parlamento imperial a favor dos dois extremos, os socialistas e os católicos. Nem o Reino Unido, o único país que se manteve constitucional durante todo o séc. XIX, escapou à tempestade. Entre 1910 e 1914, os partidos ingleses deixaram de confiar uns nos outros, e toda a gente deixou de confiar nas instituições.

Com o eclodir da I Grande Guerra Mundial de 1914-1918, Portugal decidiu de imediato reafirmar a tradicional aliança com a Inglaterra, sem porém declarar guerra à Alemanha. Era uma posição estranha, quando de facto Portugal começou logo a combater, não na Europa, mas em África, onde tinha fronteiras com todos as potências beligerantes.

Desde 1910 que Portugal “mendigava” um sinal amigável da Inglaterra. Os mesmos homens que em 1890 se tinham disposto a pegar em armas contra o velho aliado⁹², atiravam-se agora aos pés dos ingleses.

De facto, o Governo inglês estava dividido e vacilava na linha a seguir para com Portugal. A razão era a de que a Espanha se tornara para a Inglaterra muito mais importante do que Portugal. Desde 1907, que os ingleses se esforçavam por manter a Espanha fora da órbita

⁹² Na ocasião do Ultimato Inglês a Portugal de 11 de Janeiro de 1890, onde se exigia que fossem expedidas «instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas à altura no Chire e no país dos Macololos e Machones se retirassem». O Governo português devia, nesse mesmo dia, dar uma resposta satisfatória, sob pena de o pessoal diplomático inglês abandonar Lisboa, a bordo de navios de guerra britânicos que estavam a aguardar instruções ao largo da baía de Vigo.



alemã e próxima da entente anglo-francesa. No entanto Londres, nunca desprezou completamente as queixas portuguesas.

Os ingleses, estavam ao corrente das ousadas ideias que o jovem rei de Espanha, Afonso XIII, tinha sobre Portugal. Este em 1913, exigia caso a Alemanha e a Inglaterra partilhassem as colónias de Portugal, como contrapartida, o próprio território metropolitano português. Afonso XIII, parecia convencido de que a revolução republicana libertara a Inglaterra do dever de defender Portugal. A integração de Portugal na Espanha era um dos seus tópicos favoritos. Em Espanha, a República Portuguesa tornara-se uma questão de política interna, dividindo a esquerda e a direita. A direita conservadora sonhava com uma aventura em Portugal, para se promover politicamente. A esquerda, a começar no chefe de governo espanhol, o liberal Canalejas, não queria ver-se envolvida numa crise diplomática com Portugal, apoiando a diplomacia portuguesa.

João Chagas escreveu que o único inimigo de Portugal no conflito era a Inglaterra. Nada podia ser mais exacto. A República queria ver o seu Exército a combater na frente ocidental, com a França e a Inglaterra. Havia no entanto um obstáculo no caminho da intervenção portuguesa: a própria Inglaterra. Portugal ao declarar que «estando em paz com todas potências, estava também pronto a corresponder incondicionalmente aos seus deveres para com a Inglaterra», que a França interpretou como um acto de hostilidade contra a Alemanha, foi interpretado pela Inglaterra com extrema irritação, ao mesmo tempo receando ter de arcar com as despesas da intervenção portuguesa, vistas as dificuldades financeiras da jovem República.

Por detrás do menosprezo britânico, estava uma realista avaliação estratégica de Portugal. Num documento secreto, Portugal era declarado inútil como aliado num conflito europeu: o seu Exército, Marinha e Tesouro eram irrelevantes, e os seus territórios metropolitanos e coloniais não serviriam para nada, a não ser para uma improvável campanha em Espanha, como em 1808. Pior que isso, um Portugal intervencionista podia até ser uma ameaça para a Inglaterra. Os portugueses não tinham meios para se defenderem, dando um pretexto aos alemães para se apossarem de territórios portugueses, e fazerem deles bases contra a Inglaterra.

Mais tarde, os ingleses deram finalmente o seu apoio ao governo de Afonso Costa para a participação portuguesa na Guerra de 1914-18, mas que no entanto nunca se revelou de muito empenho, sendo também de forma indirecta responsável pelo grande número de baixas ocorridas, a despeito do heroísmo dos nossos militares que lutaram na Flandres.



6. O Exército

6.1 As principais mudanças no Exército durante o Séc. XIX

Das variadas reorganizações do Exército ocorridas durante o Séc. XIX, destacam-se pela sua importância as seguintes alterações de acordo com CARVALHO (1993):

- Decreto de 19 de Maio de 1806, onde foi mandado organizar o Exército em Brigadas, numerar os corpos das diversas Armas e constituir três Divisões, uma do Sul, outra do Centro e outra do Norte, compondo-se cada uma de 8 Regimentos de Infantaria, divididos em 4 Brigadas, 4 Regimentos de Cavalaria e 1 de Artilharia, excepto no Sul que teria 2 Regimentos desta Arma;
- Em 1807, por Alvará de 21 de Outubro, as milícias e as ordenanças são alteradas na sua organização e o reino é dividido em 24 Brigadas de ordenanças;
- Em 1811, paralelamente à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, passa a funcionar a partir da entrada de Beresford, o Comando-Chefe do Exército;
- Em 1816, o Regulamento do Exército e o Regulamento das Ordenanças publicadas por Beresford em 21 de Fevereiro organizou, novamente o Exército, estabelecendo aquele último a divisão territorial do reino em 24 Distritos de Ordenanças. Por cada um destes distritos eram recrutados três Regimentos (um de Infantaria, um de Cavalaria e um de Caçadores). Em cada seis distritos recrutava-se um Regimento de Artilharia. E assim aparece vinculada à função recrutamento, pela primeira vez o termo Distrito;
- Por alvará de 27 de Setembro de 1820 a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra é extinta, passando a existir uma Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra que era servida inicialmente por pessoal civil;
- Pela O.D. 45 de 1833 de D. Pedro, cria-se o “Corpo de Artífices de Administração Militar”, extinto pela portaria de 28 de Outubro de 1834;
- Em 1835, depois da luta entre liberais e absolutistas é criado o Corpo de Estado-Maior;
- Pelo Decreto de 20 de Dezembro de 1849 (O. E. nº3 de 9 de Janeiro de 1850), é publicado o “Plano de Organização do Exército e da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra”, onde se prevê a Lei do Recrutamento Militar, que aparece formalmente sob a forma de Lei a 25 de Julho de 1855;
- Nos termos do Decreto de 8 de Outubro de 1869, a Secretaria de Estado passa a Ministério da Guerra.



7. As Figuras

7.1 Os Militares

O Oficial mais graduado que aceitou a pasta da Guerra no Governo provisório foi de acordo com SERRÃO (1989b), o Coronel António Xavier Correia Barreto, da arma de Artilharia, nascido a 25 de Fevereiro de 1853.

Tendo assentado praça em 2 Abril de 1870, como voluntário no RI16, a 20 de Outubro do mesmo ano matriculou-se na Escola do Exército. Consagrara-se a estudos de química com aplicação ao Exército, sendo conhecido como o inventor da pólvora sem fumo, o que lhe granjeou notoriedade pública. Na última fase da Monarquia ascendeu rapidamente na carreira militar, passando de Major em 1900 a Tenente-Coronel em 1906 e ao posto imediato três anos depois. Era conhecido pela sua fidelidade à coroa, ao ponto de ser louvado pelo ministro Vasconcelos Porto e de receber a nomeação para director da Fábrica de Pólvora e vogal do Conselho de Administração Militar, postos que implicavam uma larga confiança política. Sabe-se que embora fazendo parte do comité revolucionário, não se envolveu em qualquer acção militar para não comprometer o movimento. Só ao fim da tarde de 5 de Outubro veio de Sintra para Lisboa, a fim de colher os louros da revolução.

Exerceu variadas funções militares e civis, tais como Comandante da 1ª Divisão do Exército, Presidente da Comissão Técnica de Fortificações, Director do Arsenal do Exército, Comandante-Geral da Guarda Republicana, Presidente da Comissão para a Organização do Exército, Ministro da Guerra de 1910 a 1911, de 1912 a 1913 e em 1922, Senador e Presidente do Senado e finalmente Presidente da Câmara de Lisboa. Reformou-se em Fevereiro de 1926 e faleceu em Sintra em 15 de Agosto de 1939.

Cabe aqui também falar do Major Pereira Bastos que durante a gerência da pasta da Guerra em 1912-13, elaborou o “Regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano”, a quem também se deve a quase exclusiva autoria da “Organização do Exército Metropolitano” de 1911.

7.2 Os Políticos

É difícil destacar um político na sucessão alucinante de Presidentes da República e Ministros que se observou entre 1910 e 1917. Cabe no entanto realçar aqui alguns dos mais destacados, como:

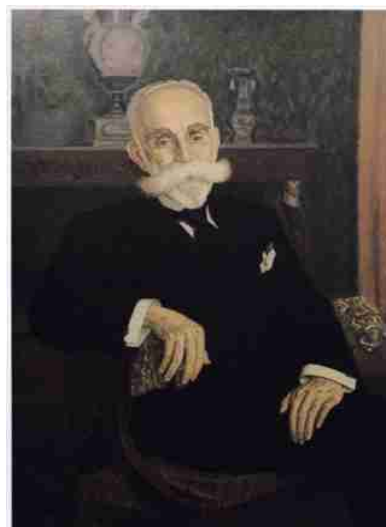


Afonso Costa, Chefe de Governo em (9JAN1913), (29NOV1915) e (25ABR1917). Segundo SERRÃO (1989b), era natural de Seia, onde nasceu a 6 de Março de 1871. Matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra, sendo um dos alunos mais distintos da sua geração. Licenciado em 17 de Janeiro de 1895, ainda no mesmo ano fez acto de conclusões magnas a 25 de Maio e tomou o grau de doutor a 9 de Junho. Sendo lente substituto em Abril



de 1896, três anos depois ascendia à cátedra de Organização Judiciária, granjeando um prestígio que se estendeu também à advocacia e que fez de Afonso Costa um dos grandes causídicos do tempo. Tendo aderido ao Partido Republicano quando era ainda estudante, entrou abertamente na propaganda em 1897, sendo eleito deputado pelo Porto nas legislaturas de 1899 e de 1900, ano em que fixou a residência na capital. Membro do Directório do Partido Republicano, voltou a ser eleito deputado em 5 de Abril de 1908 e em 30 de Agosto de 1910, na fase mais acesa da luta política contra o regime monárquico. Sem ter em conta os delírios e ódios que suscitou pela sua actuação política, importa reconhecer o seu grande valor intelectual, com uma forte vocação reformista e sonhando dotar a República de instituições duradouras. Possuindo inegáveis qualidades de estadista, ao ponto de ser o mais dotado politicamente para a obra de edificação da República, Afonso Costa, viria no entanto a ser um factor de divisão política, por atacar as congregações religiosas, costumes e tradições inseparáveis do sentimento nacional. Foi idolatrado pelos seus adeptos, deixando também uma lembrança de generalizada antipatia que tomou para muitos uma expressão de ódio.

Bernardino Luís Machado Guimarães, Chefe de Estado em (5OUT1915) e Chefe de Governo em (9FEV1914), segundo SERRÃO (1989b), nascido de uma família portuguesa no Rio de Janeiro, a 28 de Março de 1851, veio ainda jovem para Portugal, tendo frequentado a Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra, de onde saiu licenciado em Filosofia a 14 de Janeiro de 1875, obtendo a láurea de doutor no dia 2 de Junho seguinte. De imediato concorreu ao magistério universitário, como lente catedrático de Filosofia em 1879, de onde transitou quatro anos depois para a regência da cadeira de Agricultura Geral Zootécnica e de Economia Rural. Foi deputado regenerador pelo círculo de Lamego, em 1883, e pelo de Coimbra, em





1886. Em 1890, foi nomeado par do Reino e, no Gabinete de Hintze Ribeiro, 1893, ocupou a pasta das Obras Públicas. No ano de 1887, converteu-se aos ideais republicanos, tendo sido eleito presidente do Directório em 1892, tornando-se dessa forma um dos maiores expoentes do Partido Republicano Português. Não tomou parte no movimento revolucionário por ser de opinião que a queda da Monarquia se devia obter pelo desgaste natural das instituições régias. Foi ainda um dos maiores impulsionadores da “adesivagem”, aceitando a inclusão no aparelho do Estado de pessoas com passado ligado à realeza, tal como ele. Acusado de impor uma política pessoal mais virada para a sua ascensão à presidência, foi também idolatrado por uns e odiado por outros.



Apêndice D

REORGANIZAÇÕES DO ESTADO NOVO – A GERAÇÃO NATO, ASPECTOS ENVOLVENTES

1. Antecedentes

No final da I Grande Guerra, a situação de crise encontrava-se ainda mais exponenciada em Portugal. As Forças políticas da I República continuavam a desmembrar-se em partidos antagónicos que lutavam entre si pela conquista do poder, acrescentando conjuntamente com outros variados factores uma dimensão extremamente violenta à cena política.

Em 1926, os chamados esquerdistas, radicais do Partido Democrático no poder, agrupavam-se agora na chamada Esquerda Democrática, exigindo a demissão de um ministério apoiado numa maioria parlamentar escassa e sem significado. O derrube do Governo era também desejado pelos Nacionalistas e os Unionistas.

Estava portanto reunida uma conjuntura favorável para o derrube do Governo, apoiado ainda pelos intelectuais católicos, dos monárquicos e de uma parte considerável do Exército, que já não aceitava o predomínio dos «heróis de Outubro».

Os dois movimentos entram em conjunção em Maio de 1926. Em Lisboa o golpe militar é dirigido por Mendes Cabeçadas e Armando Ochoa, da Marinha e pelo Capitão Jaime Baptista e Tenente Vilhena, do Exército. No Norte do país o movimento é inicialmente liderado pelo «herói de Cuamato», Alves Roçadas, que morre entretanto a poucos dias da eclosão da revolta, sucedendo-lhe o General Gomes da Costa, cuja fama tinha crescido de forma extraordinária, aquando do seu desempenho no Corpo Expedicionário Português na Flandres.

A tentativa de Mendes Cabeçadas em Lisboa não tem sucesso, tendo inclusive os seus líderes sido presos, mas a pouco e pouco a revolta que tinha tido origem no Norte do país vai contando com a adesão do Exército, perante a expectativa dos partidos da oposição.

O presidente da República, Bernardino Machado, aceitou o movimento e convida inicialmente o Comandante Cabeçadas para formar governo. No entanto estabelece-se o conflito entre os dois movimentos e Gomes da Costa marcha sobre Lisboa. A 3 de Junho, é finalmente apresentada uma Junta Governativa, formada por Cabeçadas, Gomes da Costa e pelo General Carmona.

Depois de uma enorme parada militar em Lisboa, onde desfilam mais de 10 000 homens, forças ligadas a Gomes da Costa, que tinham ficado acampadas junto à Capital, executam a 17



de Julho, um novo movimento militar, tendo a chefia do Estado e a presidência do Ministério passado então para a posse de Gomes da Costa.

No entanto a falta de experiência política levou à sua demissão e posterior exílio para os Açores, tendo o governo passado para o General Carmona. Em Fevereiro de 1927, eclode ainda outro golpe militar, que no entanto é rapidamente subjugado.

A negociação de um elevado empréstimo externo para pagar os desvarios dos anos anteriores, faz entretanto emergir para a vida político-social, uma figura ligada à Universidade de Coimbra, o Professor António de Oliveira Salazar. O General Carmona, entretanto reeleito para a presidência da República, nomeia para chefe do Governo o Coronel José Vicente de Freitas que convidou para a pasta das Finanças, Salazar.

Salazar, chega a presidente do Conselho de Ministros em 1931, como um acto natural, esperado pela opinião pública.

Entretanto a nova Constituição de 1933, representa um regresso ao sistema da Carta Constitucional, pois o principal poder moderador do Estado passa a ser o do Chefe de Estado. O presidente da República é completamente independente do Parlamento (que se passa a denominar Assembleia Nacional) e escolhe livremente o presidente do Conselho de Ministros, que só perante ele, Chefe de Estado, responde.

Inicia-se então um longo período de Ditadura em Portugal, caracterizado por um elevado isolacionismo. A II Guerra Mundial, constitui para Salazar um enorme desafio, pois ao tentar manter o nosso país neutral, relaciona-se economicamente com a Alemanha e diplomaticamente jogava com a Inglaterra e mais tarde com os Estados Unidos da América uma posição de tampão a uma Espanha, cujo papel na guerra podia tender para o lado alemão, colocando em perigo toda a estratégia britânica.

Este papel dúbio, levou inclusivamente à iminência de uma ocupação inglesa dos Açores, salva *in extremis*, pela assinatura de um Tratado entre os dois países.

2. A População

Segundo MATTOSO (1993c), a população portuguesa, no ano de 1950, era estimada em 8 441 312 habitantes. Trata-se de uma época em que a procura de mão-de-obra em França e na Alemanha do pós-guerra, determinou uma emigração maciça para além Pirinéus, sendo que este fenómeno é mais nítido, como aliás ao longo da nossa história, nos meios rurais do interior, do que junto dos grandes centros urbanos.



Reflectindo a entrada progressiva de Portugal num regime demográfico moderno, com baixos índices de natalidade e de mortalidade, regista-se de igual modo o aumento da esperança de vida.

Entre 1946 e 1973, descontando os «regressos definitivos» e os saldos negativos nas saídas para o ultramar, terão emigrado quase 2 milhões de pessoas (1 968 921). Nunca em tão pouco espaço de tempo terão abandonado o país tantos portugueses.

Começa a verificar-se de igual modo, o crescimento espectacular dos «cogumelos» suburbanos nos concelhos periféricos das duas grandes cidades – a «Grande Lisboa» e o «Grande Porto».

A ausência de infra-estruturas habitacionais, sanitárias ou de transportes para receber esse enorme acréscimo de uma população de fracos recursos económicos, gera um conjunto enorme de problemas como a falta de saneamento básico, degradação das condições de vida, aumento da prostituição e criminalidade.

Mas com a explosão urbanística, ocorreu, igualmente importantíssimas mudanças sociais, culturais e de mentalidade que influenciam decisivamente toda a história do período em causa. A proletarianização nas indústrias de grande parte da população rural chegada às cidades, o nascimento e expansão de um moderno sector de serviços, a alfabetização progressiva, o maior acesso à educação, à cultura e aos meios de informação, as novas formas de sociabilidade – tudo isso, fará da população urbana e suburbana nas principais cidades e nas áreas metropolitanas, sobretudo em Lisboa e nas margens Norte e Sul do Tejo, um agente de intervenção social e política de importância crescente.

Em 1950, a população activa agrícola concentrava quase metade dos activos (48%), enquanto que a indústria transformadora e extractiva concentrava 25% e o comércio concentrava 8%.

3. A Economia

Segundo MATTOSO (1993c), no início da década de 50, por detrás da acção económica do Governo, podem descortinar-se três grandes forças de propósitos nem sempre coincidentes.

Os «neofisiocráticos», com sérios esteios no poder político, mas muito poucos na sociedade civil. Outra, a do lobby agrário, igualmente bem ancorada no Estado, mas ao contrário da anterior, fortemente vinculada a poderosos sectores da sociedade e que era radicalmente adversa a quaisquer sugestões de reforma agrária e por fim a corrente industrialista, formada por indivíduos cujos «interesses», na maior parte se confundiam com os do próprio Estado.



O I Plano de Fomento, do início da década de 50, recebe claramente a participação dos «neofisiocráticos» e a aparente transformação do discurso industrialista em discurso oficial do Estado.

A ideia central do plano é a da necessidade de modernização e industrialização do país, às quais se juntam perante a incapacidade da agricultura acompanhar as exigências crescentes do consumo interno e as da exportação, a hidráulica agrícola, povoamento florestal e colonização interna, entenda-se reforma das estruturas fundiárias.

À margem das querelas teórico-políticas, a economia portuguesa, sofria a sua mais espectacular metamorfose de sempre. O país entrou em fase de crescimento económico auto-sustentado, a sua indústria desenvolveu-se exponencialmente, enquanto que a importância relativa da agricultura decrescia em termos drásticos e definitivos.

Dos anos 50 em diante, Portugal deixou, na realidade de ser «essencialmente agrícola» e a maior parte das suas transformações pouco tiveram a ver com quaisquer medidas de política agrária – que o mesmo não é verdade para as de política industrial.

Nesta década, o disparar da industrialização fica a dever-se em grande parte ao arranque da electrificação e da moderna industrialização. A nova estratégia económica do Estado, encetada no pós II Guerra Mundial, procurando enquadrar coerentemente os grandes objectivos da política económica nos chamados «Planos de Fomento», terá sido o elemento detonador desta significativa evolução, promovendo em obediência às tendências gerais do capitalismo europeu, as condições que viriam a proporcionar um acentuado crescimento do sector industrial nacional.

4. O Governo

O Governo Salazarista era o único órgão com competência legislativa normal, cabendo no entanto à Assembleia Nacional uma competência excepcional, que na prática não era aplicada, cabendo-lhe unicamente o papel fiscalizador e definidor das linhas fundamentais de orientação de carácter político.

Devido à candidaturas oposicionistas à presidência e dos problemas daí resultantes, para o regime Salazarista, como por exemplo aconteceu em 1958, a partir das eleições de 1965⁹³ dá-se o fim da eleição do presidente da República por sufrágio directo, passando o chefe de Estado a ser designado por um colégio eleitoral restrito, composto pelos membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, os representantes municipais de cada distrito ou de cada

⁹³ Para acabar com as campanhas eleitorais cada vez mais problemáticas para o regime, a eleição do Chefe de Estado iria ser alterada na revisão Constitucional de 1959.



província ultramarina e os representantes dos conselhos legislativos das províncias de governo geral e dos conselhos de governo das de governo simples.

Entretanto a Igreja Católica, que desde 1911 com a Lei de Separação do Estado tinha ficado um pouco à parte da vida do país, consegue atenuar um pouco esse facto na revisão Constitucional de 1935, através do reconhecimento da religião e da moral católicas como sendo «tradicionais do país», para efeitos do ensino público, sendo que consegue ainda mais, na revisão de 1951, onde se passa a considerar constitucionalmente o catolicismo como a «religião da nação portuguesa».

Em 1951, a designação de «colónias» é alterada no texto convencional pela de «província ultramarinas», para reforçar o carácter integrador da política colonial, bem como para tentar fugir aos ventos de protesto internacionais, designadamente ao nível das Nações Unidas.

Voltando à Assembleia Nacional, ela tinha-se tornado num grande conselho político nacional, onde se reuniam, sob a fiscalização atenta do Governo as forças da União Nacional, partido único.

O presidente da República que em teoria teria vastos poderes no sistema de «presidencialismo bicéfalo» previsto na Constituição de 1933, na prática encontrava-se completamente esvaziado de poderes, limitando-se a ser uma mera figura decorativa.

O presidente do Conselho de Ministros tomava toda e qualquer decisão política, cabendo unicamente aos ministros uma competência sobretudo administrativa, técnica e executiva.

O governo impedia ainda a prática da liberdade de associação, de expressão e de reunião em todas as suas manifestações.

Uma das principais características da ditadura Salazarista, era além da censura e da regulamentação dos direitos fundamentais, a da reorganização das polícias de carácter político-social herdadas da ditadura militar e da I República.

À semelhança dos outros regimes fascistas, existia em Portugal a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), rebaptizada, em 1945, como Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

5. O Cenário Internacional

Segundo o ponto de vista TEIXEIRA (1999), quando termina a Segunda Guerra Mundial, em 1945 e aparece a Guerra Fria, este facto virá não só a alterar a percepção da ameaça como o próprio quadro estratégico da segurança europeia.



O desequilíbrio de forças militares na Europa e a institucionalização das democracias populares, que o golpe de Praga simbolizou dramaticamente, vêm alterar de forma radical, a percepção da ameaça à segurança europeia. O inimigo virtual que fora a Alemanha Nazi desaparece e o seu lugar é, agora, ocupado pelo inimigo potencial que se prefigura na União Soviética.

Já sob o ponto de vista de Nogueira (1977d), Estaline na URSS, lançava repetidos ataques ao governo português, apoiando claramente a esquerda portuguesa. A propaganda soviética condenava a falta de liberdade de imprensa, de reunião e a não existência livre de Partidos políticos, sendo ainda Salazar acusado do conluio com a Inglaterra e os Estados Unidos.

No plano externo, um problema continuava a preocupar Salazar. O da recuperação das bases dos Açores concedidas aos ingleses e americanos durante a guerra. Perante o seu receio de as perder definitivamente, o governo britânico toma a iniciativa de abandonar a base conforme o previsto nos acordos de guerra.

De Washington, o embaixador português, informa o seu conhecimento de um grandioso projecto americano ainda secretíssimo – uma aliança tripartida – Portugal, Estados Unidos, Inglaterra, para cobertura e defesa de todo o Atlântico. Para o efeito, seriam consideradas todas as posições estratégicas portuguesas, quer a norte, quer a sul, auxiliando ainda Washington massivamente a ampliação e o rearmamento das Forças Armadas de Portugal.

Salazar, perplexo e com receio do expansionismo e do chamar a si das amizades e alianças do governo britânico por parte dos americanos, não sabe que por iniciativa destes últimos a Grã-Bretanha adia a sua retirada dos Açores.

A admissão de Portugal nas Nações Unidas, acabadas de criar, não preocupa Salazar, pois esta não lhe merece crédito, nem se lhe afigura que venha a ser eficaz ou benéfica, perante no entanto, a insistência americana desejosa de assumir a preponderância nesse organismo, de que Portugal apresentasse a sua proposta de adesão.

Finalmente a 30 de Maio de 1946, é firmado com americanos e ingleses um acordo para devolver as bases de Santa Maria e das Lages à administração portuguesa.

Enquanto se processam estas negociações, estes dois países reiteram o seu empenho na admissão de Portugal às Nações Unidas, pois sentiam a urgência no reforço, perante a agressividade soviética, da posição dos países ocidentais na ONU, prometendo pôr em jogo a sua capacidade de manobra política e prestígio, perante o veto mais que provável da União Soviética.



Finalmente, Portugal manda apresentar o pedido de ingresso em Nova Iorque a 3 de Agosto de 1946, mas a que como já se esperava se opôs vetando, a União Soviética e também a Polónia.

Entretanto a defesa colectiva da Europa, continuava na ordem do dia, e os Estados Unidos são autorizados pelo congresso a saírem do continente americano, em tempo de paz, numa coligação político-militar, para prevenir qualquer agressão ao ocidente. Desde esse momento, iniciam-se as negociações entre os cinco países europeus já aliados no Pacto de Bruxelas⁹⁴ - Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo – os Estados Unidos e Canadá.

É preparado então um projecto multilateral, com a designação de Pacto do Atlântico. No preâmbulo, estabelece-se a intenção de proteger, pela força se necessário, os regimes democráticos ocidentais. Em caso de ameaça, que será declarada pelo país ameaçado, os Estados signatários, consultar-se-ão.

Os promotores deste Pacto convidam para serem co-signatários, a Noruega, a Dinamarca, a Islândia, a Itália e Portugal. Portugal surpreso perante o convite, fica indeciso. Concorde na generalidade, mas não com a alusão à Carta da ONU e a profissão de defesa das ideias democráticas, sendo que muitas disposições constantes nessa Carta, poderiam dar-lhe problemas no futuro, em especial com as colónias.

Para mais, a Espanha não tinha sido convidada, pondo inclusive em causa o Pacto Peninsular entre os dois países.

Cancela de Abreu e em especial Santos Costa, Ministro da Guerra e um dos “duros” do regime, são de opinião favorável à assinatura do Tratado.

E é assim que no dia 4 de Abril de 1949, em cerimónia presidida pelo presidente americano, Truman, Caeiro da Motta, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em representação de Portugal assina o Pacto do Atlântico. Portugal tornava-se assim membro da maior coligação política e militar dos tempos de paz.

Duas perguntas se poderão colocar nesta altura: **Porquê o convite a Portugal?** A resposta a esta questão é de natureza geopolítica e geoestratégica, estando na base da própria instituição do novo sistema de segurança mundial. Construído em dois pilares, o americano e o europeu, precisava todavia para que o sistema funcionasse, não só da protecção dos flancos norte e sul mas, fundamentalmente, a articulação entre a frente e a retaguarda. Portugal, mais propriamente os Açores conferiam desta forma um valor estratégico acrescentado, revelando-se indispensável no decorrer da Guerra Fria.

⁹⁴ O Tratado de Bruxelas, associa ao Tratado de Dunquerque, assinado entre a França e a Inglaterra em 1947, contra a ameaça Nazi, os países do Benelux, fundando desta forma a União Ocidental.



Porquê a aceitação do convite a Portugal? A razão embora seja de ordem diversa e complexa, prende-se sobretudo com a pouca margem de manobra da política externa portuguesa e dos receios comunistas de Salazar.

6. O Exército

6.1 A Reorganização do Exército de 1937

A partir de 1926, tinham-se já industrializado os diversos estabelecimentos produtores do Exército, como as Fábricas de Equipamentos e Arreios, de Cartuchame e Pólvoras Químicas, de Pólvoras físicas e Artífícios, de Munições de Artilharia, Armamento e Viaturas, Oficinas Gerais do Material Automóvel e do Aeronáutico, Farmácia Central do Exército, Manutenção Militar, Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado e Serviço Gráfico do Exército.

Com a eclosão da II Grande Guerra, o Exército começa a ser rearmado com diverso material, como o material alemão (as Espingardas Mauser 7.9, Metralhadoras pesadas e ligeiras e Obuses 10,5 e 15cm), o material de Artilharia inglês (obuses 8.8, 11.4 e 14 cm), Metralhadoras ligeiras e Carros Bern e Obuses italianos de montanha 7.5 M/43. As Baterias de Artilharia de Costa de 5.7, 15.2 e 23.4 cm para a defesa de Lisboa e Setúbal, são instaladas.

Da Lei 1960 e 1961, são de salientar, entre outros, os seguintes aspectos inovadores:

- Para exercer o comando efectivo do Exército, em campanha, era reformulada a função de Major-General do Exército, que se tornava assim a primeira figura da hierarquia do Exército, pois o Chefe do Estado-Maior, era, nessa época, «apenas» Chefe do Estado-Maior do Ministério da Guerra, estando fora da cadeia de comando. Os comandantes das Regiões Militares subordinavam-se em tempo de paz, directamente ao Ministro da Guerra;
- Criava-se um Comando-Geral da Aeronáutica Militar, que, tal como as Regiões Militares, ficava na dependência directa do Ministro da Guerra;
- Consagrava-se a existência da Legião Portuguesa como componente da estrutura militar. Em tempo de guerra dependeria, para efeitos de emprego, do Ministério da Guerra. Em tempo de paz, a Legião podia, também, ser colocada na dependência do mesmo Ministério «para efeito da manutenção de paz e ordem públicas» ou para tomar parte em exercícios (MARTELO, 1999);
- O território metropolitano ficava dividido em cinco regiões no continente e dois comandos militares nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.
- Ao nível do Exército de campanha é pela primeira estipulado o significado de:



- Forças militares em operações;
 - Tropas;
 - Grandes Unidades;
 - Destacamento misto;
 - Comandante em Chefe;
 - Carta de Comando;
 - Comandante em Chefe dos Exércitos.
- A grande unidade fundamental era sob o ponto de vista tático a Divisão e sob o ponto de vista estratégico e de serviço, o Exército.
- Em relação à organização das Tropas em tempo de paz, ela compreendia:
- Unidades de fronteira, organizadas segundo o tipo das unidades de campanha, constituídas com efectivos, e armas, equipadas e instruídas em condições de poderem entrar imediatamente em acção e de assegurarem a guarda e vigilância dos pontos vitais do território nacional e especialmente das fronteiras;
 - Unidades de linha, organizadas parte em quadros e parte em efectivos, e armadas, equipadas e instruídas em condições de poderem actuar dentro de reduzido número de dias. As unidades de linha, agrupavam-se em 4 Divisões, Tropas e Serviços do Exército e serviços de comando em chefe, e unidades e formações de tropas não endivisionadas.

No que toca à Lei 1961, merece atenção especial o estabelecimento da preparação militar da juventude, abrangendo os indivíduos do sexo masculino com idades entre os 7 e os 18 anos de idade (1º escalão) e dos 18 anos até à incorporação (2º escalão), confiada à Mocidade Portuguesa.

A duração total do serviço militar nas tropas activas compreendia normalmente o tempo destinado à instrução que não deveria exceder os 4 meses, um ano de serviço no quadro permanente e cinco anos na situação de disponibilidade.

O Exército passava a contar então com cerca de 30 000 homens, tendo sido efectuados uma redução no número de oficiais subalternos, pois o tempo de permanência nesses postos podia chegar até aos 9 anos. É também criado o Corpo de Estado-Maior.

6.2 A Adesão à NATO

A adesão à NATO apresentou um vasto conjunto de benefícios, que tiveram uma tal abrangência que permitiu reestruturar o Exército Português.



De igual forma, irão ser profundamente alteradas pela nossa entrada na organização internacional, variadíssimos domínios, como a organização superior do Exército, infra-estruturas, organização das unidades, equipamento, doutrina, instrução e treino e mentalidades dos quadros. Iria surgir nesta fase a chamada “geração NATO”, verdadeiro movimento de baixo para cima, que ajudou a promover um conjunto de jovens oficiais, “motivados pelas novas perspectivas de realização profissional que se abriam” (MDN, 1999, 199), revelando uma abertura de espírito a novas ideias e métodos, tentando dessa forma alterar e melhorar a organização onde estavam inseridos.

A base de todo o processo de adesão, foi a definição dos compromissos a assumir pelo nosso país para com a Aliança. Esses compromissos são escalpelizados na Directiva do Ministro da Defesa Santos Costa em 1951, conhecida como “O esforço militar Português”.

O compromisso inicial era criar, em caso de guerra, cerca de dez Divisões: o equivalente a duas para Portugal continental; três para a defesa dos Pirinéus; e cinco para a NATO, tendo cada Divisão um efectivo aproximado de 20 000 homens.

Este desiderato, revelava bem o atraso do conhecimento militar reinante na altura em Portugal, pois a verdadeira dimensão e tudo o que implicava o levantamento de uma Divisão de Infantaria “tipo Americano” só se começou a aperceber aquando do início do trabalho nos seus quadros orgânicos, levando a que o nosso compromisso com a Aliança fosse diminuindo gradualmente até chegar a uma Divisão – a 3ª Divisão ou a Divisão Nun’Álvares.

Os organismos, que monitorizavam e controlavam tudo o que estava a ser feito em resultado da nossa adesão à NATO, eram o Military Assistance Advisory Group (MAAG) com a missão de avaliar as nossas necessidades em material e verificar o modo como esse material estava a ser empregue e mantido, bem como a partir de 1953 a missão SHAPE, junto do Secretariado Geral de Defesa Nacional, com a missão de canalizar elementos de doutrina para a formação de quadros e para a realização de exercícios.

A partir de 1952, o material americano começou a chegar a um ritmo nunca visto, compreendendo materiais de Artilharia, de transportes, sanitário, de transmissões, de engenharia (pontes), carros de combate e variado tipo de viaturas. Grande parte deste material tinha de ficar em depósito, pois não existia pessoal habilitado a lidar e operar com ele.

O levantamento desta Divisão, vai dar origem à criação de novas Armas e Serviços e corpos de tropas. “Surgem assim: o Serviço de Material, inicialmente organizado, essencialmente, com os engenheiros fabris e outros quadros do que fora chamada “artilharia a pé”; a CHERET; a Polícia Militar que, nas sedes das Regiões Militares, vem progressivamente



a substituir as tradicionais “rondas de unidade”; bastante mais tarde, a Arma de Transmissões, essencialmente ao nível dos quadros, por cisão da Arma de Engenharia” (COUTO, 1999, 19).

O levantamento e manutenção em condições de prontidão e operacionalidade, implica a existência de uma área para instrução e treino em condições tão próximas das reais quanto possível, com a possibilidade de execução de fogos reais, tanto em carreiras de tiro como em simultâneo com os movimentos tácticos das unidades.

Surge assim o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, onde durante seis anos se realizaram os exercícios da Divisão NATO. A sua concepção inovadora, pela racionalização da sua implantação, pela leveza, sobriedade, economia e funcionalidade, permitiram, que ainda hoje 50 anos depois da sua construção, continue a ser o paradigma da grande unidade inter-armas, com todas as condições necessárias à instalação e aprontamento de uma grande unidade como um todo.

O ano de 1954, marca o início do melhoramento e sistematização de uma instrução planeada, com objectivos perfeitamente definidos, sendo de realçar a execução de exercícios de Postos de Comando (CPX) no terreno, com o intuito de dar aos comandos e aos Estados-Maiores uma melhor preparação para as tarefas que teriam de desempenhar. No IAEM é criado o designado curso dos “S”, que visava a formação dos Oficiais de Estado-Maior das unidades de escalão Batalhão, Grupo e Regimentos, para uniformização dos procedimentos de trabalho.

Foram elaborados pela primeira vez em Portugal com todo o pormenor e objectividade, os chamados Quadros Orgânicos Militares relativos a todas as unidades e sub-unidades da 3ª DI. Ao nível do equipamento, o Exército recebe tipos de material e equipamento que nunca possuía. Veio permitir manobrar pela primeira vez em “todo o terreno”, incluindo a transposição de obstáculos apreciáveis. Entre os materiais e equipamentos contam-se o Jeep de ¼ Ton, de ¾ Ton (o Jipão) e de 2,5 Ton., Carros de Combate, o lança granadas (bazuca), os rádios de cristais e pré-sintonia, equipamento de engenharia para abertura e conservação de itinerários, pontes, os grandes autotanques de combustíveis, os atrelados-oficina do Serviço de Material, as tendas de campanha, redes de camuflagem, entre outros.

O quadro de modernização vai, reflectir-se a todos os domínios de instrução e treino. Introduzem-se de forma generalizada os processos audiovisuais, sob a forma de quadros parietais e dos “filmes de instrução”, de transparências, modelos em corte e simuladores. A organização e o planeamento da instrução, leva à criação de uma nova Repartição e de uma Direcção no EME, à revalorização das Repartições de Instrução das Direcções das Armas e Serviços.



A influência da NATO reflectiu-se também no treino. Além de um desenvolvimento crescente de exercícios conjuntos entre os três ramos e dos tradicionais exercícios das unidades, passaram a realizar-se no CIMSM, as chamadas “manobras anuais” as quais tinham a duração de um mês, e iam desde a formação elementar até ao escalão Divisionário.

As manobras de 1958 foram, na época, as últimas que se realizaram em Santa Margarida, tendo sido também a última vez que a 3ª Divisão actuou como um todo (MDN, 1999).

6.3 A Reorganização do Exército de 1960

Depois da verdadeira “revolução” provocada pela NATO, tinha-se chegado à altura de colocar em legislação diferentes estudos que se vinham processando no Estado Maior do Exército.

Os dois Diplomas mais importantes foram:

- Organização Geral do Ministério do Exército;
- Organização Territorial.

Na Organização Geral do Ministério do Exército – DL 42 564 de 19 de Novembro de 1960, reafirma-se a necessidade da sua reestruturação, em virtude do mesmo não ter sido alterado desde 1929 e também face à criação do Departamento da Defesa Nacional e do Subsecretário de Estado da Aeronáutica e ainda face à profunda remodelação do Ministério da Marinha.

Em relação à Organização Territorial, o DL 43 351 de 24 de Novembro de 1960, revoga a organização territorial anterior que datava de 1937, e no seguimento da publicação do DL 42 184, estabelecia novas prescrições legais sobre este importantíssima problema, definindo as normas gerais da sua estrutura e funcionamento.

Neste Diploma são extintos a 2ª e 4ª Regiões Militares, ficando o país, com a excepção da GML, dividido apenas em duas Regiões Militares: uma a norte e outra a sul.

Esta organização, não teve porém uma duração longa, pois, em 16 de Fevereiro de 1962, foi revogada, tendo-se reactivado a Região Militar de Évora.

Esta última alteração, em resultado da aplicação do DL 43 351, vai também conduzir a uma sensível alteração do número, designação, localização e composição das unidades e estabelecimentos do Exército.

Através de uma circular (34/OR de 17 de Janeiro de 1961) a 3ª Rep/EME, estabeleceu provisoriamente para todas as unidades do continente:

- as suas funções gerais;
- os seus QOTP;



Segundo as suas funções principais, as unidades do continente deveriam ser classificadas, fundamentalmente em três categorias:

- Centros de Instrução
 - Básicos (CIB);
 - Especiais (CIE);
- Unidades Operacionais (UOp)

Não foi possível, porém, por razões diversas, classificar nitidamente cada uma das unidades do continente numa daquelas categorias; houve, pelo contrário, que dar a certas unidades, cumulativamente, funções de Centros de Instrução e de Unidade Operacional.

O esquema geral da organização estabelecida para todas as unidades foi a seguinte:

- A – Comando;
- B – Serviço de Instrução;
- C – Serviço de Administração;
- D – Unidades de Mobilização;
- E – Unidade Operacional;

Citam-se ainda alguns dos principais diplomas em estudo à data no EME e que faziam parte da reestruturação do Exército:

- Reorganização das Escolas Práticas;
- Reorganização do Serviço de Saúde;
- Serviço de Material;
- Serviço de Preboste e Polícia Militar;
- Serviço Mecanográfico do Exército;
- Formação e Preparação dos QP;
- Estatuto do Oficial e do Sargento;
- Lei de quadros e efectivos;
- Recrutamento e Serviço Militar;
- Recrutamento e preparação do pessoal especialista do Exército;
- Actividades educacionais do Exército;
- Regulamento Geral do Serviço do Exército;
- Plano de Uniformes.

É de facto notável a quantidade de diplomas em estudo e preparação dizendo respeito aos mais variados assuntos. Embora, a grande maioria, dissesse respeito ao campo da organização, também a instrução, a logística e a mobilização estavam contempladas.



“Notável também a tentativa de coordenação realizada pelo Ministro. Nunca tínhamos assistido da parte de um Ministro, a um conhecimento tão profundo de todos os problemas, à preocupação de que os mesmos fossem estudados, apreciados e discutidos, pelos respectivos responsáveis através de reuniões, à mesma mesa, das diferentes entidades encarregadas da sua concretização, para que estas tivessem um conhecimento mútuo desses mesmos problemas e pudessem avaliar a maneira como cada uma delas poderia interferir no âmbito daqueles que a cada um competia.

... Mais uma vez, no entanto verifica-se a importância e prioridade de que se estavam a revestir os problemas relacionados com o ultramar, o qual, passados que foram apenas cerca de três meses, viria a absorver a completa atenção e a totalidade das disponibilidades, atirando mais uma vez para um plano secundário todos os projectos - que se podem considerar de grande importância e vastidão – de uma reorganização que estava a começar a ser implementada” (EME, 1998, 325-326).

7. As figuras

7.1 Santos Costa

Nascido em 19 de Dezembro de 1899, no Concelho de Mangualde, alistou-se como voluntário em 16 de Agosto de 1917 na Escola do Exército. É, neste mesmo ano um dos apoiantes e participante no movimento militar de “5 de Dezembro” de 1917, que levou ao poder o Major Sidónio Pais e instaurou a ditadura sidonista.

Manifestava já aqui a sua apetência para apoiar perspectivas ideológicas de cariz autoritário. Um ano depois, em 1918, foi promovido a Alferes, em 30 de Setembro. Toma por esta altura parte no movimento revolucionário monárquico que a partir de Castro Daire, procura reimplantar a monarquia. Esta tomada de posição, iria marcar toda a sua carreira política em termos ideológicos, pois que será sucessivamente apontado quer por amigos quer por inimigos, como sendo um dos elementos da facção monárquica dentro do regime. Foi promovido a Tenente a 16 de Setembro de 1922 e a Capitão a 11 de Fevereiro de 1933.



Acabado o Curso de Estado-Maior, ficou a aguardar a promoção a Major, sendo transferido no entanto para Coimbra, em virtude da Escola do Exército se encontrar superlotada. É neste período que viria a conhecer Salazar, seu professor de Economia Política. Seria um dos grandes apoiantes de Salazar e do regime saído da Constituição de 1933, sendo até por alguns



acusado, de ser um apoiante de Hitler e simpatizante do nacional socialismo, pelo que viria a ter alguns problemas no final da guerra, com os americanos.

A 13 de Maio de 1936, foi nomeado Subsecretário de Estado da Guerra, e possibilitou a política salazarista de controle do poder militar. Com efeito “o regime foi consolidando o seu poder sobre as Forças Armadas. O artífice desta manobra foi o General Fernando Santos Costa, que esteve no governo durante 22 anos. A ele se deveu a implacável depuração de Exército que não atingiu só a oficialidade republicana, mas principalmente os sargentos, que tinham sido o braço armado da República”⁹⁵.

A 6 de Setembro de 1944, foi exonerado do cargo de Subsecretário de Estado, para ser admitido às provas de selecção para a promoção por escolha. Foi promovido a Major, e de seguida a Tenente Coronel. A 20 de Outubro de 1945, foi nomeado Ministro da Guerra.

Em 1950, foi exonerado de Ministro da Guerra e nomeado Ministro da Defesa Nacional e interino do Exército.

A 21 de Julho de 1952, foi nomeado membro vitalício do Conselho de Estado e promovido a 7 de Janeiro de 1953, a Coronel. Nomeado Ministro da Marinha interino em Novembro de 1953, foi exonerado em 18 de Dezembro desse mesmo ano.

A 14 de Agosto de 1958, foi afastado definitivamente do poder, por Oliveira Salazar, ao ser exonerado do cargo de Ministro da Defesa Nacional.

Viria a falecer, no posto de General, em 1982.

A acção do General Fernando Santos Costa, começou a fazer-se sentir em termos políticos, através do elo que foi estabelecendo entre Salazar e as Forças Armadas, assumindo-se como um técnico militar e como um político, ao iniciar uma série de reformas que passavam pela diminuição dos vencimentos dos militares e pela reforma antecipada de grande número de oficiais, culminando na reforma militar de 1937.

Com a ajuda de Santos Costa, Salazar leva a bom porto a sua missão fundamental: submeter as Forças Armadas ao poder político, controlando-as e instrumentalizando-as na totalidade. Deste modo, Santos Costa e Salazar vão reduzir a importância e o peso do corpo de oficiais. É assim, que Salazar, depois do General Domingos de Oliveira perante o Presidente da República, ter manifestado as preocupações militares face aos vencimentos e outros direitos, não satisfaz tais reivindicações, levando o General então governador militar de Lisboa, a pedir a demissão, aproveitada para promover outras alterações no seio das Forças Armadas.

⁹⁵ Cervelló, Josep Sanchez, *A revolução portuguesa*, citado por CAEIRO (1997).



A legitimidade do Estado Novo, ia assentando em grande parte na instituição militar, que também era o seu garante.

Por último, Santos Costa, prova que a elite militar, quando procurou a conquista do poder o fez, mais em função de benefícios próprios ou do sistema em que se inseria, e menos em função da organização, que afirmava servir (CAEIRO, 1997).

7.2 Salazar

António de Oliveira Salazar, nasceu em Santa Comba Dão (Viseu) a 28 de Abril de 1889, sendo o filho mais novo, nascido após quatro irmãs. Aos dez anos fez o exame de 2º grau da instrução primária e um ano depois, matricularam-no no seminário de Viseu, onde continuou os estudos, até findar com distinção, em 1908, o terceiro ano do curso de Teologia.

Não sentindo vocação para o sacerdócio, resolve deixar o seminário, tendo-se empregado no Colégio da Via Sacra em Viseu, tendo aí leccionado durante dois anos, enquanto repetia os exames do curso secundário, que terminou em Julho de 1910.



Matriculou-se de seguida na Universidade de Coimbra, e ali se formou em Direito, tendo também frequentado na Faculdade de Letras as cadeiras de Língua e Literatura Inglesa e o Curso Prático de Inglês.

No Centro Académico da Democracia Cristã, viria a estabelecer amizade com outros estudantes que viriam a ser também figuras de relevo na sociedade portuguesa. Entre eles é de destacar o padre Manuel Gonçalves Cerejeira, que se formou em Letras e cursou Direito, ascendendo a professor na Faculdade de Letras, onde ensinaria até ser sagrado bispo e vir para Lisboa, cuja Sé Patriarcal lhe seria mais tarde confiada.

Entretanto, Salazar, uma vez concluído o curso de Direito com a classificação de 19 valores, entrou logo em funções docentes. Em 28 de Abril de 1917 tomou posse do cargo de assistente de ciências económicas. Um ano depois era-lhe conferido o grau de doutor.

Logo durante o consulado de Sidónio Pais, é referido que terá sido sondado sobre a possibilidade de ocupar a pasta das finanças, ao que terá recusado alegando que não se sentia ainda suficientemente preparado para poder aceitar tal encargo.

Em 1926, após o movimento militar de 28 de Maio, Salazar foi novamente escolhido para a pasta das finanças, e depois de muita pressão, resolve aceitar, tendo no entanto entregue a pasta



uma semana depois, perante a agudização do conflito entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.

Durante perto de dois anos, limita-se a escrever alguns artigos sobre matéria financeira no diário «Novidades». O pedido de empréstimo de 12 milhões de libras feito pelo governo da ditadura militar à Sociedade das Nações no final de 1927, destinado ao saneamento da moeda e das finanças públicas e ao desenvolvimento económico do país, que embora não fosse directamente recusado por Salazar, este apontava nos seus escritos públicos que primeiro dever-se-ia proceder ao equilíbrio orçamental e ao saneamento da moeda.

Em breve volta a ser chamado ao governo, como salvador providencial. Ao aceitar o cargo impõe as suas condições. Rapidamente controla não apenas as finanças mas a política do governo. Em 1932, assume o cargo de Presidente do Conselho, lugar em que se manteve até a doença o incapacitar em 6 de Setembro de 1968, altura em que Marcelo Caetano assume as funções governativas. Originário de uma família camponesa pobre e de rígida formação católica, revelou-se extremamente conservador, retrógrado e autoritário em política. Combateu ferozmente todas as formas de oposição ou de liberalização e não cedeu à pressão dos movimentos de libertação das colónias nem das Nações Unidas no sentido de Portugal adoptar um comportamento que acompanhasse a evolução política mundial, pondo fim ao seu império colonial. Salazar veio a morrer a 27 de Julho de 1970 (UC, 2003).

“Havia morrido um homem de génio. Rompera as coordenadas do seu tempo; à realidade que encontrou quando interveio na vida acrescentara uma outra de sua lavra; e nessa vida que viveu estivera acima dos homens como os outros. Fora aluno muito além do comum: as marcas que recebia cedo foram augúrio de altos destinos académicos. Fora professor de excepção: para escutar as suas aulas congregam-se escolares de muitas faculdades e de além de Coimbra: e as suas lições fazem escola e delimitam uma época. Fora um escritor, e com direito a lugar eminente na história da literatura portuguesa... escritor político que transforma o vocabulário do povo num discurso intelectualizado, culto sem cultismo ou erudição, nobre no seu estilo... forte na sua comunicabilidade e ressonância. Fora governante, homem de Estado: controverso, fonte permanente de debate e polémica, inspirador de sentimentos extremos: alguns homens estavam prontos a dar a vida por devoção a Salazar, alguns homens estavam prontos a sacrificá-la por ódio a Salazar: mas uns e outros não discutiam o poder da sua vontade, a sua competência, a sua lucidez, a sua honestidade pessoal, a altura da sua inteligência, a sua consciência do Estado, o seu sentido de serviço público, e o seu portuguesismo medular, incondicional, cego, intransigente” (NOGUEIRA, 1977f, 445,446).



Apêndice E

REORGANIZAÇÃO DE 1993 – ASPECTOS ENVOLVENTES

1. Antecedentes

A guerra colonial que se iniciou em 1961 e que teve o seu término, pouco tempo após o 25 de Abril de 1974, encerrou um ciclo da nossa presença em África, constituindo o facto mais relevante da nossa história no século XX, tanto na óptica da expansão quinhentista como nas suas implicações para Portugal e os países africanos que conquistaram a independência.

Resistindo aos ventos de mudança da década de 60 que apelavam à descolonização em África, o Governo português, porém, argumentando que as suas possessões africanas gozavam de um estatuto específico, mostra-se intransigente quanto à aceitação do princípio de autonomia. Considera-as províncias ultramarinas e, portanto, territórios não envolvidos no conceito de colónias, configurando um além-mar português integrado num corpo nacional «uno, indivisível e plurinacional».

Os assaltos a estabelecimentos prisionais de Luanda, ocorridos a 4 de Fevereiro de 1961, a vaga de morticínios, perpetrados na região dos Dembos, obriga o Governo de Lisboa a reagir militarmente.

De início, alimentou-se a expectativa de que a pacificação não tardaria em Angola. Porém, ao invés, assiste-se não só ao alargamento conflitual nesta área, com o eclodir de conflitos na Guiné-Bissau e em Moçambique.

Ainda durante o ano de 1961, tropas da União Indiana ocupam Goa, Damão e Diu. Treze anos de guerra, três teatros de operações a milhares de quilómetros de distância uns dos outros e do território metropolitano, fizeram com que se assistisse a um dos maiores esforços de mobilização que Portugal já conheceu, atingindo o seu auge em 1973 com cerca de 150 000 soldados mobilizados para os territórios ultramarinos. Foi um esforço enorme, que deixou o país exangue e milhares de famílias destroçadas⁹⁶.

Os oficiais do quadro permanente cada vez em menor número para as necessidades eram substituídos pelos oficiais milicianos e foi a tentativa de os fazer passar ao quadro permanente, unicamente com um “refrescamento” de dois semestres na Academia Militar, que fez pela primeira vez, reunir-se um grupo de oficiais em protesto, que foi afinal o embrião para o que havia de acontecer em Abril de 1974.

⁹⁶ Foram registados cerca de 8 200 mortos e 30 000 feridos.



O 25 de Abril foi assim fruto de uma operação planeada e executada por militares, sem qualquer articulação ou subordinação a forças partidárias civis.

A difusão de duas canções – E depois do Adeus, às 22 horas e 55 minutos da véspera, e Grândola Vila Morena, às 0 horas e 25 minutos do próprio dia 25 de Abril confirmaria a operação «Fim de Regime».

Ao longo desse dia, eram ocupados em Lisboa, a RTP, o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, o QG/GML, o aeroporto, o Terreiro do Paço e por último o largo do Carmo, onde Marcelo Caetano se tinha refugiado no Quartel do Carmo.

Assiste-se de seguida, e num primeiro momento à efectiva liderança do processo político pelos militares e à confrontação interna em que mergulham, divididos entre Spínola e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Num segundo momento, após o 28 de Setembro, é clara a tentativa da parte do Partido Comunista Português (PCP) e dos seus aliados no MFA de começarem a liderar o processo político em estreita simbiose, despertando a reacção do Partido Socialista (PS) e as primeiras desconfianças dos moderados, que se avolumam ainda mais após o 11 de Março e sobretudo no 1º Maio de 1975.

Por último, numa 3ª fase, com o 25 de Novembro, assiste-se ao início da dinâmica de atenuação da tutela militar sobre o processo político, com a necessária subida das forças políticas civis nos órgãos do poder.

«Entretanto o MFA é institucionalizado com a criação do Conselho da Revolução. Os Governos provisórios passavam a funcionar como uma espécie de comissão executiva do Conselho da Revolução, a quem competiam as principais orientações e deliberações.

A 2 de Abril de 1976, era finalmente aprovada a nova Constituição, estabelecendo uma democracia pluralista semipresidencialista, e a 23 de Julho do mesmo ano tomava posse o I Governo Constitucional.

Na revisão constitucional de 1982, põe-se termo ao período de transição previsto na plataforma de acordo celebrada entre o MFA e os partidos políticos. O essencial da revisão constitucional residiu na diminuição dos poderes de iniciativa institucional do presidente da República (nomeação e demissão do primeiro-ministro e dos chefes militares), na extinção do Conselho da Revolução e da distribuição das suas funções por diversos órgãos – Conselho de Estado, Tribunal Constitucional, Governo e Assembleia da República.

Entretanto e depois de oito anos de persistentes esforços, é assinado o Tratado de Adesão à CEE a 12 de Junho de 1985. Em 1991, a 28 de Outubro, Cavaco Silva anuncia a constituição do XII Governo Constitucional (REIS, 1994).



2. A População

Segundo REIS (1994), a população em 1991 atingia o número de 9 862 670. O pós 25 de Abril de 1974, caracterizou-se numa 1ª fase pelo regresso dos nacionais das ex-colónias portuguesas⁹⁷, até aos primeiros meses de 1976, fazendo com que o crescimento populacional tivesse um fortíssimo aumento.

Desde meados de 1976, os crescimentos anuais são cada vez menos expressivos devido ao declínio da fecundidade, sendo ainda a década de 90, marcada pela estagnação do crescimento.

Tem-se assistido como que uma desertificação em todo o interior continental, penetrando esse fenómeno até ao litoral em algumas regiões. A sua consequência, mais palpável, revela-se ao nível do envelhecimento da população.

Em relação às transformações sociais em curso no final do século são, a um tempo, aceleradas e indecisas quanto às suas configurações futuras. Boa parte desse futuro escreve-se, a partir de dinâmicas que ultrapassam claramente as fronteiras nacionais.

Acompanhando a redistribuição global dos sectores económicos, vai-se desenvolvendo a reestruturação multifacetada das exigências de qualificação, das características e dos pesos relativos das actividades profissionais. As variações quantitativas mais significativas, para a baixa, são, como era de esperar, as que afectam os trabalhadores da agricultura e da pesca. Para a alta, em contrapartida, são as que, por um lado, dizem respeito a directores e quadros dirigentes e, por outro, a profissionais intelectuais, científicos e técnicos.

Concentrando-nos unicamente na distribuição geográfica da população, o que mais se destaca, é o facto de, dos anos 60 em diante, se terem reforçado significativamente as principais assimetrias regionais. A litoralização e a urbanização aumentaram fortemente, ao passo que as zonas interiores do País viram agravar-se o seu isolamento e desertificação.

De notar que a emigração continua a assumir, em períodos mais recentes, dimensões significativas.

Outro aspecto fundamental para compreender a recomposição da estrutura social portuguesa ao longo das últimas décadas é o que se prende com a evolução dos níveis de escolaridade. O sistema de ensino e as competências por ele transmitidas vêm desempenhando um papel de importância sempre crescente na dinâmica das sociedades modernas.

Do ponto de vista da redistribuição da população activa pelos grandes sectores em que é normal subdividir-se a actividade económica, assistiu-se igualmente a uma profunda transformação.

⁹⁷ Calcula-se que tenham regressado a Portugal cerca de 500 000 nacionais.



Em 1991, a agricultura, pouco passava dos 10%. Em sentido inverso, a ocupação profissional no sector dos serviços veio sempre a aumentar, representando à data já mais de metade dos activos. Quanto ao sector industrial, a proporção daqueles que aí trabalhavam aumentou nas décadas de 60 e 70, tendo começado a verificar-se uma diminuição do seu peso relativo a partir dos anos 80.

3. A Economia

Segundo o ponto de vista de REIS (1994), a revolução de 25 de Abril de 1974, provocou transformações decisivas na estrutura e nas políticas económicas de Portugal. A adesão à Comunidade Europeia, concretizou um mito de expansão, substitutivo do ultramar, ao qual se agarrou a grande maioria da sociedade portuguesa.

O País reencontrou, neste novo espaço, Eldorado que julgou real, vários velhos conhecidos: mais uma fonte de riqueza oriunda do exterior – a «Europa»; uma terceira versão da política das infra-estruturas – saneamento básico, estradas, telecomunicações, alguns grandes projectos de investimento público – como conteúdo essencial de um «reformismo modernizador»; um poder forte, centralizado e agregador de um rígido bloco situacionista, controlado por um partido dominante.

Integrado na Comunidade Europeia (CE), a economia portuguesa – pequena, aberta e dependente evolui cada vez mais, em sincronia com a economia internacional.

A revisão constitucional de 1989, representou sem dúvida o ponto de viragem do modelo constitucional de regime económico num sentido liberalizante. Fulcral foi ainda a abertura à privatização das empresas nacionalizadas.

Por outro lado, um dos aspectos mais evidentes do desenvolvimento, foi a expansão do investimento. É assim que se assiste ao lançamento de investimentos muito importantes, no sector das infra-estruturas, nomeadamente transportes e comunicações, que têm como exemplo típico as auto-estradas, mas que vão muito mais para além disso ao nível da modernização da infra-estrutura material, transportes e comunicações.

Em relação à reforma fiscal – decisão política como evidentemente haveria de ser – afastou-se, em pontos importantes, de propostas da comissão técnica encarregada da sua elaboração, marcando assim no meio de críticas as definições dos escalões e a fixação de taxas – progressivas e bastante elevadas para níveis de rendimentos relativamente baixos.

Este período, se pode duvidar-se de que efectivamente tenha tido uma perspectiva nova e de médio ou longo prazo sobre o desenvolvimento nacional no novo contexto europeu, não



deixou, todavia, de ser muito fértil em reformas, por via de regra exigidas pela integração na CE, em virtude de um zelo comunitário muitas vezes discutido.

O aspecto evidente que mais se privilegiou na política comunitária foi o acesso aos fundos estruturais, tendo Portugal sido desde logo o principal beneficiário da reforma dos fundos estruturais de 1988 e, de novo, sendo um dos principais beneficiários do «pacote» Delors II e do funcionamento do Fundo de Coesão e da nova reforma implícita dos fundos estruturais para o período posterior a 1994.

A quase trinta anos do 25 de Abril, sentimos dúvidas sobre o real percurso da economia portuguesa transviada pelos caminhos batidos do «fomento material» ou pelas rotas aventureiras da «utopia pobre». Projectos como o do Alqueva e o da Expo 98 colocam de novo a dúvida sobre as reais prioridades do desenvolvimento económico nacional.

4. O Governo

“... É por força dessa evolução que, 20 anos depois do 25 de Abril, os problemas maiores parecem, em matéria de constituição, lei e justiça, cada vez mais similares aos dos demais Estados empenhados na construção de uma União Europeia, no incerto quadro emergente do fim da guerra fria” (REIS, 1994, 114).

Entre 1974 e 1994, Portugal consumiu com êxito uma dupla e difícil transição histórica. Do Estado Novo à construção da União Europeia, operou-se a extinção da ordem jurídica e política erigida pela ditadura e foram criadas condições para a edificação de um sistema democrático, nomeadamente a seguir à revisão da Constituição de 1986, através da qual Portugal passou a assumir no quadro de uma comunidade de Estados, opções que ao longo de 800 anos haviam sido da exclusiva competência de órgãos de soberania nacionais.

O sistema de governo português é semipresidencialista, baseado na coexistência entre o presidente da República (eleito directamente pelos cidadãos, com significativos poderes de moderação, mas não chefe do Executivo, desprovido de competências de intervenção governativa), a Assembleia da República (emergente da representação proporcional, devendo ter papel central na orgânica de poder) e o Governo (responsável perante o Parlamento, de que emana, e, em menor medida, perante o presidente da República, que o nomeia e, em circunstâncias extremas, o pode demitir);

Existe expressa na Constituição, uma articulação entre atributos da democracia representativa (órgãos eleitos periodicamente, pluralismo político e partidário, separação de poderes), aspirações essenciais da democracia participativa (intervenção directa e activa dos



cidadãos na vida política, económica, social, cultural, escolar) e relevantes expressões de democracia directa (consultas populares locais e referendos nacionais vinculativos);

A organização do Estado é descentralizada, compreendendo a garantia de um poder local democrático e de autonomias regionais.

Com o surgimento de Cavaco Silva na chefia do XI e XII Governo Constitucional, entra-se nos tempos do cumprimento integral das legislaturas, aproveitando a conjuntura de ouro vivida pela economia portuguesa, num cenário europeu de crescimento e com fortes afluxos de fundos comunitários.

Depois das eleições legislativas de 6 de Outubro de 1991, que deram mais uma vez a maioria absoluta ao Partido Social Democrata (PSD), Cavaco Silva é convidado por Mário Soares, presidente da República para formar o XII Governo Constitucional, que toma posse a 28 de Outubro desse mesmo ano (REIS, 1994).

5. O Cenário Internacional

O derrube da ditadura em Portugal e a emergência de um poder revolucionário tiveram assim causas endógenas embora a sua evolução tivesse sofrido múltiplas e variadas influências do exterior.

A descolonização portuguesa também teve consequências na situação internacional de Portugal e na evolução do continente africano. O Estado português tornou-se concentradamente europeu e atlântico, dando finalmente prioridade ao bem-estar e às condições de desenvolvimento das populações insulares das regiões dos Açores e da Madeira. Do ponto de vista estratégico actualizou-se a concepção de um triângulo cujas pontas uniriam o continente europeu português aos dois arquipélagos atlânticos, numa altura em que as tendências do novo direito do mar apontavam para as especiais responsabilidades dos Estados costeiros nas duzentas milhas que compõem a Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A dimensão atlântica sofreu novo impulso com o maior empenhamento militar nas missões da NATO, até aí preteridas por causa da guerra colonial. E a promoção internacional da língua portuguesa após as independências africanas levou a uma maior aproximação com o Brasil.

A nossa entrada na CEE e posteriormente a assinatura do Tratado de Maastricht, são o começo de uma tentativa do esboço de uma política europeia comum, já muito bem definida nalguns sectores, mas ainda bastante ténue noutras áreas.

A participação das Forças Armadas portuguesas em operações de apoio à paz, nos Balcãs, África e Timor, expressam a vontade clara e firme do Governo português na sua afirmação no



panorama político internacional, como estado democrático e participativo nas Organizações internacionais de que faz parte.

6. O Exército

6.1 O Programa do XII Governo Constitucional

O XII Governo Constitucional, apontava no seu programa de governo para a intervenção na área militar, no âmbito da reestruturação:

- Alteração à LDNFA;
- Revisão da Lei Orgânica do MDN, EMGFA e Ramos;
- Criação da Inspeção-Geral das Forças Armadas;
- Coordenação e harmonização das políticas de ensino, instrução, treino militar, recrutamento, mobilização e aquisições para a defesa;
- Racionalização e utilização coordenada dos Serviços e Infra-Estruturas na área da Saúde;
- Unificação dos serviços de assistência na doença aos militares;
- Desenvolvimento do sistema de compras conjuntas de bens de utilização comum.

No âmbito do redimensionamento:

- Novos quadros de pessoal;
- Efectivos globais de contratados e voluntários;
- Lei de mobilização e requisição;
- Revisão do dispositivo (concentração);
- Política de alienações;
- Construção de novas instalações (racionalidade/eficácia).

No âmbito do reequipamento:

- Fundamentado através da 2ª Lei de Programação Militar;

Em paralelo é publicada em Agosto de 1991 a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) (IAEM, 1995).

6.2 Contracção do Dispositivo Existente e novos Órgãos

Ao nível da **Infantaria**:

Continuava a justificar-se a existência dos seguintes Regimentos:

- RIVR/RI 13: tendo como encargo operacional um dos Batalhões da BLI;
- RIA/RI 2: tendo como encargo operacional um BIMoto da 1ª BMI até à sua transformação em BIMec e transferência para Santa Margarida;



- RIBe/RI 3: tendo como encargo operacional um dos Batalhões da BLI;

Os Regimentos de Infantaria de Chaves, Elvas, Viseu, Tomar e Serra da Carregueira mantinham-se afectos à mobilização, para crescimento do Sistema de Forças e como Centros de Instrução (CI), caso necessário.

Na **Artilharia**, o material 15,5 Rebocado seria concentrado na EPA, permitindo desactivar o RALIS/RAL 1. O material 10,5 Rebocado seria concentrado no RASP, permitindo aproveitar o RAL/RAL 4 para CICA, numa 1ª fase.

Na **Cavalaria**, as unidades de Carros de Combate, ficavam concentradas no RCSM/RC 4. Mantinham-se os RCE/RC 3 e o RCB/RC 6, com Subunidades operacionais de reconhecimento e CI de especialidades de Cavalaria.

Na **Engenharia**, o Batalhão de Engenharia de Combate (BEngComb), ficaria sediado no REE/RE 3 com 1 Companhia de Engenharia no RE 1 e 1 Pelotão na EPE. O Batalhão de Engenharia de Construções (BEngConst) seria criado no RE 1 com 1 Companhia de Construções no Re 3 e 1 Pelotão na EPE. As Subunidades de pontes e 1 Destacamento Misto (Comb+Const) de apoio à instrução, ficariam sediados na EPE.

Nas **Transmissões** a EPTm seria transferida para as instalações do RIP/RI 6, criando-se igualmente no mesmo local um BTm (Campanha) como “unidade operacional” e de apoio à instrução.

No **Serviço de Saúde**, enquanto não estivesse construído o novo Hospital Central, o HMB passava a constituir uma dependência (“Anexo”) do HMP. O HMR 1 (Porto) mantinha-se, o HMR 4 (Évora), era transformado em Centro de Saúde, assim como o HMR 2 (Coimbra). Era ainda criado um Centro de Saúde no CMSM e na AMSJ para apoio da BMI e da BAI, respectivamente.

No **Serviço de Administração Militar**, a EPAM e o Batalhão de Administração Militar (BAM) eram instalados num novo quartel em construção na Póvoa do Varzim.

No **Serviço de Material**, concorrendo para a criação da Área Logística do Entroncamento, a EPSM era transferida para o Entroncamento, ficando o Batalhão do Serviço de Material (BSM) a constituir “unidade operacional” e de apoio à instrução.

No **Serviço de Transportes**, o Batalhão de Serviço de Transportes (BST) e CICA(s) eram transferidos para as instalações do RALIS.

Ao nível dos **Tribunais Militares**, era extinto o 3º TMTL, ficando somente dois TMT em Lisboa, sendo de igual forma extinto o TMT de Coimbra e mantendo-se os TMT do Porto (transitoriamente), Tomar e Elvas.



Em relação aos **Presídios e Casas de Reclusão**, mantinha-se o Presídio Militar de Santarém e as Casas de Reclusão de Tomar e Elvas, sendo extintas as Casas de Reclusão do Porto e de Lisboa.

No que diz respeito aos **Distritos de Recrutamento e de Mobilização** (DRM), dos 19 existentes, eram extintos 8 (Abrantes, Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Lamego, Leiria, Santarém e Setúbal). Passavam a Centros de Recrutamento 11 DRM (Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Vila Real e Viseu). Em relação aos Centros de Classificação e Selecção (CCSel) era extinto o CCSel de Coimbra e Setúbal e criado o CCSel de Lisboa/Ajuda.

As **Direcções das Armas/Direcções dos Serviços** são extintas e as suas competências repartidas pelos Comandos Funcionais (entretanto criados) nas matérias que lhes dizem respeito. Neste quadro as Escolas Práticas, passam a assumir uma importância especial, por acolherem as responsabilidades de natureza técnica anteriormente atribuídas às DA/DS e por herdarem as suas tradições militares e o seu importante património histórico, nalguns casos de quase 400 anos.

O conceito de funcionamento do **Estado-Maior do Exército**, é alterado, passando o mesmo à dependência funcional do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército. Os órgãos de Inspeção e Conselho do CEME, mantêm-se com uma estrutura e responsabilidades similares às anteriores.

São criados os novos **Comandos Funcionais** de Pessoal, Logística, Instrução e Comando Operacional das Forças Terrestres, os quais passam a deter a responsabilidade ao mais alto nível do Comando do Exército, pondo assim fim à estrutura departamental que se vinha verificando (ROCHA, 1997). A organização adoptada para a estrutura superior do Exército, pretendia atingir o mais eficaz exercício das acções de comando e direcção e uma melhor gestão dos recursos. O Estado-Maior do Exército obtinha uma maior operacionalidade, pela separação das tarefas de planeamento, das tarefas de direcção e execução, passando estas últimas a estar cometidas aos Comandos Funcionais e aos Territoriais. Simultaneamente obtêm-se significativas reduções de órgãos como resultado da racionalização e funcionalidade da estrutura adoptada (OE, 1ª Série de 1993).

7. As figuras

7.1 Gen. Cerqueira Rocha

O General Cerqueira Rocha, nasceu a 17 de Abril de 1932, em Lisboa, é casado e tem duas filhas. Possui, entre outros, os seguintes cursos:



- Infantaria da Escola do Exército;
- Estado-Maior Inter-Forças no IDN;
- Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro;
- Operações Conjuntas no Colégio Nacional de Defesa, em Inglaterra;
- Curso Superior de Comando e Direcção no IAEM;
- Estágio para Oficiais de Estado-Maior sobre “Novos Sistemas de Armas”, na ex-República Federal da Alemanha;

Exerceu as mais diversas funções, entre as quais as de professor no IAEM, Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Bona e, cumulativamente, em Estocolmo e Oslo,



Comandante da ZMM e Comandante-Chefe das Forças Armadas no Arquipélago da Madeira e Quartel-Mestre-General.

Antes de tomar posse do cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército desempenhava as funções de Vice-CEME.

Cumpriu missões de serviço na Índia, na Guiné e em Angola. Foi Chefe da 3ª Repartição do EME, e como Adido de Defesa em Bona, tomou parte em todas as conversações no âmbito das relações bilaterais com a RFA (Programa das Fragatas e Tranhes), a nível Exército e a nível Forças Armadas, integrando missões conjuntas dos 3 ramos das Forças Armadas e do Ministério da Defesa.

É Comendador da Ordem de Avis e de entre as várias medalhas, com que foi distinguido, referem-se as seguintes:

- De Ouro de Serviços Distintos;
- De Prata de Serviços Distintos, com palma;
- De Ouro de Comportamento Exemplar;
- Grã Cruz da Ordem de Mérito da RFA.

Foi CEME, até 16 de Abril de 1997 (JE, 1992).

7.2 Fernando Nogueira

Nascido em 1950, é licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde foi assistente e membro eleito de vários Conselhos Directivos. No IX Governo Constitucional foi secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (1983-06-18 a 1985-07-12). No X Governo ocupou o cargo de ministro-adjunto e para os Assuntos Parlamentares (1985-11-06 a 1987-08-17). No XI Governo Constitucional foi ministro da Presidência (1987-08-17 a 1991-10-31) e



ministro da Justiça (1987-08-17 a 1990-03-05), pasta esta que abandona em 1990. Passou a acumular então a pasta da Presidência com a da Defesa Nacional (1990-03-05 a 1991-10-31) e ministro da Defesa Nacional (1991-10-31 a 1995-03-16). Em 1995 é eleito presidente do PSD, presidência que abandona em 1996 face aos maus resultados eleitorais que o partido obtivera (COIMBRA, 2003).





Apêndice F

RESUMO DA ANÁLISE

	1640-1668	1750-1777	1911	Estado Novo – Geração NATO	1993
POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Eminência de uma guerra; - 1,64% da população; - Considera-se como a 1ª LDN as Ordenações Sebásticas de 1569; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sequência de uma guerra; - 1,75% da população; - Aumento da dispersão territorial e do número de unidades; - Aulas de Matemática em cada um dos Regimentos de Artilharia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sequência de uma revolução; - Introdução do SMO (Nação em Armas) - 0,19% da população; - Auge da dispersão territorial e do número de unidades; - Fim da remissão; - Introdução do recrutamento à maneira suíça; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente político estável; - 0,46% da população; - Continuação da dispersão territorial embora com menos unidades; - Conscrição, aliada à entrada para a NATO, funciona como motor do desenvolvimento nacional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente político estável; - 0,19% da população; - Concentração ao máximo da dispersão territorial;
ECONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com o Exército: 10% do OGE; - Contratação de Engenheiros estrangeiros; 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade do desenvolvimento da indústria de Defesa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com o Exército: 13,1% do OGE; - Final da “auto-suficiência” de material de Artilharia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com o Exército: 14,4% do OGE; - A partir de 1926, industrialização de alguns estabelecimentos produtores do Exército, sendo nessa altura separados dos Depósitos a que estavam ligados; - Manutenção de uma indústria militar capaz de reparar e conservar todo o material de Artª e Infª e do fabrico de munições; 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas com o Exército: 1,9% do OGE; - Desinvestimento nas F. Armadas a partir de 1974; - Parcerias com Empresas privadas e Grupos empresariais;
POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Monarquia; - Centralização do poder político; - Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, centralizava os assuntos militares; - A Defesa importava somente ao Exército e Marinha; - Instabilidade política; 	<ul style="list-style-type: none"> - Monarquia absoluta; - Centralização do poder político; - Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, centralizava os assuntos militares; - A Defesa importava somente ao Exército e Marinha; - Estabilidade política; 	<ul style="list-style-type: none"> - I República; - Reorganização conduzida por Correia Barreto; - Ministro da Guerra (Ministério do Exército/Marinha); - Defesa, importa a todos os cidadãos; - Instabilidade política; 	<ul style="list-style-type: none"> - II República; - Santos Costa, com um longo percurso na pasta da Guerra, centraliza todas as reorganizações deste período; - Ministro da Guerra (Ministério do Exército/Marinha) - Defesa, importa a todos os cidadãos; - Estabilidade política; 	<ul style="list-style-type: none"> - III República, XII Governo Constitucional; - MDN e CEMGFA, desde 1950; - Extinção dos Ministérios militares em 1974; - O SGDN, é substituído pelo MDN e EMGFA; - Subordinação ao poder político; - Estabilidade política;



	1640-1668	1750-1777	1911	Estado Novo – Geração NATO	1993
ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Superior do Exército (Anexo A, Fig. 7); - Estabilidade da OSE; - Criaram-se fundições de ferro, fundição de Balas e Artilharia de Machuca e fábricas de salitre; - Estabelecimento da Aula de Fortificação e Artilharia; - Criação do Conselho de Guerra; - Criação da Junta de Fronteiras; - Criada a Tenência, cujo chefe era O Tenente General de Artilharia (civil); - Nomeação de Governadores militares das Províncias; - Reforma no sistema de pagamento do Exército; - Aparece pela primeira vez regulado os Hospitais militares; - O Exército estava organizado em: <ul style="list-style-type: none"> - Ex. de linha - Tropas Auxiliares - Ordenanças <p>Tinha como base a mobilização geral e assentava no SMO;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Superior do Exército (Anexo A, Fig. 9); - Exército profissional versus conscrito; - Implantação territorial; - Criação do EME; - Regimento como elo da cadeia logística e elem. Base da organização territorial; - Importância da instrução e treino para o produto operacional do Exército; - Importância de um adequado sistema logístico; - Necessidade de investimento na formação e actualização dos QP; - Instalação de Bibliotecas militares em cada guarnição; - Necessidade de um sistema de forças que cresça em tempo de guerra; - Estabilidade da OSE; - Uniformização dos distintivos nos uniformes; - Publicou-se um extenso corpo de doutrina de que ressalta, os Regulamentos das várias Armas e Serviços existentes na altura, do Serviço diário, Inspectores das Tropas; - Criação da Artilharia de Costa; - Criação do Real Colégio dos Nobres; - Publicação do Capítulo XXVI do Regulamento de 1763, pelo Conde de Lippe, que constituiu o Código de Justiça Militar até à sua publicação em 1875; - Disposições para o preenchimento das vagas de oficiais e o recrutamento regional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Superior do Exército (Anexo A, Fig. 11); - A Lei do Recrutamento Militar aparece em 1855; - Criação do Corpo de Estado Maior em 1835; - Implantação territorial; - Em 1826, extinção da Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra e criação do Ministério da Guerra e dos Ministérios Militares; - Criação do CSDN; - Transformação da OSE e estabilidade da OSE; - Remodelação do EME; - Remodelação dos QG's; - Publicação do Regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano; - Remodelação da Escola do Exército; - Funda-se o Instituto dos Pupilos do Exército; - O Exército permanente deu lugar ao Exército miliciano constituído: <ul style="list-style-type: none"> Tropas Activas; Tropas de Reserva; Tropas Territoriais; - Todos os serviços de guarnição anteriormente efectuados pelo Exército são agora prestados pela GNR; - Os comandantes das RM dependiam directamente do Ministro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Superior do Exército (Anexo A, Fig. 13); - Estabilidade da OSE; - Contraria o conceito da Nação em Armas ao considerar que a Organização militar do País compete ao Exército e à Marinha; - Rearmamento com a eclosão da II Guerra Mundial; - Divisão territorial em 4 RM e GML; - Organização imediata de 1 Divisão em cada RM; - Entrada para a NATO: <ul style="list-style-type: none"> - Mudança dos equipamentos e organização do Exército; - Nova OSE em 1956; - A partir de 1926, a Organização Territorial fica independente do controlo e emprego das unidades de campanha que mobiliza; - Os comandantes das RM dependiam directamente do Ministro; - A organização territorial passa a ser uma infra-estrutura permanente que deve assegurar em tempo de guerra e de paz o funcionamento das actividades de execução e de natureza operacionais; - Pela primeira vez o EME assume-se como Estado-Maior Coordenador; 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Superior do Exército (Anexo A, Fig. 15); - Lei orgânica do MDN, EMGFA e do Exército em 1993; - Principais documentos base para a reestruturação: <ul style="list-style-type: none"> - O DLOE; - A 2ª LPM; - A LSM; - Componente Operacional: <ul style="list-style-type: none"> - BAI; - BMI; - BLI; - ADT Açores e Madeira; - Tropas de CE; - GALE; - Componente Territorial : <ul style="list-style-type: none"> - 3 Grandes Áreas Militares (Santa Margarida, São Jacinto e Tancos); - 1 Área Logística (Entroncamento); - 1 Campo de Instrução (Carregueira); - Máxima centralização; - Melhor rácio produto operacional / territorial;



	1640-1668	1750-1777	1911	Estado Novo – Geração NATO	1993
ESTRATÉGIA	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia defensiva centrada na fronteira; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia defensiva, reservas móveis, área de expectativa estratégica; - Reparação de Praças-Fortes principalmente no Alentejo; - Construção de novas Fortificações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia defensiva; - Zona de Defesa Concentrada; - Triângulo estratégico do Atlântico; - Campo entrincheirado de Lisboa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia defensiva; - Conceito de defesa em superfície, com elementos de reacção inicial junto à fronteira e um embrião organizador em unidades tipo regimento; - Entrada para a NATO, conceito de defesa, alarga-se para o centro da Europa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de segurança cooperativa; - Triângulo estratégico português; - CEDN em 1985;
LIDERANÇA	<ul style="list-style-type: none"> - Castelo Melhor; - Consciência da necessidade de defesa do país e da credibilidade internacional, o que implicava um Exército, moderno e moralizado; - Reorganização conduzida por Schomberg; 	<ul style="list-style-type: none"> - Marquês de Pombal, necessidade de um Exército forte, para a defesa da integridade nacional e garante da autoridade do estado; - Reorganização conduzida pelo Conde de Lippe; - Influência dos militares no poder, fazendo com que o governo não se alheasse do processo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade do reconhecimento da jovem República; - Necessidade de dar uma nova imagem da instituição; 	<ul style="list-style-type: none"> - Santos Costa, conhecedor profundo da instituição militar e dos seus problemas; - Relacionamento íntimo entre Santos Costa e Salazar; - Necessidade de um Exército que defenda o país e permita a consecução dos objectivos do Estado; 	
TÉCNICO-TÁCTICO	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Francesa de Turenne; - Novas Armas; - Corpo de Engenheiros, fortificação; - Marchas de Costado; - Artilheiros de Nómima; - Publicação de livros de ensino militar; 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrução às formações tácticas à maneira prussiana; - Manobras conjuntas; - Mobilidade Táctica; - Regularização dos calibres da Artilharia; - Levantamento de Cartas Militares; - Demonstração da possibilidade de defesa de Portugal contra forças superiores; - Regimento como a grande unidade táctica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Escola Britânica/Francesa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Início da referência doutrínaria Americana, com a nossa entrada para a NATO; - Divisão como a grande unidade táctica; 	



ANEXOS



Anexo A

ORGANIZAÇÃO SUPERIOR E DISPOSITIVO TERRITORIAL DAS REESTRUTURAÇÕES

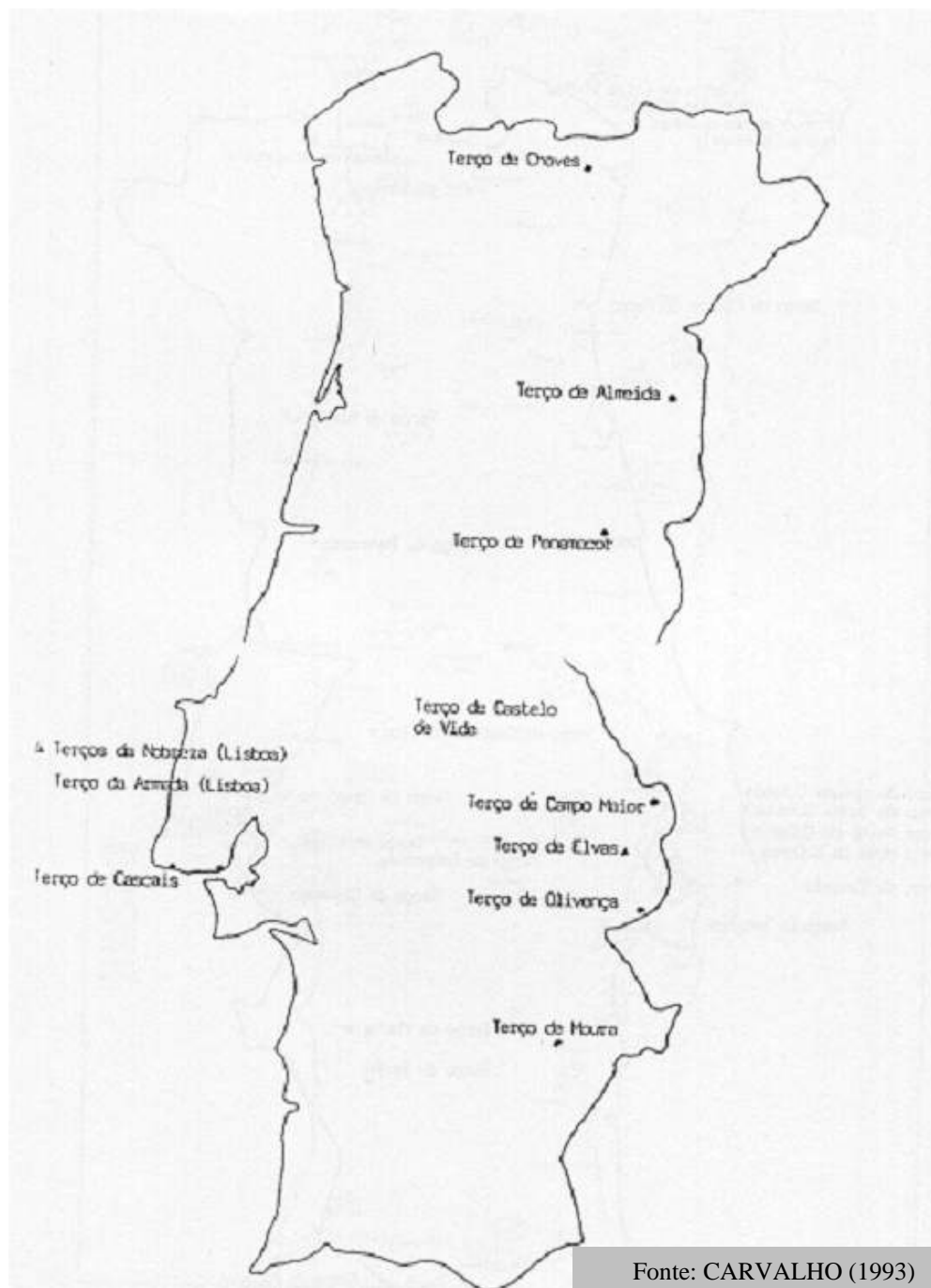
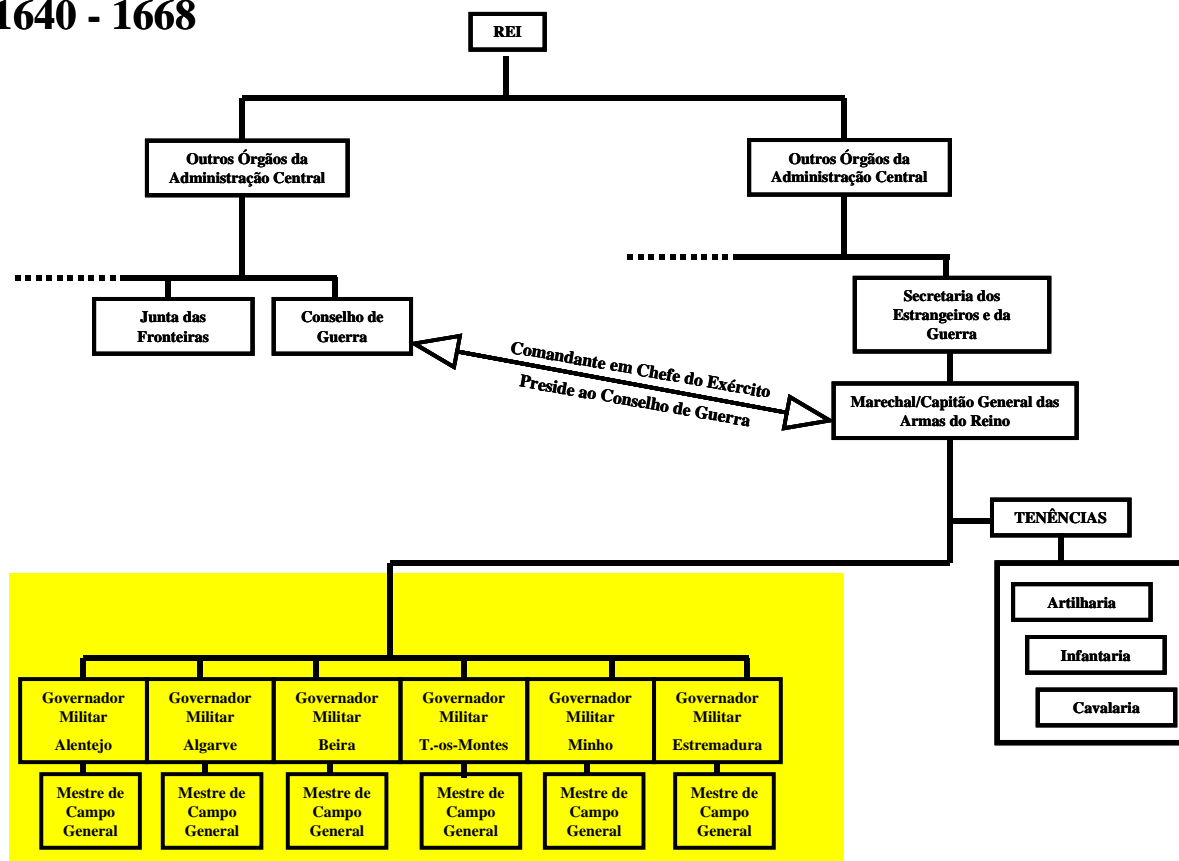


Figura 6 – Dispositivo Territorial do Exército (1643)



1640 - 1668



Fonte: (CARVALHO, 1993, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945)

Figura 7 – Organização Superior do Exército (1640-1668)

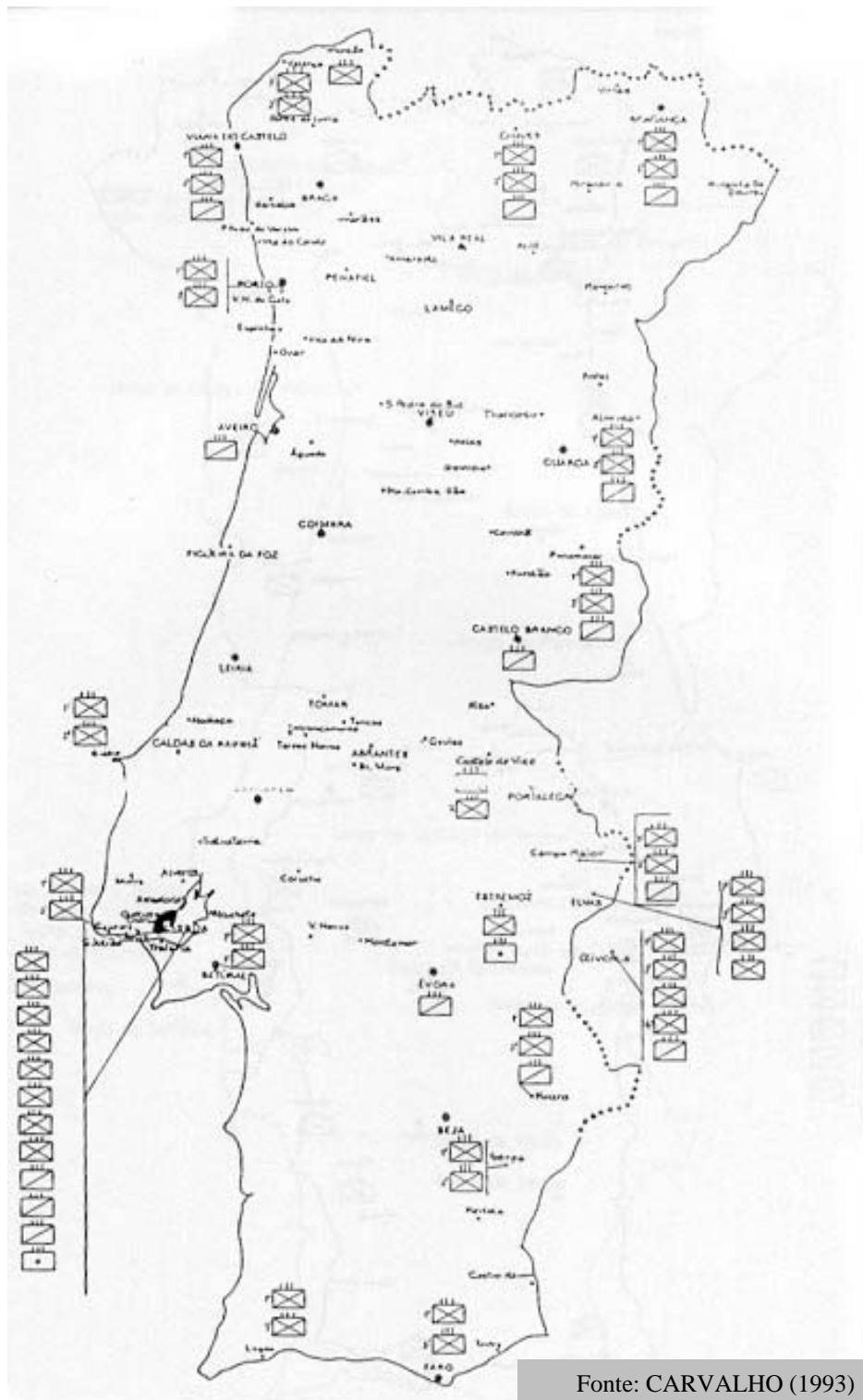
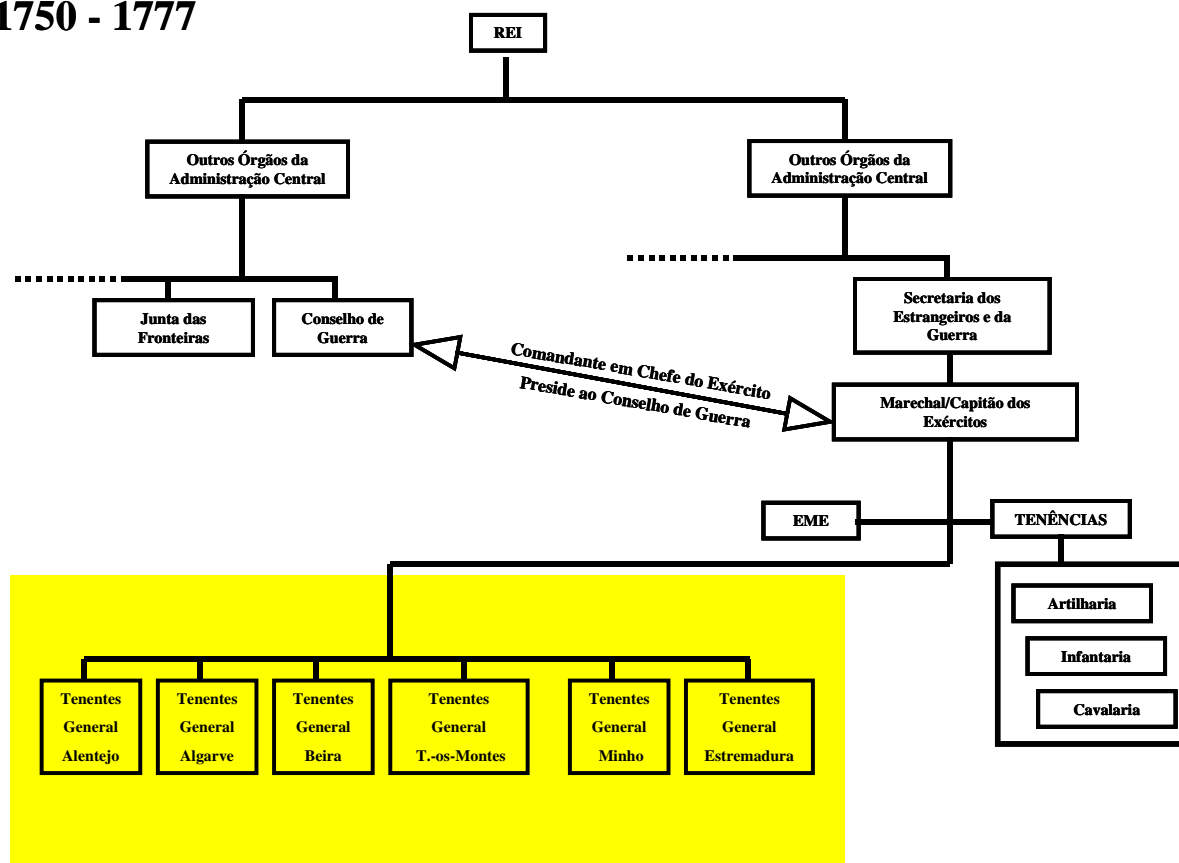


Figura 8 – Dispositivo Territorial do Exército (1750 - 1777)



1750 - 1777



Fonte: (CARVALHO, 1993, SELVAGEM, 1999 e MARTINS, 1945)

Figura 9 – Organização Superior do Exército (1750 – 1777)

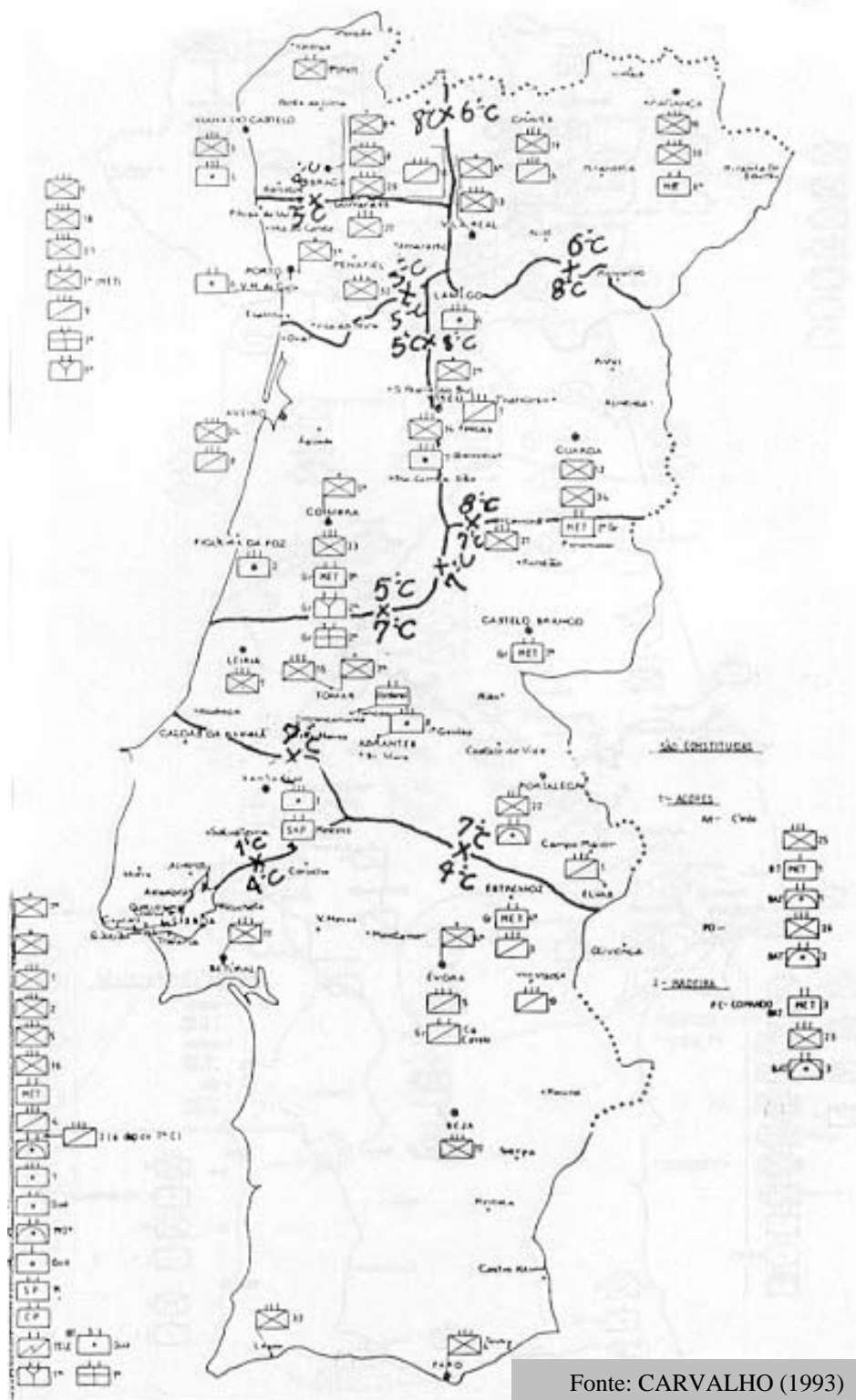
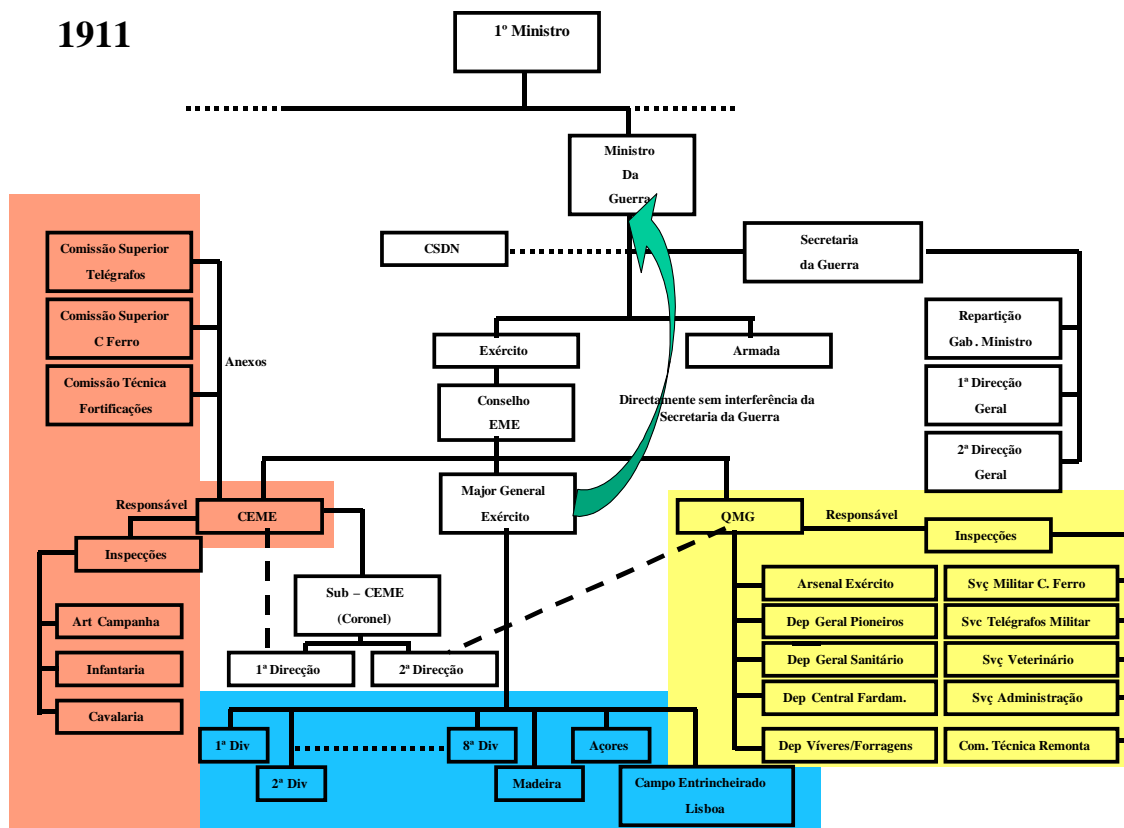


Figura 10 – Dispositivo Territorial do Exército (1911)



1911



Fonte: (OE N.º 5 a 11/1911)

Figura 11 – Organização Superior do Exército (1911)

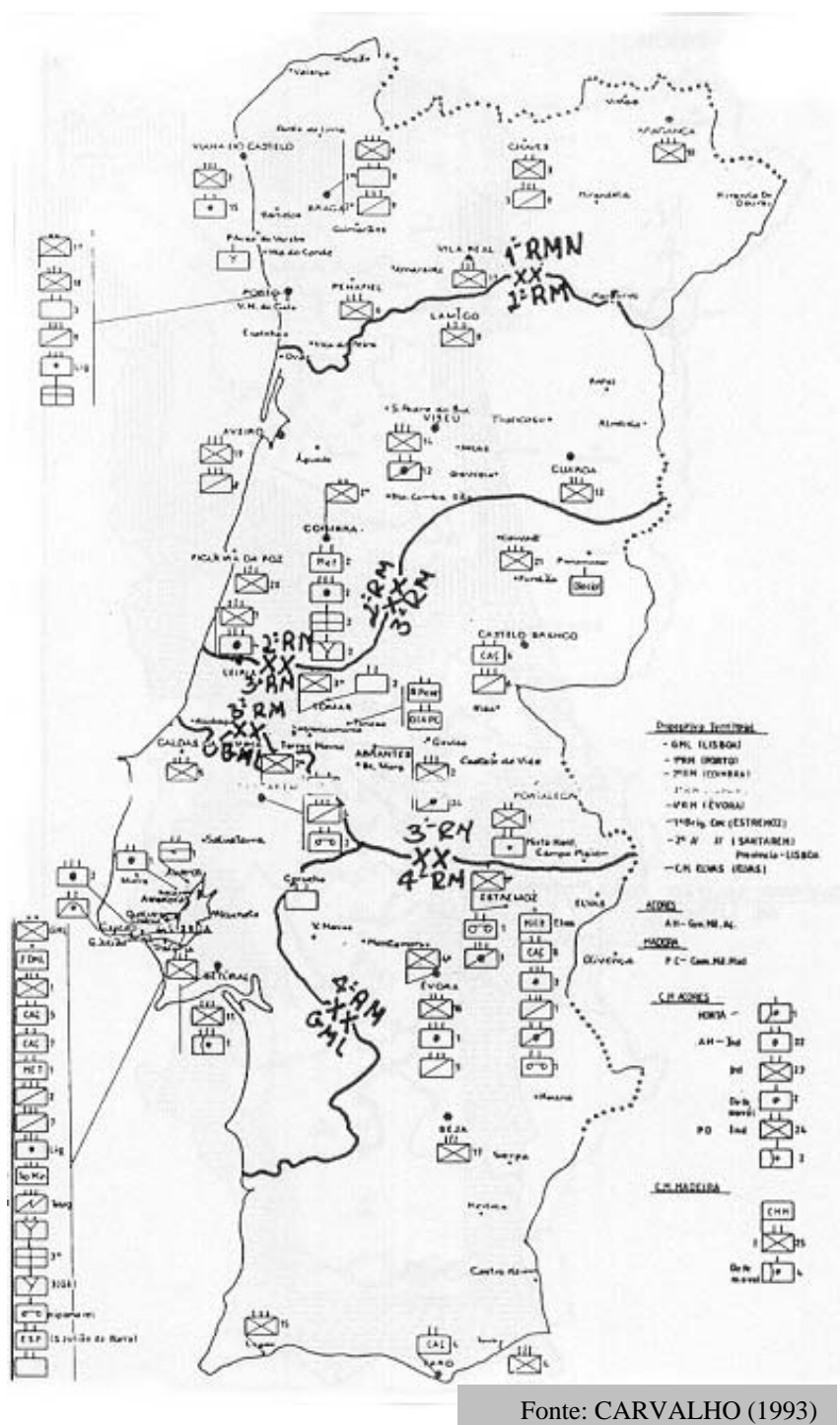
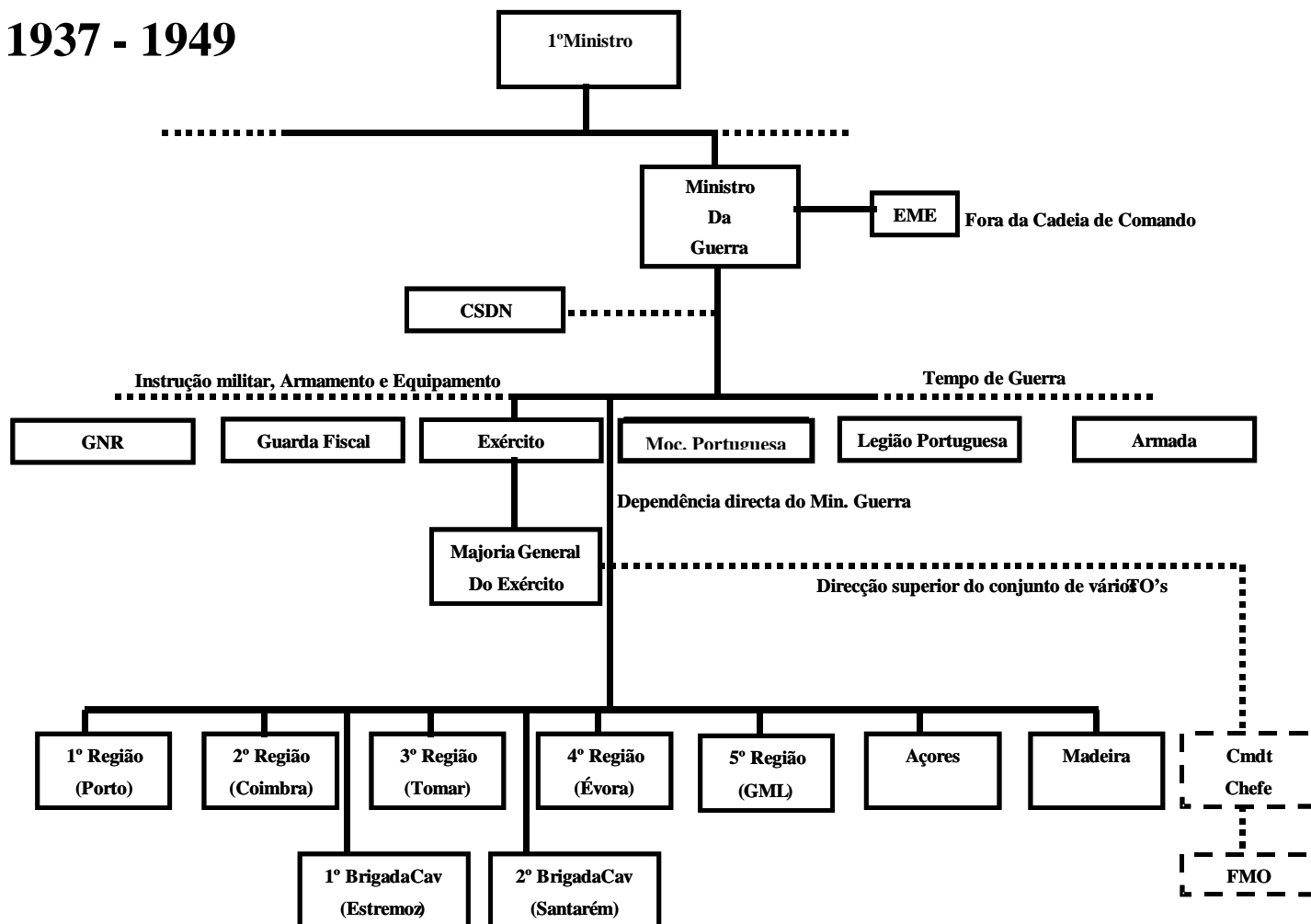


Figura 12 – Dispositivo Territorial do Exército (1937 – Geração NATO)



1937 - 1949



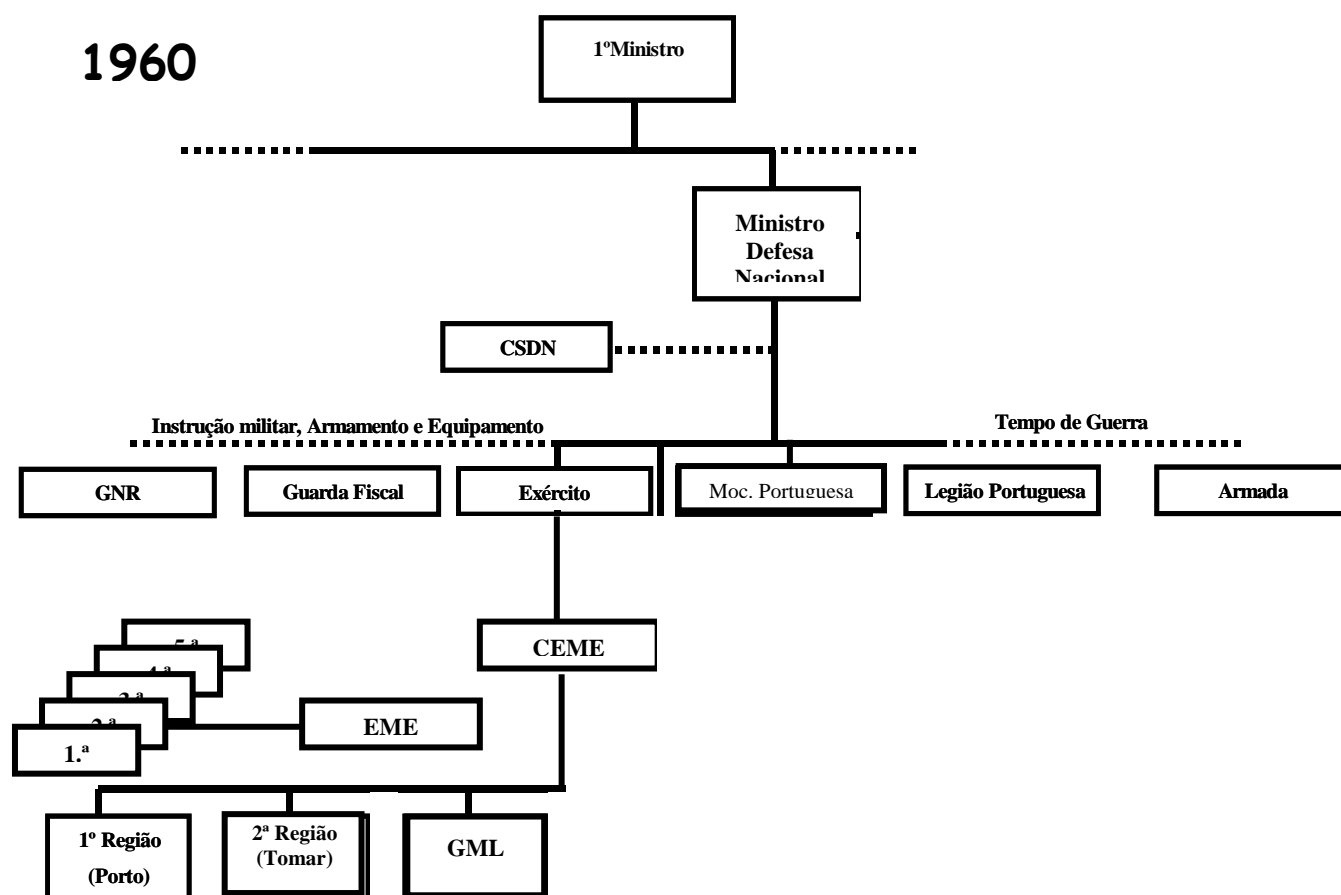
Fonte: (OE N.º 9/1937)

Figura 13 – Organização Superior do Exército (Estado Novo – Geração NATO)



Fonte: CARVALHO (1993)

Figura 14 – Dispositivo Territorial do Exército (1960)



Fonte: CARVALHO (1993)

Figura 15 – Organização Superior do Exército (1960)

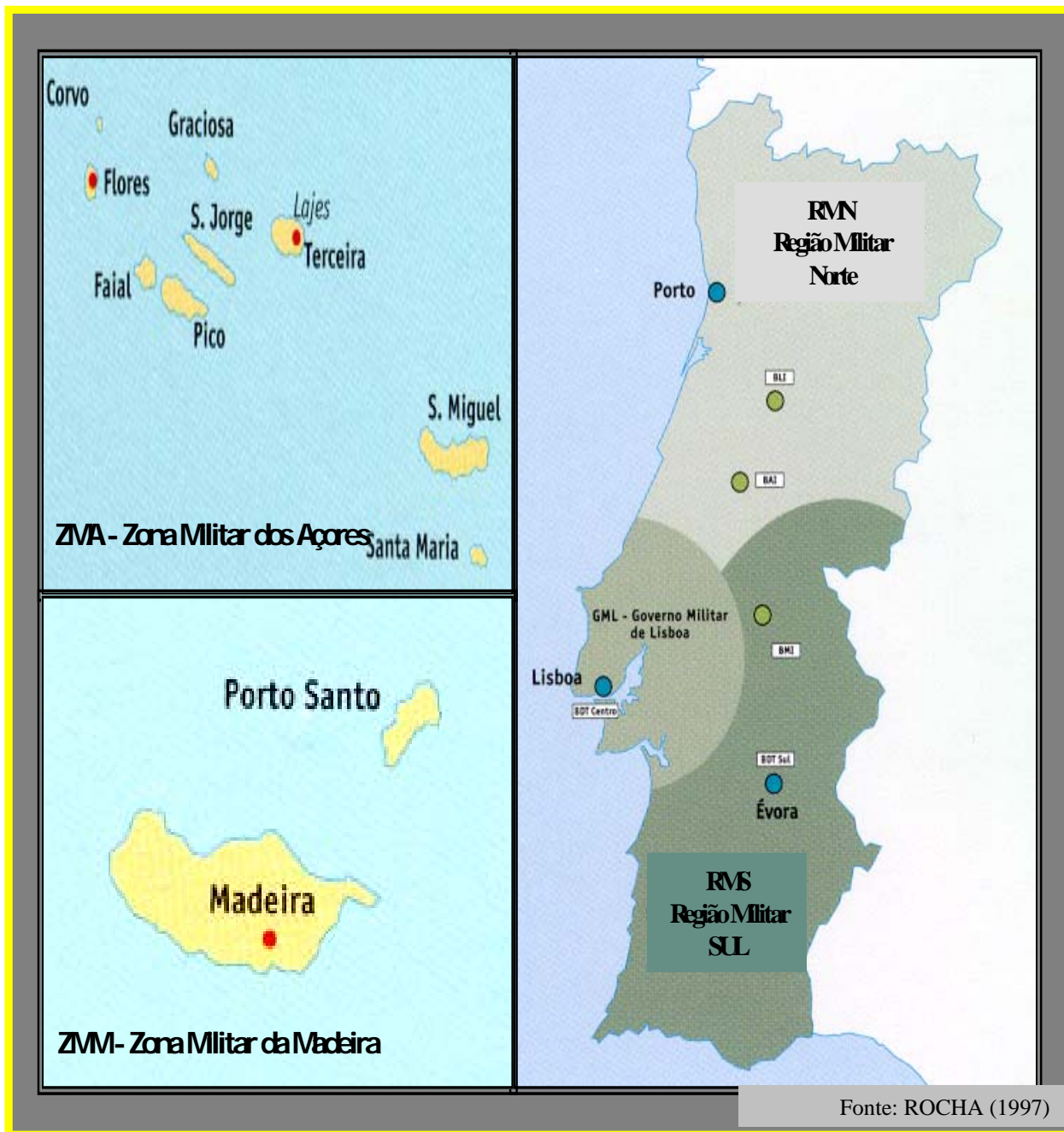
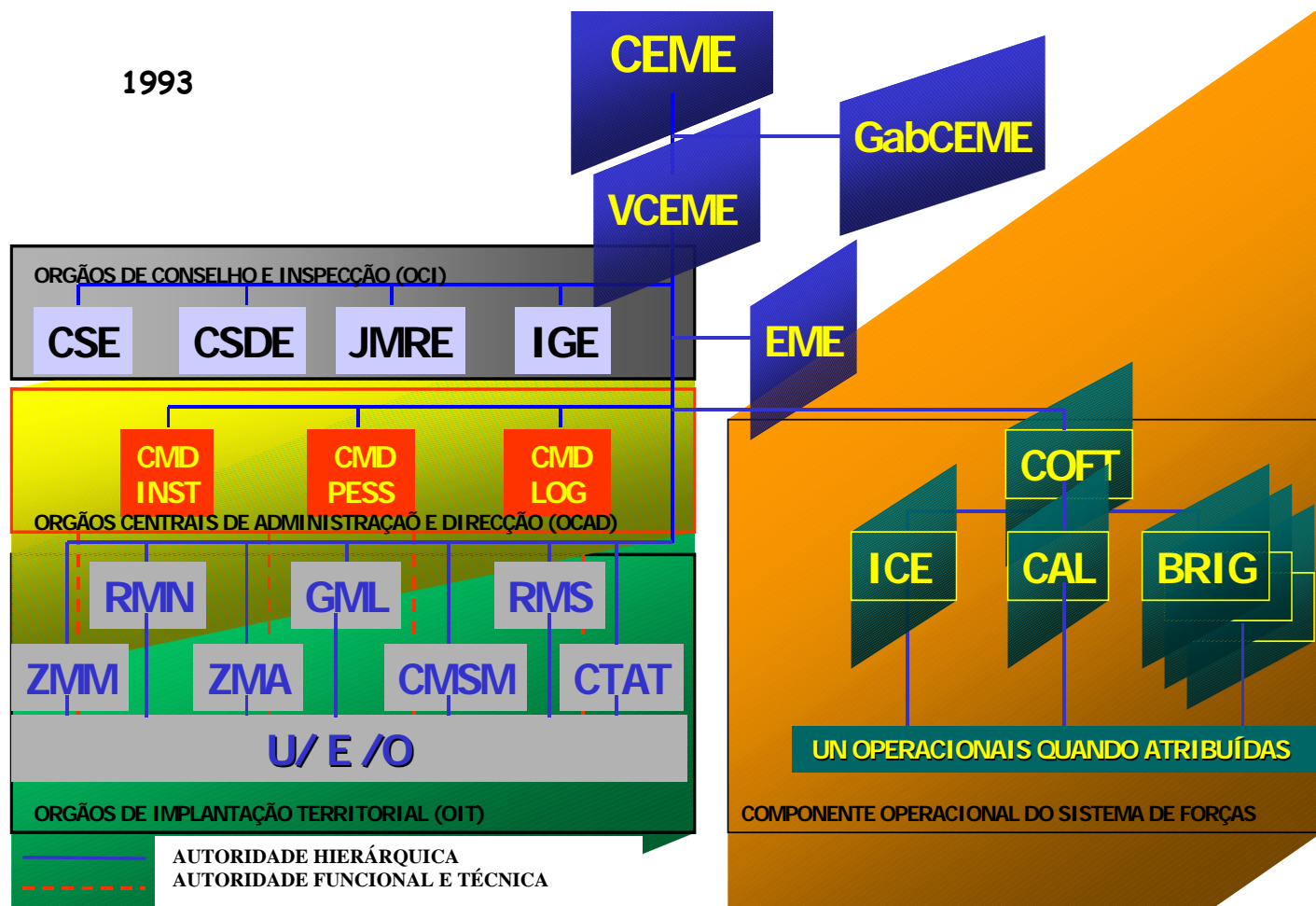


Figura 16 – Dispositivo Territorial do Exército (1993)



Fonte: (ROCHA, 1997)

Figura 17 – Organização Superior do Exército (1993)

**Anexo B****EQUIVALÊNCIA POSTOS SÉC. XVII e XVIII**

Marechal General	Comandante em Chefe do Exército, com acesso directo ao Monarca. Foi criado em 1640 com o nome de Capitão General;
Marechal do Exército	Comandante em Chefe do Exército, ou Quartel Mestre General (Chefe de Estado-Maior) subordinado ao Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Foi criado em 1762 e atribuído aos Governadores das Armas, mas nunca foi usado por estes oficiais. Foi usado pela primeira vez pelo Príncipe de Waldeck, em 1797;
General de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia	Nome dado em 1762 aos Directores-Gerais, criados em 1735. Estavam encarregues da organização da arma que dirigiam, sendo ajudados pelos Inspectores-gerais, que lhes estavam subordinados;
Tenente-General	Nome dado em 1762 ao posto de Mestre de Campo General;
Marechal de Campo	Nome dado em 1762 ao posto de Sargento-Mor de Batalha;
Brigadeiro	Posto criado em 1707, e abolido em 1790. Reintroduzido em 1796, devido à organização do Exército em Brigadas;
Coronel	Comandante de um Regimento;
Tenente-Coronel	2.º Comandante de um Regimento, ou comandante de um Batalhão independente, como os de Caçadores;
Sargento-Mor / Major	Oficial responsável da administração diária de um Regimento, comandante eventual de um Batalhão ou 2.º comandante de um batalhão independente. Era considerado um oficial de ordens e não de comando;
Capitão	Comandante de uma Companhia;
1º Tenente	2.º Comandante das companhias que tinham os Coronéis, Tenentes-coronéis e Majores como comandantes. Foi extinto em 1796, na Infantaria e Cavalaria. Na Artilharia e Engenharia equivalia ao posto de Tenente;
Ajudante	Oficial adjunto do Major. Oficial engenheiro com o posto de 1º Tenente até 1792;



Tenente	2.º Comandante de uma Companhia. Alferes na Artilharia e Engenharia;
Alferes	Antigo oficial Porta-Bandeira;
Cadete Porta-Bandeira	Posto criado em 1797, devido à abolição do posto de Porta-Bandeira;
Cadete	Criado em 1757, como forma de recrutar oficiais nobres para o Exército. Enquanto não fossem promovidos a um posto efectivo de Oficial estavam subordinados aos Sargentos.



Anexo C

ENTREVISTA AO EXMO GEN. CERQUEIRA ROCHA

Data: 22SET03

Título do Trabalho: As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas

Objectivo da Investigação: Pretendemos investigar as grandes reorganizações do Exército Português desde meados do Século XVII até aos nossos dias, por forma a retirar as ilações que nos possibilitem ter uma visão correcta das constantes presentes na evolução do Exército e da conjuntura político-económica que desencadeou essas reorganizações, por forma a que depois da sua análise, possamos visualizar a direcção a ser seguida pelo Exército, nos desafios que se lhe colocam na actualidade.

Questões:

1. *Considera que quando se reorganiza o Exército, se têm em consideração os factores históricos resultantes do seu passado?*
2. *Considera que actualmente os militares têm a noção da evolução histórica da instituição onde prestam serviço, bem como o facto de esse conhecimento lhes poder permitir a compreensão do que acontece no presente?*
3. *Sentiu alguma resistência da Instituição Militar e do poder político quando pôs em prática a execução das reformas resultantes da reorganização de 1993?*
4. *Quais foram as maiores resistências e porquê?*
5. *Quais os principais motivos porque alguns projectos previstos em 1993 não foram levados a cabo até 1997?*



6. *Considera que no Exército actual (e sei que o meu General é um observador atento do que se passa) são perfeitamente visíveis as reformas que encetou?*
7. *Considera que se podem extrair algumas lições aprendidas da análise às reorganizações do Exército, neste caso concreto à efectuada em 1993? Em caso afirmativo quais as mais importantes em sua opinião?*
8. *Considera, passados que foram cerca de 10 anos, que a coexistência de Comandos Funcionais e RM/ZM é eficaz, ou pelo contrário é altura de terminar com estas últimas?*
9. *Porque razão não foi concretizada a compra do Campo Militar de Mértola? Considera que a existência de um único Campo de Instrução Militar é suficiente?*
10. *Tentando retirar as chamadas “Lições Aprendidas” da reestruturação de 1993, tentando dessa forma contribuir para a definição do que deverá ser alterado numa reestruturação futura, gostaria de saber a sua opinião em relação aos pontos:*
 - *Manutenção do dispositivo territorial e o seu papel;*
 - *Sistema de Forças Nacional;*
 - *Profissionalização das FA;*
11. *Que aspectos mudaria se pudesse voltar atrás em relação às directivas da reestruturação de 1993?*



Anexo D

ENTREVISTA AO EXMO TGEN. PINTO RAMALHO

Data: 31SET03

Título do Trabalho: As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas

Objectivo da Investigação: Pretendemos investigar as grandes reorganizações do Exército Português desde meados do Século XVII até aos nossos dias, por forma a retirar as ilações que nos possibilitem ter uma visão correcta das constantes presentes na evolução do Exército e da conjuntura político-económica que desencadeou essas reorganizações, por forma a que depois da sua análise, possamos visualizar a direcção a ser seguida pelo Exército, nos desafios que se lhe colocam na actualidade.

Questões:

1. *Considera que quando se reorganiza o Exército, se têm em consideração os factores históricos resultantes do seu passado?*
2. *Considera que se podem extrair algumas lições aprendidas da análise às reorganizações do Exército? Em caso afirmativo quais as mais importantes em sua opinião?*
3. *Considera que a economia e demografia do nosso país, influenciaram as reorganizações do Exército português? Em caso afirmativo, pensa que o esforço nacional para com o Exército, em relação a estes dois factores é satisfatório, à luz da história militar?*
4. *Qual a influência em sua opinião, da evolução da Estratégia Militar Defensiva Nacional nas reorganizações do Exército?*
5. *Considerando que a relação Distrito versus função recrutamento, tem cerca de 200 anos e que as Regiões Militares têm mais de 100 anos, revelando uma dispersão e ligação do Exército às populações, como encara a sua mais que provável extinção.*



6. *A estrutura superior do Exército e a sua subordinação ao poder político, pouco variaram durante o século XIX, após a assinatura da Carta Constitucional de 1822, tendo sido alterada logicamente em 1911, mantendo-se igualmente estável até 1960, onde pela primeira vez surge o EMGFA e o MDN. Após as ultimas alterações de 1993, considera que esta estrutura continua a permitir o emprego do Exército de uma forma eficiente e eficaz?*
7. *Considera que o SFN tem uma composição e dimensionamento adequado às missões atribuídas ao Exército?*
8. *A conscrição já tem uma grande tradição em Portugal, permitindo por exemplo o CEP com 100 000 homens em França, 80 000 homens preparados para o reforço dos arquipélagos na II Guerra Mundial e uma média de 107 000 homens/ano durante a guerra do ultramar. No entanto a questão da profissionalização também já era abordado por exemplo no tempo do Conde de Lippe. Como encara o fim do SEN em 2004?*



Anexo E

ENTREVISTA AO EXMO TGEN. GARCIA LEANDRO

Data:

Título do Trabalho: As Grandes Reorganizações do Exército Português – Lições Aprendidas

Objectivo da Investigação: Pretendemos investigar as grandes reorganizações do Exército Português desde meados do Século XVII até aos nossos dias, por forma a retirar as ilações que nos possibilitem ter uma visão correcta das constantes presentes na evolução do Exército e da conjuntura político-económica que desencadeou essas reorganizações, por forma a que depois da sua análise, possamos visualizar a direcção a ser seguida pelo Exército, nos desafios que se lhe colocam na actualidade.

Questões:

- 1. Considera que se podem extrair algumas lições aprendidas da análise às reorganizações do Exército? Em caso afirmativo quais as mais importantes em sua opinião?*
- 2. Sendo a reforma de uma Instituição um processo e não um acto, como encara a permanente reorganização, sem muitas vezes se ter atingido todos os objectivos da anterior?*
- 3. Considera que a economia e demografia do nosso país, influenciaram as reorganizações do Exército português? Em caso afirmativo, pensa que o esforço nacional para com o Exército, em relação a estes dois factores é satisfatório, à luz da história militar?*



4. *Qual a influência em sua opinião, da evolução da Estratégia Militar Nacional nas reorganizações do Exército?*
5. *A estrutura superior do Exército e a sua integração no poder político, continua a permitir o emprego do Exército de uma forma eficiente e eficaz, ou considera que poderão haver algumas alterações a fazer?*
6. *Considerando que as Regiões Militares têm mais de 100 anos, tendo sido responsáveis durante todo este tempo, por uma maior ou menor descentralização de várias funções nas suas áreas respectivas, mas que sem dúvida permitiram continuar a garantir a proximidade entre o Exército e as populações, pensa que continuam a ter o seu lugar na OGE?*
7. *Perante o caso da sua provável extinção, é necessário transferir um certo número de funções que eram da sua responsabilidade, como por exemplo as ligadas à segurança, justiça e disciplina, mobilização, etc, para outros Órgãos do Exército. Pensa que isso pode ser feito facilmente?*
8. *O final do SMO, vai ser uma realidade em Novembro de 2004. Existem vários factores que poderão ser afectados com esta situação, como por exemplo, a mobilização e convocação para o crescimento do SFN, a resistência a um invasor, e isolamento do Exército em relação à sociedade. O que pensa destes aspectos?*
9. *O que pensa da modularização dos Apoios de combate e de Apoio de Serviços, que foram preconizados em 2001?*